

V COLÓQUIO NUGEA

21 e 22 de outubro de 2025

ANAIIS

Juiz de Fora

ISSN 2596-3465



INSTITUTO
DE CIÊNCIAS
HUMANAS



PPGEO
Programa de Pós-Graduação
em Geografia - ufjf

NUGEA
Núcleo de Pesquisa
Geografia Espaço e Ação

NUDES
Laboratório de Nugea

RELAUI
Rede de Pesquisadores da América
Latino-Americana e Iberoamericana
Interdisciplinar

V COLÓQUIO DO NUGEA

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

ANAIS DO V COLÓQUIO DO NUGEA

Organização

Profa. Clarice Cassab

Prof. Elias Lopes

Profa. Helena Rizzatti

Prof. Gustavo Iorio

Prof. Wagner Batella

Juiz de Fora
2025



INSTITUTO
DE CIÊNCIAS
HUMANAS



PPGEO
Programa de Pós-Graduação
em Geografia UFJF

NUGEA
Núcleo de Pesquisa
Geografia Espaço e Ação

NUDES
Laboratório do Nugea



V COLÓQUIO DO NUGEA

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

Catalogação de Publicação na Fonte. Sistema de Bibliotecas (SisBi) - UFJF

Colóquio do NuGea (5.: 2025: Juiz de Fora, MG).

Anais [do] V Colóquio do NuGea: Geografia espaço e ação [recurso eletrônico] Núcleo de Geografia Espaço e Ação (NuGea) . – Dados eletrônicos (24.435kb). – Juiz de Fora : Ed. UFJF, 2025

169 p.: il.

ISBN 2596-3465

1. Geografia. 2. Espaço. I. Colóquio do NuGea. II. Núcleo de Geografia Espaço e Ação (NuGea).

CDU: 911

Bibliotecário responsável: Érica Fernanda da Silva - CRB-6 2765

SUMÁRIO

Grupo de trabalho 1

**GEOGRAFIA DO ENVELHECIMENTO:
O Direito ao Espaço Urbano na Cidade de Juiz de Fora**

10

**AS RAÍZES CULTURAIS DO FUTEBOL CARIOCA EM TERRAS
MINEIRAS: A RELAÇÃO IDENTITÁRIA ENTRE JUIZ DE FORA
(MG) E OS TIMES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO AO
LONGO DO SÉCULO XX**

14

**PRÉ-IF: A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO INSTITUTO
FEDERAL**

19

**A IMPORTÂNCIA DA REFORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS: O PROGRAMA AUXÍLIO-MORADIA EM JUIZ DE
FORA (MG)**

24

**MULHERES MIGRANTES VENEZUELANAS EM JUIZ DE FORA
– MG: UMA APROXIMAÇÃO DO TEMA**

29

**PEQUENAS CIDADES E REDES REGIONAIS: A
CENTRALIDADE DE LIMA DUARTE (MG) NA REGIÃO
IMEDIATA DE JUIZ DE FORA**

34

SUMÁRIO

Grupo de trabalho 2

**DO PATRIMÔNIO AO PROTESTO: territorialidades juvenis
nas batalhas de rap em Mariana - MG**

39

**A PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES ENQUANTO LUGAR:
principais contribuições teóricas para a análise do objeto**

44

**Hip-Hop e Produção de Espacialidades Juvenis: Uma
Pesquisa-Ação no Bairro Dom Bosco.**

49

**MUROS E MURAIS: ARTE URBANA E PERTENCIMENTO
TERRITORIAL**

56

**OS NOVOS VIADUTOS EM JUIZ DE FORA (MG): CONFLITOS
E POSSIBILIDADES**

60

**MINÉRIO-DEPENDÊNCIA E VIDA SOCIAL: AVALIAÇÃO DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS A PARTIR DE INDICADORES
SOCIAIS**

65

**URBANIZAÇÃO INTERSECCIONALIZADA EM JUIZ DE FORA:
UMA ANÁLISE DOS MAPEAMENTOS DO CENSO DE 2022**

70

SUMÁRIO

Grupo de trabalho 3

VIVER A CIDADE: TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE JOVENS NEGROS 76

GRAFITE E JUVENTUDES: O VIADUTO HÉLIO FADEL COMO TERRITÓRIO DE RESISTÊNCIA 80

TERRITÓRIOS NEGROS URBANOS EM RIO POMBA/MG: UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO (1767 a 1918) 84

CONFLITO, INJUSTIÇA E RACISMO AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DA REPRESA DE CHAPÉU D'UVAS SOBRE A COMUNIDADE NEGRA DA ANTIGA COLÔNIA DE SÃO FIRMINO (1950 – 1990) 89

O TERRITÓRIO CORPORATIVO DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO: A FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA, NOS MUNICÍPIOS DO SUL DA SERRA DO BRIGADEIRO (MG) 93

ESTUDO COMPARATIVO DOS PADRÕES DE DESIGUALDADES INTRAURBANAS EM CIDADES MINÉRIO-DEPENDENTES 98

SUMÁRIO

Grupo de trabalho 4

CARTOGRAFIA SOCIAL COMO METODOLOGIA DE PESQUISA E EMANCIPAÇÃO DE JOVENS

104

O PLANEJAMENTO SANITARISTA NA ZONA DA MATA MINEIRA: UMA ANÁLISE ACERCA DAS INFLUÊNCIAS DO PERÍODO HIGIENISTA

109

VOZES E AÇÕES DAS JUVENTUDES: PENSANDO A CIDADE ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA AFETIVA

114

O LETRAMENTO CARTOGRÁFICO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO A PARTIR DO CURRÍCULO

119

MONOCULTURA DE EUCALIPTO EM ABREUS-MG: ENTRE GANHOS ECONÔMICOS, TRABALHO RURAL E CUSTOS AMBIENTAIS

124

MOVIMENTOS SOCIAIS E PODER CORPORATIVO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO E CONTROLE

129

A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO MINERAL E A RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS COMO INDICADORES DE FRONTEIRAS DA MINERAÇÃO NO BRASIL

134

SUMÁRIO

Grupo de trabalho 5

**A MORAL COMO DISPOSITIVO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO
UMA ANÁLISE DA PROSTITUIÇÃO EM JUIZ DE FORA EM
MEADOS DO SÉCULO XX**

140

**ANÁLISE DA COBERTURA MIDIÁTICA DA OCUPAÇÃO 9 DE
JULHO EM SÃO PAULO-SP**

145

**OS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS HISTÓRICOS NO ACERVO
DO ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ
DE FORA**

150

**PERSPECTIVA AFROCENTRADA E A VILA DA PRATA EM JUIZ DE
FORA-MG: O DECRETO MUNICIPAL N° 15.283/2022**

156

**FRAGMENTOS DE UMA COLÔNIA: HERANÇAS DA
TERRITORIALIDADE GERMÂNICA NA PRODUÇÃO DE
CERVEJAS ARTESANAIS EM JUIZ DE FORA (MG)**

161

**O OBSERVATÓRIO ATHIS COMO FERRAMENTA NA ATUAÇÃO
DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE
SOCIAL NO BRASIL**

165

V COLÓQUIO NUGEA

Grupo de Trabalho 1



INSTITUTO
DE CIÊNCIAS
HUMANAS



PPGEO
Programa de Pós-Graduação
em Geografia Ufjf

NUGEA
Núcleo de Pesquisa
Geografia Espaço e Ação

NUDES
Laboratório do Nugea



V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

GEOGRAFIA DO ENVELHECIMENTO:

O Direito ao Espaço Urbano na Cidade de Juiz de Fora

JÚLIO CÉSAR RAGONE LOPES

RESUMO

O presente resumo visa apresentar como a população com 60 anos ou mais se relaciona com o espaço urbano em Juiz de Fora, Minas Gerais. Através de análises de legislação Federal e Municipal específicas, pesquisas com a população alvo e ainda visitas na área urbana de Juiz de Fora para análise e verificação da garantia ao direito à cidade para essa população. Pretende também, ressaltar a necessidade da Geografia do Envelhecimento como disciplina em instituições acadêmicas do Brasil.

1. INTRODUÇÃO

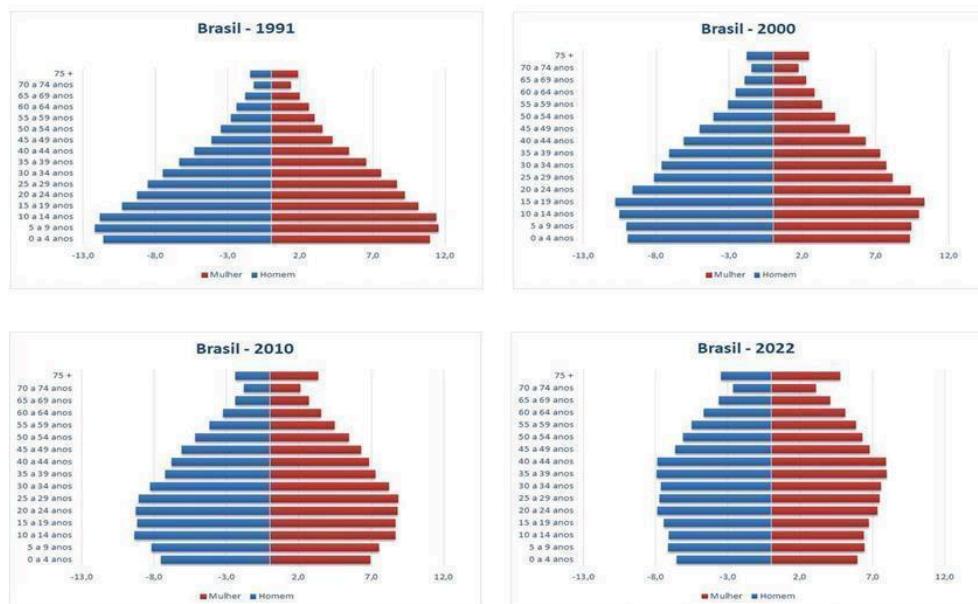
O principal foco desse trabalho está na análise da relação entre a população com 60 anos ou mais e o espaço urbano de Juiz de Fora, em Minas Gerais. A importância de se ter um estudo com esse tema está na constatação de que o envelhecimento da população acontece na escala Mundial, Brasileira e também no Município. No âmbito Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU), em seu Relatório Social Mundial de 2023, apresentou projeções indicando que até o ano de 2050 o Mundo terá o dobro de pessoas com 60 anos ou mais que tem hoje e ainda estende a previsão mostrando que essa população deverá chegar a 3,1 bilhões em 2100. Em relação à localização das populações dentro das cidades é ressaltado que as áreas urbanas já abrigam 55% da população global, devendo chegar a 68% até 2050. Esse número sobe para 81% ao se considerar a América Latina e o Caribe.

No Brasil o envelhecimento da população também já é uma realidade, só que em ritmo muito acelerado, conforme comprovado pelos Censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos anos de 1991, 2000, 2010 e 2022, onde é possível constatar um aumento significativo da população com 60 anos ou mais a cada

Censo, conforme Pirâmides Etárias apresentadas na Figura1. O país saiu de uma população com 60 anos ou mais de 10,7 milhões em 1991 para 32,1 milhões em 2022.

Outro dado que reforça o envelhecimento acelerado da população brasileira está na comparação com a população de até 14 anos, onde em 2010 a cada 31 pessoas com 60 anos ou mais o país tinha 100 jovens de até 14 anos, agora são 55 pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 jovens de até 14 anos (IBGE, 2022).

FIGURA 1: Pirâmides Etárias do Brasil nos anos de 1991, 2000, 2010 e 2022



Fonte: IBGE *Censos demográficos 1991, 2000, 2010 e 2022*

Esse cenário ocorre também em cidades brasileiras de porte médio, como é o caso de Juiz de Fora, cidade localizada na mesorregião da zona da mata mineira que possui uma área territorial de 1.435,749km², uma densidade demográfica de 376,64hab/km², uma área urbana de 440,74 km² e uma população total de 540.756 habitantes (IBGE, 2022). Com essa população a cidade de Juiz de Fora ocupa a 4^a posição entre as maiores cidades do Estado de Minas Gerais. Com relação a sua população com 60 anos ou mais, Juiz de Fora apresenta 109.366 pessoas, representando 20% de sua população total (IBGE, 2022).

2. DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho se concentra na faixa da população com 60 anos ou mais, que é bem significativa em relação ao total de habitantes de Juiz de Fora, e sua relação com o espaço urbano da cidade. Conforme Santos (2008), “o espaço geográfico é o conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações” e, nesse sentido, haverá uma verificação de como os objetos se relacionam com as ações humanas no espaço urbano e se

as questões de mobilidade, segurança, lazer, acessibilidade, transporte público, instrumentos de saúde, amigabilidade e vida social atendem às necessidades de uma população envelhecida.

Assim surge uma série de legislações que procuram assegurar essas condições a essa parcela da população, tais como a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso. Segundo a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8842 de 1994) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10741 de 2003), que inclusive determina que o indivíduo é considerado idoso quando possui idade igual ou superior a 60 anos (BRASIL, 1994, 2003). Embora este caráter temporal envolva aspectos como aqueles relacionados ao desenvolvimento humano, um ponto se destaca nesta fase da vida: a diminuição da capacidade funcional.

Esse fato trás impactos diretos sobre o planejamento urbano, especialmente nas cidades de médio porte, como Juiz de Fora, onde o número de idosos cresce muito mais rapidamente do que a capacidade institucional de resposta. O Plano Diretor Participativo (PDP/JF, lei Complementar 82/2018) trás premissas importantes ligados a função social da cidade e que são a universalização do acesso a serviços, ambiente acessível e participação da população, pontos importantes para garantir os direitos da população com 60 anos ou mais, mas que ainda tem, na prática, deficiências de implantação e fiscalização.

De acordo com as ideias de Milton Santos, a cidade deve ser entendida como um bem coletivo, e não apenas como um espaço voltado ao mercado ou às elites econômicas, assim a geografia do envelhecimento, aliada a aplicação de políticas públicas inclusivas, deve buscar um planejamento urbano que garanta a acessibilidade, a mobilidade, a segurança, a participação efetiva, em fim, o direito à cidade para essa população envelhecida.

3. CONCLUSÃO

Através de pesquisas exploratórias com enfoque qualitativo que Conforme Gil (2017) tem o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema e envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem sua compreensão. Assim o planejamento da pesquisa leva em consideração a realização de levantamentos bibliográficos que terão papel de tornar o tema escolhido mais comprehensível no âmbito da relação entre a população com 60 anos ou mais e os espaços urbanos da cidade de Juiz de Fora. A base do trabalho é

qualitativa, mas haverá também a interação de informações quantitativas, fato que vai possibilitar análises mais apuradas dos dados gerados. Quanto a experiência prática dos envolvidos diretos na Pesquisa, poder-se-á construir um panorama fiel das condições urbanas enfrentadas por esse grupo etário e a partir daí contribuir de forma efetiva para o real desenvolvimento de propostas inclusivas e acessíveis para criação de condições para que a cidade de Juiz de Fora favoreça o processo de envelhecimento.

Ao final espera-se ter uma contribuição da Geografia, como sendo uma Geografia do Envelhecimento, onde os gestores, os urbanistas e a sociedade como um todo poderão se beneficiar através de propostas de ações práticas de melhoria da infraestrutura urbana para a efetiva inclusão de uma população que continuará envelhecendo cada dia mais.

4. REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.* Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1 out. 2003.

BRASIL. *Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994.* Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jan. 1994.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social.* 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo demográfico 2022: primeiros resultados.* Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 JUL. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censos demográficos 1991, 2000, 2010 e 2022.* Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 18 jul. 2025.

JUIZ DE FORA (MG). *Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora: Lei Complementar nº 82, de 20 de dezembro de 2018.* Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/norma.php?njc=&njn=082&njt=LEICO>. Acesso em: 18 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Relatório social mundial 2023: não deixar ninguém para trás em um mundo em envelhecimento.* Nova York: ONU, 2023. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/world-social-report/2023.html>. Acesso em: 29 jun. 2025.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.* 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

AS RAÍZES CULTURAIS DO FUTEBOL CARIOCA EM TERRAS MINEIRAS: A RELAÇÃO IDENTITÁRIA ENTRE JUIZ DE FORA (MG) E OS TIMES DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO AO LONGO DO SÉCULO XX

Ana Beatriz Reis Costa Bastos
Graduada em Geografia - UFJF
beatrizreiscb@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O futebol apresenta-se como o esporte mais popular do Brasil e com ele caminha o aspecto político, econômico e social, manifestando-se como um elemento de expressão cultural para além das quatro linhas. No Brasil, apresenta um caráter singular mediante a expressão “paixão nacional”, visto que mobiliza vários grupos, até mesmo quem não se identifica com o esporte (Prado, 2018), designando novos torcedores capazes de se tornarem os melhores técnicos, jogadores e analistas esportivos. Simas (2021, p.187) aponta que:

(...) o futebol no Brasil é cultura, pois se consolidou como um campo de elaboração de símbolos, projeções de vida, construção de laços de coesão social, afirmação identitária e tensão criadora, com todos os aspectos positivos e negativos implicados neste processo. Nossas maneiras de jogar bola e assistir aos jogos dizem muito sobre as contradições, violências, alegrias, tragédias, festas e dores que nos constituíram como povo.

Diante disso, percebe-se que a intensidade com que os brasileiros apreciam o futebol compõe um arsenal de ritmos, canções e sentimentos, que acabam instituindo-se como uma parte de um processo de brasiliade caracterizado na identidade do indivíduo na ação coletiva de torcer. Logo, segundo Aquino (2017, p.13):

(...) as culturas nacionais em que nascemos se constituem em uma das principais fontes de identidade cultural. Assim, a promoção de uma auto identificação nacional e as crenças de diferenciação perante aos “outros” podem ser facilitadas pela identificação imediata de uma dada coletividade representada, por exemplo, pelas seleções nacionais ou pelos clubes regionais.

Assim, a cultura vivenciada pelo torcedor no contexto futebolístico apresenta-se importante no que se refere ao processo de formação de identidade. A constituição de

identidades manifesta-se, historicamente, de diferentes formas e intensidades a partir de relações identitárias coletivas (Saquet, 2005). O processo de formação identitária não está ligado ao ser, mas a estar, ou, mais especificamente, a representar, já que as identidades surgem das mais variadas práticas sociais das quais os sujeitos fazem parte (Tilio, 2009).

Simas (2021) afirma que a fixidez identitária revela-se impossível, uma vez que os sujeitos são feitos de identidades contraditórias, que apontam à caminhos diversos e deslocamentos constantes; logo, o indivíduo possui identidades plurais e 12 múltiplas que levam ao sentimento de pertencimento à diferentes grupos, por exemplo a uma torcida de um time de futebol, constituindo, assim, o próprio sujeito. A identidade apresenta-se no conjunto de relações, diferenças, interações e contradições e associado aos processos de construção de identidade manifesta-se o território cujo sentido evidencia-se mediante as relações sociais caracterizadas enquanto ambiente de vida, de ação e de pensamento de uma comunidade (Flores, 2006).

Assim sendo, o presente trabalho se propôs a analisar como a proximidade territorial entre a cidade de Juiz de Fora e o Rio de Janeiro influenciou de maneira significativa o processo de construção identitária da sociedade juizforana, com foco na relação de identidade e pertencimento existente dos sujeitos de Juiz de Fora em relação aos quatro grandes times cariocas: Flamengo, Fluminense, Vasco e Botafogo.

2. IDENTIDADE CLUBÍSTICA EM JUIZ DE FORA

No final do século XIX e início do século XX, a recém nomeada cidade de Juiz de Fora presenciou diversas transformações econômicas, sociais e culturais, de forma que era tratada como o centro cultural do estado de Minas Gerais mediante seu número de jornais e teatro como também pelas suas instituições culturais (Mororó, 2012). Diante desse desenvolvimento mediante a relação de proximidade com o Rio de Janeiro através das ferrovias e rodovias, Juiz de Fora trouxe consigo muitas características da dita modernidade carioca naquela época, tendo como exemplo o apreço pelos times da cidade do Rio de Janeiro pela elite juiz forana.

Torna-se necessário destacar o papel da imprensa juizforana nessa inserção dos clubes cariocas no cotidiano da cidade mineira, com destaque, primeiramente, para notícias sobre as equipes cariocas como também para a presença de amistosos que aconteciam entre times cariocas contra equipes de Juiz de Fora, revelado por manchetes dos jornais *O Pharol* e *Folha Mineira* na primeira metade do século XX no município de Juiz de Fora. Ademais, verificava-se o papel da radiodifusão na cidade com as rádios inserindo os segmentos de

música e futebol na programação, criando, desse modo, condições para uma padronização de gostos, simpatias e valores às filiações clubísticas (Campos, 2016), tendo como maiores exemplos a Rádio Nacional e a Rádio Sociedade que transmitiam jogos do campeonato carioca de futebol. A partir da década de 1960, a televisão começa a ganhar espaço e notoriedade na difusão do futebol para todo o país e surge a TV Industrial em Juiz de Fora, caracterizada como a primeira efetiva emissora de televisão da cidade, que manifestava como carro-chefe da programação a transmissão de futebol, dedicando-se às partidas dos clubes cariocas e programas de debates esportivos (Belcavello, 2010).

Logo, o futebol carioca na figura das suas grandes equipes já possuía um grande prestígio e identificação pelos sujeitos na cidade de Juiz de Fora mediante a sua popularização e difusão através dos diversos meios de comunicação presentes na cidade e o reflexo disso foi a ocorrência de vários eventos, como amistosos, que demonstraram e evidenciaram o carinho e a paixão dos juizforanos aos times cariocas.

Para evidenciar tal alegação, uma pesquisa realizada pela Fundação Educacional Machado Sobrinho, em 2024, com 235 pessoas entrevistadas em todas as regiões de Juiz de Fora, incluindo a Zona Rural, revelou que 39,15% dos moradores da cidade torcem para o Flamengo. Botafogo, Vasco e Fluminense aparecem, respectivamente, em segundo, terceiro e quarto lugar com 11,06%, 8,51% e 8,09%. A pesquisa também contou com a presença de times mineiros e paulistas, porém os mesmos apresentaram números menores do que os cariocas (Fundação Educacional Machado Sobrinho, 2024).

Sendo assim, verifica-se que a presença dos times cariocas - Flamengo, Fluminense, Vasco e Botafogo - é clara e evidente na cidade de Juiz de Fora, de modo que os sujeitos juizforanos se identificam e se sentem pertencentes ao símbolo clubístico carioca. Logo, ao engajar-se com os clubes do Rio de Janeiro, a população juizforana passa a pertencer à uma comunidade afetiva composta também de valores e identidades locais, regionais e nacionais geradora de identidade para além dos territórios de Minas Gerais e Rio de Janeiro: a paixão pelo futebol.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dessa pesquisa, buscou-se compreender como o ideal identitário social e cultural através da identificação clubística com as equipes de futebol cariocas - Flamengo, Fluminense, Vasco e Botafogo - foi instituído e, posteriormente, fixado na cidade de Juiz de Fora para além do território dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro mediante a concepção de territorialidade. Logo, verificou-se que o processo identitário juizforano,

historicamente, baseou-se de maneira significativa ao ideal carioca, onde a prática deste esporte revelava-se como um aspecto definidor da cultura local, bem como, de uma identidade regional mediante as relações sociais expressas ao longo do território. Sendo assim, percebeu-se que, ao longo do século XX, a identidade dos sujeitos de Juiz de Fora juntamente à sensação de pertencimento clubístico com os times do Rio de Janeiro e com os símbolos que representavam tais clubes, como jogadores, brasões ou, até mesmo, as cores das equipes.

Portanto, verifica-se que o futebol não manifesta-se apenas como um lazer para os indivíduos, mas também apresenta-se como um elemento estruturante das relações sociais e da formação de um sentimento de pertencimento cultural-identitário que se manifesta para além das divisas territoriais, sendo Juiz de Fora a maior expressão da paixão futebolística carioca em terras mineiras.

REFERÊNCIAS:

AQUINO, Jefferson Nicássio Queiroga de. **O torcer no futebol como possibilidade de lazer e vínculo identitário para torcedores de América-MG, Atlético-MG e Cruzeiro.** 2017. 83 f. Dissertação (Mestrado em Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

BELCAVELLO, Frederico. **A TV Industrial de Juiz de Fora: memórias da juizdeforaneidade (1964-1979).** 148 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010.

CAMPOS, Helcio Ribeiro. **Polarização urbana, identidade territorial e futebol: a Zona da Mata e Juiz de Fora/MG entre o Rio de Janeiro e Belo Horizonte.** 2016. 664 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

FLORES, Murilo. **A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento.** 2006. 44 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MACHADO SOBRINHO. **Flamengo ou Botafogo? Pesquisa divulgada pelo Machado Sobrinho mostra a maior torcida de Juiz de Fora.** Juiz de Fora, 2024. Instagram: @plantaojf. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C-VhdugxFeo/> Acesso em: 20 set 2024.

MORORÓ, Anderson de Carvalho. **O futebol em Juiz de Fora: uma perspectiva através da imprensa (1904-1914).** 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

PRADO, Cristina Maria Costa. Bairro, futebol e territorialidades: Campinas e o Atlético clube goianiense. 2018. 181 f. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade)- Programa de Pós-graduação em Projeto e Cidade (FAV), Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Território e Identidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina– 20 a 26 de março de 2005– Universidade de São Paulo.

SIMAS, Luiz Antônio. **Maracanã**: quando a cidade era terreiro. Rio de Janeiro: Mórula, 2021.

TILIO, Rogério Casanovas. Reflexões acerca do conceito de identidade. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 109–119, 2009.

V COLÓQUIO DO NUGEA

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

PRÉ-IF: A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO INSTITUTO FEDERAL

Thais Aparecida Miranda

Graduada em Geografia (Licenciatura)

Universidade Federal de Juiz de Fora

thais.miranda.7737769@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Para a realização deste estudo, foram coletadas informações por meio de entrevista semiestruturada com o coordenador do curso, a fim de compreender a estrutura e organização do PRÉ-IF. Sendo assim, o presente trabalho possui como objetivo apresentar o PRÉ-IF, demonstrando sua características e relevância para a comunidade escolar, principalmente no que tange ao acesso à educação, conforme assegura a Constituição Federal de 1988 em seus artigos:

“ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; “ (BRASIL, 1988,P. 144)

No entanto, na prática, o acesso aos Institutos Federais (IFs) no Brasil tem sido marcado por desigualdades territoriais e sociais, que refletem as próprias contradições do sistema educacional brasileiro. Estudantes em geral com maior poder aquisitivo, encontram-se em posição de vantagem ao se prepararem por meio de cursinhos e reforços escolares específicos. Por outro lado, alunos das redes públicas municipais e estaduais, em sua maioria de famílias de baixa renda, enfrentam maiores dificuldades para conquistar uma vaga nos processos seletivos dessas instituições.

Foi nesse contexto que surgiu o projeto PRÉ-IF, criado em 2015 e iniciou sua primeira turma em 2016. A motivação central foi a constatação de que o processo seletivo era

altamente disputado e que a desigualdade de oportunidades prejudicava o acesso de jovens da rede pública federal. Assim, o projeto nasceu como um cursinho preparatório gratuito, voltado para democratizar o ingresso desses estudantes a este espaço.

Em 2024, o PRÉ-IF foi institucionalizado, tornando-se um programa do IF Sudeste MG, embora sua adesão não seja obrigatória para todos os campus. Nos últimos três anos, mais de 400 estudantes se inscreveram para participar do cursinho, consolidando-se como um dos principais projetos de impacto social da instituição.

2. OBJETIVOS

O objetivo central do PRÉ-IF é ampliar o número de estudantes da rede pública aprovados no processo seletivo do IF Sudeste MG, reduzindo desigualdades de acesso e promovendo maior inclusão educacional.

Entre seus objetivos específicos, destacam-se:

- democratizar o acesso ao ensino técnico integrado;
- oferecer apoio pedagógico a estudantes de famílias de baixa renda;
- fortalecer o aprendizado em disciplinas-chave do processo seletivo;
- aproximar a instituição das comunidades escolares municipais e estaduais;
- divulgar os cursos do IF e contribuir para que os alunos façam escolhas mais conscientes sobre suas trajetórias formativas.

Esses objetivos reforçam a função social dos Institutos Federais, como salienta (Frigotto, 2018):

Os IFs surgem com o objetivo de promover uma política de educação ampla, abarcando todo o território nacional. {...}

Além disso, por se tratar de uma instituição comprometida com a promoção da diminuição das desigualdades sociais e regionais presentes na realidade brasileira, os IFs devem estar engajados com o desenvolvimento local das regiões onde se estabelecem, respondendo às demandas do mercado de trabalho local, qualificando mão de obra e, deste modo, viabilizando maior possibilidade de trabalho, emprego e renda.

Neste novo contexto, seus objetivos principais são a inclusão social e que não responda só às necessidades do capital. {...} (FRIGOTTO, 2018, p. 102)

E dialoga com a perspectiva de Paulo Freire (1996), para quem o respeito à autonomia e à dignidade de cada indivíduo é um imperativo ético, não um favor a ser concedido, valorizando práticas que promovem a autonomia e fortalecem a autoestima de sujeitos historicamente excluídos.

3. METODOLOGIAS

A organização pedagógica do PRÉ-IF se estrutura em aulas semanais no turno da tarde, nas terças, quartas e quintas, com duração das 14 às 17:40h, distribuídas em três tempos de português e de matemática, dois de biologia, física, geografia, história e um tempo de química. As aulas são intercaladas com um intervalo de 20 minutos.

As estratégias didáticas adotadas incluem aulas teóricas, exercícios práticos, realização de três simulados ao longo do ano, além de, seminários e atividades de apresentação dos cursos ofertados pelo Instituto Federal e propostas individuais de intervenção de cada professor.

O projeto conta com a participação de dois bolsistas responsáveis por atividades administrativas e de apoio, professores voluntários que podem ser licenciados, licenciandos em formação ou integrantes da comunidade externa.

O público-alvo são estudantes do 9º ano do ensino fundamental de escolas públicas municipais e estaduais. Não havendo vagas para alunos de escolas particulares ou federais. O processo seletivo ocorre mediante inscrição e seleção, uma média de cem candidatos, seguida de prova composta por 25 questões (13 de português e 12 de matemática). Os 40 melhores classificados são convidados a integrar o cursinho.

4. RESULTADOS E IMPACTOS

O PRÉ-IF atende atualmente cerca de 40 estudantes por ano, embora durante a pandemia tenha alcançado a maior turma, com aproximadamente 50 alunos. Os índices de aprovação variam entre 25% e 50%, ou seja, de cada turma de 40 alunos, cerca de 10 a 20 ingressaram efetivamente no IF Sudeste MG, no campus de Juiz de Fora. Além dos resultados quantitativos, o projeto apresenta impactos qualitativos significativos:

- fortalecimento da autoestima e da confiança dos estudantes;
- maior interesse nos estudos e nas possibilidades de continuidade da formação;

engajamento comunitário, com valorização da educação pública e do IF como espaço de transformação social. Para bolsistas e professores, o PRÉ-IF tem se configurado como espaço de formação prática, oportunidade de amadurecimento acadêmico e profissional, além de fortalecimento da experiência docente em contextos reais de ensino.

Esses resultados indicam que o programa não apenas prepara para exames seletivos, mas também contribui para a constituição de sujeitos críticos e autônomos, em consonância com a função social dos IFs.

5. DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Apesar de seus avanços, o PRÉ-IF enfrenta desafios importantes. A ausência de uma apostila sistematizada com teoria e exercícios. A ausência de remuneração para professores voluntários, acarretando alta rotatividade, comprometendo a continuidade pedagógica, além disso, não há suporte financeiro para transporte e alimentação, fatores que desestimulam parte dos envolvidos. Outro desafio constante é a evasão estudantil, que exige estratégias contínuas de acompanhamento e motivação.

A coordenação e os voluntários reconhecem que se trata de um projeto de grande impacto na comunidade, fortalecendo a imagem da instituição e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PRÉ-IF representa uma importante iniciativa de democratização do acesso ao ensino técnico e integrado, reafirmando a função social dos Institutos Federais. Criado a partir da percepção das desigualdades educacionais, o projeto tem contribuído não apenas para aprovar estudantes nos processos seletivos, mas também para fortalecer a autoestima, o engajamento e a formação integral de jovens oriundos da rede pública.

Os resultados alcançados demonstram a relevância de iniciativas como essa no enfrentamento das desigualdades educacionais e sociais. Apesar dos desafios, sua institucionalização como programa garante maior visibilidade e possibilidade de continuidade.

Assim, o PRÉ-IF consolida-se como um exemplo de prática educativa transformadora, alinhada a princípios democráticos e emancipatórios, promovendo acesso, equidade e fortalecimento da educação pública.

7. REFERÊNCIAS

Constituição. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: ago. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. 320 p. e-ISBN 978-85-92826-14-7. Disponível: em:
https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos_Federais_de_Educação_e_Tecnologia_-_Relação_com_o_Ensino_Médio_Integrado_e_o_Projeto_Societário_de_Desenvolvimento.pdf. Acesso em: ago. 2025

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 24p. Disponível em:
<https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/11/Pedagogia-da-Autonomia-Paulo-Freire.pdf> Acesso em: ago. 2025.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

A IMPORTÂNCIA DA REFORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PROGRAMA AUXÍLIO-MORADIA EM JUIZ DE FORA (MG)

Lunária Ferreira de Assis
Mestranda em Geografia na UFJF
lunariaassisbach@gmail.com

Helena Rizzatti
Professora do PPGeo/UFJF
helena.rizzatti@ufjf.b

1. Introdução

As políticas públicas são definidas por Celina Souza (2006) como uma forma do governo materializar intenções por meio de ações. Milton Santos (2006) diz que as ações são a forma que os sujeitos atribuem significados a “coisas”, transformando-as em objetos. Esse processo dialético, onde a partir da transformação da coisa em objeto, transforma também o próprio sujeito, forma dois sistemas (de objeto e de ações) que constituem o espaço geográfico.

O Programa Auxílio-Moradia surge em Juiz de Fora (MG) em 2021, em um cenário de pandemia causado pela Covid-19. Essa medida previa a concessão de um valor emergencial para unidades familiares em vulnerabilidade. Porém, com o aumento do preço médio do aluguel esses valores ficaram muito defasados, sendo necessário uma reformulação do programa.

O presente trabalho pretende apresentar uma discussão sobre a importância do debate das políticas públicas considerando a realidade local. Analisando a média de preço dos aluguéis da cidade e um decreto que aumentou o valor do auxílio em 2023, busca-se responder a seguinte pergunta: como a análise de indicadores auxilia na reformulação de políticas públicas? O tópico abaixo “Capitalismo, patriarcado e políticas públicas” busca fazer uma revisão teórica sobre a temática. Posteriormente, trazemos a metodologia empregada nesta pesquisa, e logo em seguida, foi feita a discussão e a apresentação dos resultados obtidos. Por fim, as considerações finais, fruto das reflexões desenvolvidas.

2. Capitalismo, patriarcado e políticas públicas

A organização das cidades capitalistas se pautou na dicotomia entre público e privado, trabalho produtivo e reprodutivo (Helene, 2019). Essa separação, junto a feminização do trabalho de reprodução social, condicionou mulheres à esfera privada e ao espaço doméstico, dificultando seu acesso ao mercado formal de trabalho e à vida política, tendo suas necessidades suprimidas pelo patriarcado (Helene, 2019). A falta de estímulo da participação das mulheres na política desde então, se reflete até hoje no cenário nacional, onde apenas 18% das deputadas federais são mulheres¹.

Isso culminou em um planejamento urbano que atendia apenas aos interesses do homem burguês e da circulação de mercadoria, sem se atentar às necessidades do trabalho de reprodução social. As autoras Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019) afirmam que o capitalismo neoliberal e financeiro, além de aprofundar a lógica de expropriação da mão de obra feminina nos trabalhos de cuidado, também sucateou os serviços e equipamentos públicos do Estado, e qualquer possibilidade de execução de uma política socialdemocrata, em prol da dívida pública, deixando as parcelas marginalizadas da população cada vez mais vulneráveis.

Celina Souza (2006) mostra que não há um consenso sobre a definição de políticas públicas, enfatizando que apesar das diferenças e das críticas que algumas sofrem, todas direcionam-se para o mesmo ponto, a ação dos governos. E sua abrangência é multidisciplinar, por isso, estudiosos de tantas áreas têm contribuído para o seu desenvolvimento prático e teórico. Isso implica na avaliação e no acompanhamento por várias concepções distintas. Ela resume política pública: “como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente) ” (Souza, 2006, p. 26). Ou seja, a política pública é uma forma do governo materializar sua agenda ou reformulá-la.

Milton Santos (2006) atribui às ações a forma pela qual sujeitos transformam a si e aos objetos, por meio da intencionalidade. Essas ações são parte de um sistema dialético, onde sujeitos transformam objetos, ao mesmo tempo que os objetos mudam sujeitos, formando assim o espaço geográfico. Através da intencionalidade, percebemos que o espaço

¹ G1. *Bancada feminina é a maior da história do Congresso; deputadas avaliam o que isso representa na prática*. G1, 8 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/08/bancada-feminina-e-a-maior-da-historia-do-congresso-deputadas-avaliam-o-que-isso-representa-na-pratica.ghtml>. Acesso em: 3 set. 2025.

geográfico se constitui e é constituído continuamente sob os valores morais, políticos e culturais da sociedade. Inclusive, a política, compreendida na totalidade, produz e reproduz a forma e dita a função através das ações formais, ou seja, ela demonstra que a materialidade e a imaterialidade refletem a temporalidade da forma-conteúdo.

3. Metodologia

Foi utilizada uma metodologia mista. Primeiramente foi feito um levantamento bibliográfico pertinente à temática. Entende-se que a reformulação pode ser uma consequência da etapa de avaliação de uma política pública. A abordagem quantitativa foi realizada através da análise de dados primários que contém os valores do auxílio concedido pelo Programa Auxílio-Moradia e o preço médio do aluguel em Juiz de Fora (MG) entre 2023 e 2025. Recorremos também à matéria de jornal, e aos pronunciamentos oficiais na página oficial do *Instagram* da Prefeitura de Juiz de Fora e às leis e decretos municipais para realizar uma análise de conteúdo acerca das questões que orientam esse trabalho, complementando a abordagem qualitativa.

4. Discussão e resultados

Em 2020 há um alarme mundial, vocalizado pelo chefe da ONU, sobre a preocupação com o aumento dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, por conta do *lockdown* e do fechamento emergencial de serviços públicos de combate e prevenção durante a pandemia². Com isso, atenta-se a dois pontos: a) a necessidade de ter uma moradia para se proteger do vírus e b) a preocupação com a proximidade física entre vítimas e agressores.

Isto posto, o Programa Auxílio-Moradia surge em Juiz de Fora (MG) em 2021, durante o governo da prefeita Margarida Salomão. Ele substituiu um programa antigo de 2010 que previa um auxílio anual máximo de 2.400,00 reais direcionado apenas para pessoas em situação de vulnerabilidade habitacional por risco ambiental³. O novo programa atende três modalidades: vulnerabilidade social, auxílio emergencial e mulheres vítimas de violência de gênero. A inclusão da terceira modalidade demonstrou a preocupação do poder público

² Nações Unidas no Brasil. **Chefe da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio à pandemia do coronavírus.** ONU Brasil, 6 abr. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/85450-chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus>. Acesso em: 3 set. 2025.

³ Lei Ordinária n.º 12.060, de 2010. Institui o Programa Especial de Auxílio-Moradia para famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade ou risco habitacional, no município de Juiz de Fora/MG. Disponível em: *Leis Municipais – MG, Juiz de Fora*. Acesso em: 11 ago. 2025.

com esse grupo, que antes estava desamparado pela lei anterior. O primeiro decreto previa um auxílio de 300,00 reais para indivíduos e 600,00 para unidades familiares com mais de uma pessoa. Porém em 2023, um novo decreto reajusta esses valores para 600,00 e 900,00 reais respectivamente. Esses valores foram ajustados segundo a divulgação oficial da prefeitura para ajudar a construir a autonomia dos beneficiários através da moradia e ajuda-los a superar a condição no qual se encontram⁴.

Entretanto, a média de aluguel em Juiz de Fora (MG) sofreu um aumento. Segundo o jornal Tribuna de Minas, entre 2023 e 2025, houve um acréscimo de 5,42% no valor, passando para 18,00 reais por metro quadrado em média. Então, um apartamento de 54 metros quadrados, por exemplo, custaria em torno de 972,00 reais mensais, sem considerar as taxas adicionais. Nessa realidade, considerado auxílio de 2021, o valor de 300,00 correspondia a apenas 30,86% em cima do valor do aluguel, uma parcela irrigária do montante de gasto real do indivíduo. Com a atualização do valor para 600,00 reais, essa porcentagem passa para 61,72%. Ou seja, o valor disponibilizado pelo Programa Auxílio-Moradia presta apenas um apoio financeiro ao beneficiário, mas não supre todas as necessidades da moradia. Por isso, ele prevê a possibilidade de acumulação com outros programas de repasse de verba, como o Bolsa Família. No caso de mulheres vítimas de violência de gênero, entre elas, a violência doméstica e familiar que representa risco de vida há outros atenuantes. Entre eles, a existência de dependentes, a perda de contato da rede de apoio pela necessidade de mudança, a possibilidade do afastamento de postos de trabalho, etc.

5. Considerações Finais

A existência de mulheres na política é essencial para que demandas provenientes do trabalho de reprodução social sejam debatidas. As políticas públicas podem seguir como suporte para sujeitos marginalizados pelo sistema do capitalismo, e agravado por conta das ideologias racistas e patriarcas. Entender os indicadores socioeconômicos dos beneficiários e do local onde ela é implantada é fundamental para que ações formais consigam atingir seus objetivos, como a exemplo da realidade imobiliária do município. Por isso o processo de avaliação, e reformulação caso necessário, se apresenta como uma etapa importante dentro do ciclo da política pública, possibilitando mudanças indispensáveis para melhor atender a

⁴ PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. [@prefeituradejuizdefora]. Programa Auxílio-Moradia com valores ampliados em JF. Juiz de Fora, 11 dez. 2023. Instagram: @prefeituradejuizdefora. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C0utu6zuhM7/>. Acesso em: 11 ago. 2025.

população. A possibilidade de acúmulo com outros programas governamentais de repasse de renda demonstra a sensibilidade dos atores políticos atuais na busca pela autonomia e dignidade dessas mulheres.

6. Referenciais

- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. Feminismo para os 99%: Um manifesto. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.
- HELENE, D. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole**, v. 21, n. 46, p. 951-974, set./dez. 2019.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4a. Ed. São Paulo: Edusp, 2006.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.
- TRIBUNA DE MINAS.** *Cidade registra aumento de quase 6 % no valor do aluguel.* Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 6 mar. 2025. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/06-03-2025/aluguel-mais-caro.html>. Acesso em: 14 ago. 2025.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

MULHERES MIGRANTES VENEZUELANAS EM JUIZ DE FORA – MG: UMA APROXIMAÇÃO DO TEMA

Gislaine da Silva de Souza
Mestranda em Geografia, UFJF
gislainegeo@yahoo.com.br

1. Introdução

O presente trabalho apresenta a proposta de pesquisa de mestrado, ainda em curso, que pretende analisar e compreender como está a integração social da mulher migrante venezuelana em Juiz de Fora – MG. Considera, para tanto, as desigualdades interseccionais que afetam essas mulheres, assim como as estratégias de governança municipal para seu acolhimento e inserção social.

A crise política, econômica e institucional na Venezuela teve seu ápice em 2015, aumentando consideravelmente a emigração. O fluxo migratório da Venezuela para o Brasil tem ocorrido principalmente pelo estado de Roraima, que faz fronteira com esse país. Por ter sido gerado por variados e complexos fatores, é considerado pela Organização Internacional de Migrações (OIM) como um fluxo misto, ou seja, de pessoas refugiadas e imigrantes voluntários (Silva, Bógus, Silva, 2017 apud Caetano, 2023, p. 12).

A recente imigração venezuelana para o Brasil também pode ser caracterizada, segundo Demétrio, Baeninger e Domeniconi (2021) como uma migração em ondas (destacando-se a onda de refugiados a partir de 2016) que ocorre de forma dirigida, pois conta com a atuação do Estado brasileiro principalmente em duas frentes: na fronteira e na interiorização dos venezuelanos, principalmente através da Operação Acolhida⁵.

Nesse contexto de interiorização dos imigrantes, Juiz de Fora aderiu ao programa e passou a receber um fluxo de venezuelanos. Desses imigrantes, conforme o relatório Migracidades (2023) a maioria chegou ao município pelas modalidades de interiorização

⁵ Programa realizado pelos governos federal, estaduais e municipais, organizações internacionais, organizações da sociedade civil, órgãos do judiciário e Forças Armadas. Surgiu em 2018 com o objetivo de promover a recepção, acolhimento e interiorização voluntária dos imigrantes que estavam sobrecarregando o estado de Roraima. (Jarochinski-Silva e Albuquerque, 2020).

institucional (47%) e de reunião social (36%). A interiorização institucional é realizada junto ao ACNUR (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) e as Aldeias Infantis SOS, que abrigam temporariamente pessoas em situação de maior vulnerabilidade, que além da migração forçada têm que lidar com doenças crônicas, violência de gênero ou pertencem a famílias monoparentais.

Segundo Jarochinski-Silva e Albuquerque (2020, p. 64) a interiorização institucional é uma modalidade abrigo-abrigo, com a transferência de um abrigo em Roraima para um abrigo em outro estado, já a interiorização por reunião social é solicitada por imigrante que deseja se encontrar com amigos ou familiar não incluso na reunificação familiar.

Considerando que esses fluxos migratórios produzem transformações espaciais, sociais e econômicas desde sua origem até seu ponto de chegada, e ciente de que além dos desafios à coletividade migrante coexistem desafios individuais, optou-se por jogar luz a essa dinâmica através da interseccionalidade e da integração social das mulheres migrantes venezuelanas em Juiz de Fora.

2. Interseccionalidade e integração social: conceitos para análise

O termo interseccionalidade, segundo Hirata (2014), foi utilizado pela primeira vez em 1988 em um texto da jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw, para designar a interdependência das relações de poder de raça, sexo e classe. Desde então, o termo vem se consagrando e ampliando sua relevância em estudos e debates diversos.

Podemos definir que “A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana [...]” (Collins; Bilge, 2021, p. 15). Essa diversidade representa os marcadores sociais de uma pessoa, como gênero, classe, raça, orientação sexual, nacionalidade, entre tantos outros.

Para analisar a integração social das mulheres migrantes venezuelanas em Juiz de Fora, a interseccionalidade será utilizada como ferramenta analítica, uma vez que, segundo Collins e Bilge (2021), permite reconhecer os marcadores sociais individuais e de que modo eles posicionam as pessoas no mundo; dificulta o equívoco da simplificação analítica, como se apenas um fator fosse o grande responsável pelas desigualdades; e revela como políticas públicas podem reduzir ou agravar essas desigualdades.

Integração na conceituação de Dornelas (2018, p. 125) “[...] se apoia num consenso estabelecido, num pensamento comum, que enquadra o cotidiano de cada cidadão nacional dentro dos referenciais da nação e nacionalidade [...]” o que, portanto, não seria possível para

um imigrante. Porém, entenderemos integração social como direitos e oportunidades que migrantes possuem, de viver dignamente, assim como os nacionais.

Inevitavelmente, ao falar de integração social temos que analisar as políticas públicas, já que são instrumentos, em tese, garantidores dessa integração. Nesse ponto, uma das ideias centrais da interseccionalidade, justiça social, será extremamente relevante, pois, como alertam Collins e Bilge (2021, p. 49), “A justiça social também é ilusória onde aparentemente as regras são aplicadas de maneira igual a todos, mas ainda assim produzem resultados desiguais e injustos [...]”.

É importante levantar essa questão, uma vez que no Brasil, como bem explicitou Dornelas (2018), nem mesmo todos os nacionais possuem seus direitos fundamentais garantidos. Nesse cenário, os desafios tornam-se ainda maiores e as leis não só indicam garantias e deveres para os migrantes como as diretrizes que norteiam a governança sobre o assunto, já que, para Agustin (2007 *apud* Dornelas, 2018, p. 127), “[...] Suas práticas podem reproduzir também estereótipos e atitudes de marginalização dos migrantes, conforme as concepções de “acolhida” e “integração” que incorporam [...]”.

Daí a importância para esse trabalho de debruçar-se sobre ordenamentos jurídicos voltados para a população migrante em Juiz de Fora e especificamente para as mulheres, assim como pautar as investigações e análises nos pressupostos teóricos de interseccionalidade e integração social.

3. Metodologia

A metodologia utilizada para essa parte da pesquisa será de revisão bibliográfica com ênfase na recente migração venezuelana para o Brasil, no processo de interiorização através da Operação Acolhida, nas características e desafios da migração feminina, nos conceitos de interseccionalidade e de integração social, assim como na migração venezuelana para Juiz de Fora, já que se trata do recorte espacial desse trabalho. Também serão coletados dados secundários sobre migrantes venezuelanos, principalmente as mulheres, junto aos órgãos do governo municipal; a Universidade Federal de Juiz de Fora através do Projeto ImigraSomos e da Cátedra Sérgio Vieira de Mello; da Ordem dos Advogados do Brasil; da Polícia Federal; e de organizações civis e religiosas de assistência à população migrante. Haverá também a análise de documentos e leis municipais que versem sobre imigração.

4. Como estão as mulheres migrantes venezuelanas em Juiz de Fora?

Em Juiz de Fora, segundo o relatório Migracidades (2023), as mulheres correspondem a 49% da população migrante venezuelana, e concentram-se nas faixas etárias de 0 a 14 anos e 25 a 39 anos. São, portanto, parte considerável dessa população, muitas em período de formação escolar e profissional e outras tantas, segundo a idade, aptas a atividades produtivas e reprodutivas.

É preciso somar essas considerações ao fato de que boa parte de venezuelanos imigrantes em Juiz de Fora, que chegaram por intermédio da Operação Acolhida, vieram em situação de vulnerabilidade. No caso das mulheres é imprescindível um olhar mais atento às interseccionalidades que as atravessam.

Considerando as políticas governamentais e por conseguinte o compromisso assumido pelo poder público, é fato que estão acontecendo ações voltadas para a população imigrante. Vale destacar iniciativas culturais e educacionais, assim como o Decreto nº 15.952/23⁶, o que já indica um olhar mais atento às interseccionalidades vividas pelas migrantes. É necessário contudo, analisar a real efetividade de tais ações.

Referências Bibliográficas:

BAENINGER, Rosana Aparecida; DEMÉTRIO, Natália Belmonte; DOMENICONI, Jóice de Oliveira Santos. A governança das migrações internacionais no Brasil: um estudo a partir das migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 20., 2021, Belém. Anais eletrônicos... Belém, PA: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2021. p. 1–19.

CAETANO, Bianca Ribeiro Alves. **O reconhecimento pelo Brasil de grave e generalizada violação de direitos humanos na Venezuela.** 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. DOI: 10.11606/D.101.2023.tde-24102023-112857.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. O que é interseccionalidade? In: COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 15-49.

DORNELAS, Sidnei Marco. Migrações contemporâneas: desafios para a acolhida e a integração social a partir da Pastoral do Migrante. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, v. 31, n. 82, p. 121–144, jan.–abr. 2018. Disponível em: <https://travessia.emnuvens.com.br/travessia/article/view/373>. Acesso em: 9 set. 2025.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61–73, jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005>

⁶ Plano Municipal de Políticas para a População Migrante, Refugiada, Apátrida e Retornada, que contempla um eixo estratégico de ação voltado para as mulheres, o eixo 5: Mulheres e população LGBTQI+: acesso a direitos e serviços.

JAROCHINSKI-SILVA, João Carlos; ALBUQUERQUE, Élysson Bruno de. Operação Acolhida: avanços e desafios. **Caderno de Debates** – Refúgio, Migrações e Cidadania, v. 16, n. 16, Brasília, out. 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/caderno-de-debates/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

MIGRACIDADES. Relatório de Atualização de Diagnóstico MigraCidades do Município de Juiz de Fora. Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2023.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

PEQUENAS CIDADES E REDES REGIONAIS: A CENTRALIDADE DE LIMA DUARTE (MG) NA REGIÃO IMEDIATA DE JUIZ DE FORA

Stéfani Rezende dos Santos

Bacharela em Geografia e Licencianda em Geografia – UFJF

stefani.rezende@estudante.ufjf.br

1. Introdução

Na Geografia, os estudos clássicos acerca da relação entre cidade e região têm destacado a organização hierárquica dos centros urbanos, sobretudo as metrópoles e cidades médias. Contudo, as pequenas cidades ainda aparecem de modo secundário ou simplificado, com suas dinâmicas reduzidas a funções de menor importância (VIDAL; STEPHAN, 2020). Esse enfoque limita a compreensão da realidade urbana brasileira, visto que tais localidades, embora pequenas em termos demográficos, desempenham papéis sociais e econômicos fundamentais em seus territórios.

Nesse sentido, o município de Lima Duarte (MG), situado na Região Geográfica Imediata de Juiz de Fora e classificado pela REGIC (2020) como centro local, representa um objeto de estudo relevante. Com uma população de 17.221 habitantes, de acordo com o último censo realizado pelo IBGE em 2022, a cidade se destaca pela presença do Parque Estadual do Ibitipoca (PEIb), no distrito de Conceição de Ibitipoca, que atrai fluxos regulares de visitantes e sustenta uma economia própria. Esse fenômeno levanta questões importantes sobre a reconfiguração de centralidades em pequenas cidades brasileiras.

2. Cidade, Região e Turismo: bases conceituais

A compreensão do papel das pequenas cidades exige uma retomada dos debates clássicos da Geografia acerca da relação entre cidade e região. Corrêa (2011) caracteriza as pequenas cidades como aquelas cujo contingente populacional varia entre 20 e 30 mil habitantes, desempenhando funções predominantemente locais e com centralidade restrita ao próprio território. Apesar disso, não se pode reduzi-las a uma posição secundária no sistema urbano, uma vez que constituem espaços de reprodução da vida social e econômica. Fresca (2010) reforça essa perspectiva ao destacar a heterogeneidade dos centros locais, que podem apresentar desde funções mínimas até arranjos urbanos mais complexos.

Nessa mesma direção, Sposito (2009, p. 18-19) defende que “a região é o próprio quadro de referências, socialmente construído, a partir das relações entre as cidades médias e pequenas”. Em outras palavras, compreender uma cidade implica analisá-la em relação à rede regional na qual está inserida. Essa discussão é central para situar Lima Duarte (MG) em sua proximidade com Juiz de Fora, capital regional que polariza 146 municípios na maior região intermediária do Brasil (BARROS, 2019). Tal contexto insere a pequena cidade em uma rede urbana hierárquica, na qual fluxos e funções são comandados pela cidade-polo.

Ao mesmo tempo, a presença do distrito de Conceição de Ibitipoca introduz novas dinâmicas. Tuil (2003) observa que muitos distritos brasileiros alcançam relativa autonomia econômica em relação à sede municipal, fenômeno que se verifica em Ibitipoca devido ao intenso fluxo turístico associado ao Parque Estadual do Ibitipoca, uma das unidades de conservação mais visitadas do Brasil (SANCHO-PIVOTO et al.,

2020). Nesse cenário, o turismo assume papel estruturador da economia local e redefine a centralidade do município.

Como enfatiza Silva (2009), o turismo deve ser entendido como um agente de produção do espaço, na medida em que rompe a lógica da contiguidade territorial e insere pequenas cidades em redes mais amplas de fluxos. De modo semelhante, Silva (2024) argumenta que as interações turísticas organizam-se em forma de rede, articulando lugares emissores e receptores e, assim, reconfigurando escalas de centralidade.

Por fim, é preciso considerar que a análise de Lima Duarte se insere em uma região marcada pela fragilidade socioeconômica e pela estagnação histórica da Zona da Mata mineira (NETTO; DINIZ, 2005). Nesse contexto, a emergência de novas formas de centralidade, ancoradas no turismo e em sua posição estratégica, permite problematizar o papel das pequenas cidades na rede urbana regional e ampliar a compreensão sobre os processos de diferenciação territorial no Brasil.

3. Objetivos

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar o papel exercido pela cidade de Lima Duarte (MG) na Região Geográfica Imediata de Juiz de Fora, de modo a compreender as dinâmicas que estruturam sua centralidade enquanto pequena cidade. Para tanto, busca-se ainda discutir a conformação da Região Geográfica Intermediária de Juiz de Fora, identificar os fixos responsáveis por sustentar os fluxos econômicos de Lima Duarte, compreender os processos de estruturação do município a partir do turismo e analisar o desenvolvimento socioeconômico das pequenas cidades inseridas na antiga Zona da Mata mineira.

4. Considerações Finais

A hipótese que sustenta esta investigação é que a centralidade exercida pelas pequenas cidades possui papel fundamental na rede urbana regional em que estão inseridas. No caso de Lima Duarte, os fluxos turísticos e econômicos contribuem para a construção de uma centralidade imediata, mesmo em um contexto regional fragilizado.

Desse modo, o estudo pretende contribuir para o debate sobre o papel das pequenas cidades na rede urbana, evidenciando como elementos específicos — como o turismo e a localização estratégica — podem promover novas dinâmicas intra e interurbanas. Ao explorar os pares analíticos cidade e região e cidade e município, busca-se fornecer subsídios para a compreensão das interações espaciais que estruturam a Zona da Mata mineira e outras regiões brasileiras similares.

Referências

BARROS, S. F. S. Cidade média e região: análise a partir da região intermediária de Juiz de Fora/MG. Anais XVIII ENANPUR, 2019.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. GEOUSP, v. 15, n.

3, p. 5-12, 2011.

ENDLICH, A. M. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, 2006.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. *Mercator*, v. 9, n. 20, p. 75-81, 2010.

IBGE. Regiões de influência das cidades. Rio de Janeiro, 2020.

NETTO, M. M.; DINIZ, A. M. A. A estagnação socioeconômica da Zona da Mata de Minas Gerais. X Encontro de Geógrafos da América Latina, USP, 2005.

SANCHO-PIVOTO, A. et al. Efeitos e transformações gerados pelo turismo no Parque Estadual do Ibitipoca, Minas Gerais. *RBTUR*, v. 14, n. 2, p. 46-63, 2020.

SILVA, M. R. O turismo e a produção do espaço. Anais do XII Encuentro de Geógrafos de América Latina, Montevidéu, 2009.

SPOSITO, M. E. B. Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras. Belém: FASE, 2009.

VIDAL, A. S. A.; STEPHAN, Í. Características de um pequeno município: análise de Piraúba-MG. Anais do III Seminário “Cidades, Territórios e Direitos”. UFV, 2021.

V COLÓQUIO NUGEA

Grupo de Trabalho 2



INSTITUTO
DE CIÊNCIAS
HUMANAS



PPGEO
Programa de Pós-Graduação
em Geografia UFJF

NUGEA
Núcleo de Pesquisa
Geografia Espaço e Ação

NUDES
Laboratório do Nugea



V COLÓQUIO DO NUGEA

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

DO PATRIMÔNIO AO PROTESTO: territorialidades juvenis nas batalhas de rap em Mariana - MG

Crislaine Custódia Rosa

INTRODUÇÃO

A cidade de Mariana, conhecida como a primaz de Minas Gerais, foi a única povoação a receber o título de cidade no estado no século XVIII. Para esse feito, seu traçado urbano precisou ser reformulado. Sua fundação oficial ocorreu em 1711, a partir da junção de dois povoamentos menores: o Arraial de Cima e o Mata Cavalos. Com a efetivação da Vila do Carmo, espalharam-se pela cidade símbolos de poder, como a Casa de Câmara e Cadeia, o pelourinho e as igrejas do Carmo e da Conceição (Veloso, 2013).

Esses traçados coloniais e símbolos de poder permanecem preservados, tombados como Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). É nesse cenário que situamos nossa análise. O recorte temporal inicia-se em 2015, No início, sem microfone e apenas com suas vozes, jovens protagonizaram batalhas de rap que ocuparam um espaço historicamente marcado pelo poder colonial. A presença do movimento Hip Hop nesse local transformou o ato artístico em ato político, contrapondo símbolos da colonialidade às espacialidades negras produzidas pela cultura.

Este estudo, etapa inicial de uma investigação mais ampla, busca compreender as territorialidades juvenis das batalhas de rap em Mariana/MG. Considerando seu patrimônio histórico e sua centralidade na história mineira, a cidade abriga práticas culturais diversas, sendo o Centro Histórico também cenário de apropriações juvenis. O objetivo geral é apresentar o histórico das batalhas de rap em Mariana a partir de 2015 e sua relação com o Centro Histórico. O objetivo específico é identificar e mapear os pontos de encontro das batalhas de rap em 2024.

METODOLOGIA

A pesquisa foi conduzida em duas etapas: 1. Pesquisa bibliográfica com levantamento de estudos e referenciais teóricos sobre juventudes, territorialidades urbanas, cultura Hip Hop e Atlântico Negro, com destaque para autores como Cassab (2023), Gilroy (2001), Gamalho (2023) e Oliveira (2011). O objetivo foi compreender conceitos e abordagens que sustentam a análise das batalhas de rap enquanto práticas espaciais e culturais. A segunda fase, conta com a análise de conteúdo em redes sociais **onde foi realizado** o monitoramento e coleta de dados no Instagram de coletivos e produtores de batalhas de rap em Mariana durante o ano de 2024. Foram analisadas postagens contendo informações sobre locais, datas e organização dos eventos, com atenção especial à recorrência dos pontos de encontro. Os dados coletados permitiram mapear espacialmente as territorializações no Centro Histórico. A combinação dessas etapas possibilitou a articulação entre o contexto histórico-cultural, a dimensão espacial das batalhas e a experiência vivida pelos jovens.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As juventudes, ao produzirem e vivenciarem práticas culturais, inscrevem-se no espaço urbano por meio de grafias e territorialidades próprias. No caso de Mariana, compreender as batalhas de rap exige também compreender a raiz dessa prática: o Hip Hop, cultura negra que emergiu nos guetos negros e latinos de Nova Iorque entre as décadas de 1960 e 1970. Criado por DJ Kool Herc, jamaicano que, inspirado por tradições orais africanas e caribenhas, adaptou o uso de sound systems às realidades dos bairros nova-iorquinos o Hip Hop transformou conflitos de rua em disputas simbólicas, manifestas em música, dança e arte visual (Oliveira, 2011).

O Hip Hop, ao chegar ao Brasil, encontrou diferentes formas de se manifestar, apropriando-se de contextos locais. Em Mariana, as batalhas de rap tornaram-se um instrumento de ocupação de espaços públicos e de afirmação cultural. Silva (2023), um dos fundadores da Batalha das Gerais, sintetiza esse sentido de apropriação:

Todo menor de quebrada, todo preto, todos nós, merecemos ter conhecimento de que podemos sim ocupar espaços e podemos sim fazer com que esses espaços nos representem, sejam nossa casa, nos pertençam. É isso que sinto quando vejo um movimento da periferia, marginalizado e mal falado por quem não sabe 1% da história e da ideologia, tomando para si um espaço que é classificado como público, mas foi criado para impor e representar um tal “poder” que nem liga pra nossa existência, e se dependesse deles nem lá a gente pisava.

Uma batalha de rima em uma praça que tem como monumento símbolos com alusão a justiça e a coroa portuguesa e m um pelourinho, que era usado

para açoitar negros escravizados, vai muito além de apenas uma batalha de rima, essa manifestação se torna um grito, um ato político.

Realizar batalhas em uma praça marcada por símbolos do poder colonial, como o pelourinho, ressignifica o espaço, transformando o ato artístico em manifestação política e memória viva da resistência negra.

Essa ressignificação conecta-se ao debate sobre juventudes. Para Gamalho (2023), a categoria “juventude” está atravessada por relações de poder e perspectivas adultocêntricas, que classificam e normatizam comportamentos (Groppo, 2004). Cassab (2023) propõe pensar a juventude como uma experiência particular e espacial, marcada por práticas e vivências concretas.

Historicamente, juventudes negras e periféricas foram representadas por estereótipos ligados à criminalização, violência e exclusão, negando-lhes atributos como criatividade e contestação. No entanto, como defende Gilroy (2001), a corporalidade das populações pós-escravizadas — expressa em práticas performativas — constitui um elemento central das tradições culturais negras.

Em Mariana, jovens das batalhas inscrevem no espaço urbano grafias corporais e sonoras que dialogam com o Atlântico Negro, articulando raça, classe, gênero e sexualidade. Essas práticas produzem territorialidades que tensionam a lógica urbana normativa, ora por confrontação direta, ora por resistências sutis.

O mapeamento das batalhas em 2024 revela que os principais pontos de encontro concentram-se na parte baixa da cidade, em locais como a Praça Gomes Freire, o Coreto e o Ginásio Poliesportivo. Essas escolhas indicam não apenas acessibilidade física, mas também significados simbólicos e históricos que sustentam a apropriação juvenil desses espaços.

A corporeidade das juventudes periféricas no espaço urbano mobiliza dinâmicas diversas de deslocamento, ocupação e uso do território, produzindo espacialidades que resultam de trajetórias sociais e afetivas. Essas práticas espaciais, mediadas pelo uso cotidiano da cidade, seja através da manifestação cultural, do lazer ou da festa —, configuram formas particulares de apropriação urbana. Tais manifestações por vezes entram em conflito aberto com os valores normativos do ordenamento urbano, por outras vezes se manifestam de modo latente, revelando formas sutis de resistência. Essas resistências, por sua vez, são ressignificadas, ou não — no plano discursivo a partir das práticas culturais e do modo como os jovens ocupam e performam as ruas enquanto sujeitos juvenis (Gamalho, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A juventude hip hop de Mariana expressa, nas batalhas de rap, formas de resistência e afirmação identitária que atravessam dimensões raciais, de gênero e de classe. A cidade, historicamente receptora de corpos africanos escravizados, permanece como território de disputa simbólica, no qual os jovens atualizam a memória de luta e sobrevivência (Marçal, 2010).

As espacialidades produzidas pelas batalhas não apenas revelam a criatividade e potência cultural desses jovens, mas também evidenciam conflitos e negociações com a gestão e o ordenamento urbano. A apropriação de espaços públicos centrais — como a Praça Gomes Freire e o Coreto — reafirma que a cidade é também lugar de expressão e pertencimento para corpos historicamente marginalizados.

Conclui-se que as batalhas de rap, enquanto prática cultural negra e periférica, contribuem para redefinir o significado de espaços marcados pelo poder colonial, inscrevendo neles novas narrativas e possibilidades de uso. Estudos futuros podem aprofundar a relação entre políticas de preservação do patrimônio e práticas culturais juvenis, bem como explorar o papel do gênero e da sexualidade na ocupação desses espaços.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas Culturais; Juventudes; Mariana; Batalha de rap; espacialidades.

FINANCIAMENTO: Pesquisa realizada com financiamento FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASSAB, Clarice. Pensando Juventudes e Cidade a partir da experiência de jovens cotistas. Geografia das Juventudes. OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel.(Org.). Porto Alegre, RS:GEPJUVE, 2023. 191f.

CIRQUEIRA, Diogo Marcal. Between the body and the theory: the question étnicoracial at work and trajectory of socio Milton Santos. 2010. 159 f . Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

CORAÇÃO, C. R.; CARNEIRO, F. D. B. De quem é a Praça Gomes Freire?: As disputas simbólicas no espaço Jardim e as representações da imprensa de Mariana -MG. Logos, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 70 -85, 2018. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/35877>. Acesso em: 24 de maio, 2022.

GAMALHO , Nola Patrícia. Juventudes e as periferias. Geografias das juventudes . OLIVEIRA, Victor Hugo Nedel.(Org.). Porto Alegre, RS: GEPJUVE, 2023. 191f.

GILROY, Paul. O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed. 34; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes. Centro de Estudos Afro -Asiáticos, 2001.

GROOPPO, Luis Antônio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. Revista de Educação do Cogeime, São Paulo, v.13, n.25, p.9 -22, dez 2004.

OLIVEIRA, Denilson Araújo de. Juventude e Territorialidades urbanas: uma análise do hip hop no Rio de Janeiro. Anais do I Seminário de Pesquisa JUVENTUDES E CIDADE . Universidade Federal de Juiz de Fora. 13p. 2011.

PEREIRA, Sabrina Mikaelle. Trajados das Gerais. 2023. 33 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

ROSA, Crislaine Custódia et. al. DISCUTINDO ANCESTRALIDADE E JUVENTUDES: A ocupação dos centros históricos de Ouro Preto/MG e Mariana/MG pela juventude das batalhas de rap. Anais do XVIII SIMPURB . 15 p. 2024.

SILVA, Fernando Alberto. Batalha das Gerais: a importância e o direito à ocupação dos espaços sociais em Mariana. 2023. 59 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2023.

VELOSO, Tércio. Do arraial à cidade: ocupação do espaço e dinâmica urbana na (re) construção de Mariana, Minas Gerais (1742 -1747). Temporalidades .- Revista Discente do Programa de Pós Graduação em História da UFMG. Vol. 5, n. 1, Jan/Abr – 2013.

V COLÓQUIO DO NUGEA

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

A PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES ENQUANTO LUGAR: principais contribuições teóricas para a análise do objeto.

Leandro da Silva Cruz

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO/UFJF

leandro.silva.cruz09@gmail.com

1 - Introdução

Esse trabalho se trata de um esboço teórico, no qual o objetivo é estabelecer uma proposta de análise do objeto de pesquisa a partir do conceito de Lugar, identificando suas principais contribuições para a dissertação de mestrado em andamento. Portanto, trata-se de um exercício de elaboração conceitual que busca ampliar as possibilidades de compreensão do objeto de estudo, explorando um caminho analítico distinto da abordagem territorial, adotada como eixo central da pesquisa.

A ideia para a elaboração deste trabalho emerge do seguinte questionamento: pode a Praça Zumbi dos Palmares ser entendida como Lugar, de acordo com o conceito elaborado por Milton Santos? Essa questão problema nos permite refletir não apenas sobre a potência analítica do conceito de Lugar, mas também abre horizontes para pensar o espaço público em suas múltiplas dimensões, principalmente, no que se refere aos efeitos do processo de turistificação.

Para isso, a principal metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica, focando principalmente na obra de Milton Santos e sua definição de Lugar. Dessa maneira, o texto se divide em duas partes: (I) a apresentação do conceito de Lugar de Milton Santos, destacando o caminho metodológico que o fundamental, e a discussão do cotidiano como dimensão privilegiada para análise do Lugar; (II) a articulação do objeto empírico, a Praça Zumbi dos Palmares, à noção de Lugar, evidenciando as principais contribuições para o desenvolvimento da pesquisa.

2 - O Lugar e o Cotidiano como perspectiva de análise

Como ponto de partida para a construção desse esboço teórico é preciso revelar como Milton Santos, principal referência utilizada, define o conceito de lugar. Primeiramente, para evitar possíveis confusões, é necessário destacar que a construção conceitual proposta por Santos (2017) está ancorada no materialismo histórico-dialético, diferentemente da abordagem fenomenológica, muito utilizada em pesquisas que abordam esse conceito.

Se tratando de Milton Santos, o Lugar não pode ser pensado sem a sua definição de espaço, ou seja, como produto e produtor das relações sociais (Santos, 2017). Desse modo, é uma forma material, que necessita de significados, a atribuição de um valor, de um signo, de um uso. Logo, o espaço condiciona as relações sociais e, consequentemente, é alterado pelas relações sociais, por isso é carregado de intencionalidades. Por fim, o espaço não é algo neutro e é indissociável da sociedade, não existindo espaço sem o social.

Posto isso, outro ponto chave para compreender o conceito de Lugar é a escala. A variação da escala do par espaço-tempo, nos permite observar como as transformações da sociedade impactam diretamente na produção do espaço, e compreender essas variações é essencial para pensar o lugar. Diante disso, a técnica cumpre papel determinante, pois condensa tempos e espaços, aparecendo como tempo congelado, revelando conteúdos e tempos passados, ou seja, a história inscrita no espaço (Santos, 2017).

Assim sendo, é o desenvolvimento das técnicas que nos possibilita compreender o lugar na contemporaneidade, pois com o desenvolvimento do meio técnico científico informacional a nossa relação com o mundo foi alterada. As relações que antes se davam na ordem local-local, passam para local-global (Santos, 2017). Portanto, a ideia de lugares fechados, sem conexão com o mundo, é descartada, pois a partir da globalização, o mundo está contido no lugar como lugar está contido no mundo.

Esse ponto é elementar para a construção do conceito de lugar, pois revela que os eventos globais vão impactar nos eventos locais e vice-versa, com intensidades diferentes. Dessa maneira, o lugar é o intermediário entre o indivíduo e o mundo. Sendo assim, “o lugar, aliás, se define como funcionalização do mundo, e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente” (Santos, 2008, p. 35).

Além disso, é importante pontuar que ao mesmo tempo que todo lugar é o mundo, ele é o mundo à sua maneira (Santos, 2017), ou seja, todos apresentam a sua particularidade. Isso se explica pelas diferentes densidades técnicas, informacionais e comunicacionais. Assim, resultam da combinação entre objetos e ações, sendo estas de ordem racional, voltadas à

produção capitalista, as verticalidades; ou simbólica, relacionadas às relações sociais e práticas de comunicação, as horizontalidades (Santos, 2017). O confronto entre verticalidades e horizontalidades revela disputas, mas também abre a possibilidade de convivência solidária e construção política. Somado a isso, Santos (2008) destaca a importância da proximidade: a organizacional, vinculada às estruturas de produção e interesses hegemônicos, e a espacial, ligada ao entorno imediato e às relações de solidariedade.

Desse modo, se comprehende o lugar como relacional e aberto, sempre em disputa. Por conta disso, é nele que reside a possibilidade de transformação: o lugar é a oportunidade do evento, ou seja, o espaço do improviso, da resistência e da projeção de futuros alternativos. Por isso, a análise se volta para o cotidiano, dimensão onde o conceito de lugar se materializa e onde se abrem as oportunidades de transformação da sociedade.

Considerar essa dimensão da vida surge como uma possibilidade de analisar o lugar, pois é onde os sujeitos constroem o espaço conscientemente e inconscientemente, construção esta que se dá na vida ordinária. Com isso, o cotidiano presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido que leva em conta as principais variáveis discutidas: os objetos, as ações, a técnica e o tempo (Santos, 2017). Para isso, portanto, o cotidiano não pode ser observado apenas como a reprodução do indispensável.

Balbim (2003) comprehende que o cotidiano é, na verdade, mais complexo e amplo, considerando a repetição dos atos diários e o conjunto social que condiciona esse conjunto de ações. Logo, o cotidiano formaria um conjunto normatizado das práticas sociais. A partir dessa concepção, o autor nota que o cotidiano apresenta uma relação entre espaço e tempo, pela qual observa o gancho para a geograficidade dessa categoria. Além disso, é importante frisar que o cotidiano é diretamente afetado pela interação conjunta das verticalidades e das horizontalidades. Balbim (2003) afirma que o cotidiano é um universo material e simbólico que envolve todos os indivíduos, as instituições, as empresas, na sua construção. Assim, o cotidiano, tal qual o lugar, está sujeito a esse tensionamento de forças, mas de forma distinta, senão seriam a mesma coisa.

Por fim, o cotidiano entendido dessa maneira possibilita a uma análise geográfica do lugar de forma mais profunda, na qual é possível identificar como as verticalidades e, principalmente, as horizontalidades produzem o lugar e o espaço.

3 - A Praça Zumbi dos Palmares enquanto Lugar: algumas conclusões.

A partir do referencial teórico discutido, é possível refletir sobre como a Praça Zumbi dos Palmares pode ser compreendida como Lugar. Assim, ao considerar a praça como Lugar, desloca-se a análise para além da sua configuração física ou da sua função formal no tecido urbano, enfatizando os usos, apropriações e disputas que a constituem cotidianamente.

Nesse caso, resumidamente, essa leitura permite reconhecer que o espaço não se reduz à paisagem ou ao desenho urbano, mas se apresenta como um campo de interações, onde o global e o local se entrecruzam. O processo de turistificação, que introduz novas lógicas de uso e circulação, expressam as verticalidades descritas por Santos, vinculadas a interesses econômicos e estratégias de requalificação urbana. Em contrapartida, as práticas cotidianas de moradores, feirantes e pescadores, sujeitos que fazem uso da praça no dia a dia, constituem as horizontalidades, orientadas por lógicas de convivência, resistência e reprodução da vida.

Essa tensão entre verticalidades e horizontalidades evidencia que o Lugar é sempre um espaço de conflito. Na praça, as intervenções urbanísticas e políticas públicas voltadas à valorização turística convivem com práticas que escapam ao planejamento, revelando disputas pelo direito ao espaço público. Ao mesmo tempo, é nesse contexto que se abrem possibilidades de solidariedade e de construção política, pois o Lugar, ao mediar a relação entre indivíduo e mundo, também é a oportunidade do evento. Assim, compreender a Praça Zumbi dos Palmares como Lugar significa situá-la como um recorte concreto em que se expressam os efeitos da globalização, mas também como um espaço singular, atravessado por experiências, memórias e resistências próprias. Essa perspectiva contribui diretamente para a pesquisa de mestrado ao ampliar o olhar inicialmente centrado na abordagem territorial, evidenciando que o espaço público em questão não é apenas um palco de disputas políticas e de reconfigurações ligadas ao turismo, mas também um espaço vivido, apropriado e continuamente recriado pelos sujeitos que dele se utilizam.

Em síntese, o exercício teórico desenvolvido neste trabalho demonstrou que o conceito de Lugar, sobretudo a partir da ênfase no cotidiano, oferece caminhos fecundos para compreender a complexidade da Praça Zumbi dos Palmares. Ao articular disputas de poder e práticas cotidianas, a análise permite vislumbrar diferentes dimensões do espaço público, reforçando a importância de abordagens que considerem não apenas as determinações estruturais, mas também as ações dos sujeitos sociais.

6 - Referências bibliográficas

BALBIM, Renato Nunes. A quinta dimensão do espaço: cotidiano e práticas espaciais. In: SOUZA, Maria Adélia A. de. (Orgs.). **Território brasileiro**: usos e abusos. Campinas: Edições territoriais, 2003. p. 154-173.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed., 2002. 7. reimpr. São Paulo: EDUSP, 2017.

SANTOS, Milton. O lugar: encontrando o futuro. **RUA: Revista de Urbanismo e Arquitetura**, n. 6, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rua/article/view/3113>. Acesso em 22 ago. 2025.

V COLÓQUIO DO NUGEA

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

Hip-Hop e Produção de Espacialidades Juvenis: Uma Pesquisa-Ação no Bairro Dom Bosco.

Hannah Góes da Silva

Universidade Federal de Juiz de Fora - Discente PPGEO-UFJF

hannahgoes@hotmail.com

1 - Introdução

O trabalho apresentado é parte de um projeto de mestrado e tem como objetivo apresentar a metodologia da pesquisa que será desenvolvida sobre a influência da cultura hip-hop sobre jovens do bairro Dom Bosco, em Juiz de Fora, focando em como esta cultura afeta a mobilização por direitos espaciais e sociais, a transformação do espaço urbano e o desenvolvimento do pensamento crítico. A relevância do estudo baseia-se na crescente importância do hip-hop como fenômeno cultural e social, especialmente em áreas urbanas periféricas. Nas últimas décadas, o hip-hop tem se consolidado não apenas como expressão artística, mas como meio de articulação política e social para jovens marginalizados.

O bairro Dom Bosco, escolhido como local da pesquisa, representa um microcosmo dos desafios enfrentados por comunidades periféricas em cidades brasileiras de médio porte. Localizado em uma área de transição entre zonas de alto e baixo valor imobiliário, o bairro é caracterizado por contrastes socioeconômicos significativos e uma história de lutas por reconhecimento e direitos. A abordagem geográfica adotada permite uma análise multifacetada da relação entre juventude, cultura e espaço urbano. A pesquisa considera o espaço não apenas como cenário das ações humanas, mas como produto e produtor de relações sociais, investigando como o hip-hop pode atuar na ressignificação dos espaços urbanos pelos jovens.

Ao abordar o tema da juventude, adoto uma perspectiva que reconhece sua pluralidade. O conceito de juventude, longe de ser uma categoria homogênea e universal, é uma construção social e histórica que varia de acordo com contextos específicos (DAYRELL, 2003). É necessário compreender que a experiência juvenil é moldada por diversos fatores,

incluindo classe social, raça, gênero, orientação sexual e contexto geográfico (BARBOSA; DAMASCENO, 2020).

Pais (1990) argumenta que a juventude deve ser entendida como uma categoria socialmente construída, sujeita a modificar-se ao longo do tempo. Através de suas práticas cotidianas, formas de sociabilidade e expressões culturais, os jovens constantemente ressignificam e recriam os espaços da cidade (TURRA NETO, 2008).

Por isso o hip-hop é uma importante expressão cultural e social da juventude.

O hip-hop surgiu nas periferias de Nova York na década de 1970, como resposta cultural às condições de exclusão enfrentadas por jovens afro-americanos e latinos do Bronx (ROSE, 1997). Inicialmente, manifestava-se através de quatro elementos principais: rap, breakdance, grafite e DJing. No Brasil, chegou no início dos anos 1980, sendo apropriado como ferramenta de expressão e mobilização social (OLIVEIRA e SILVA, 2004).

A evolução do hip-hop no Brasil foi marcada por sua institucionalização e reconhecimento como movimento cultural e político. Surgiram as posses (coletivos de hip-hop) que, além de promoverem atividades artísticas, atuavam como espaços de formação política e articulação comunitária. O movimento também se destacou por sua intersecção com outros movimentos sociais, como o movimento negro e o movimento de moradia (FELIX, 2005).

Weller (2011) argumenta que o hip-hop atua como um "espaço de formação" para muitos jovens, proporcionando oportunidades de socialização, aprendizagem e construção de identidade que muitas vezes não são oferecidas por instituições tradicionais. No contexto urbano, a intersecção entre juventudes e hip-hop se manifesta na transformação e ressignificação dos espaços da cidade, onde jovens redefinem o uso de espaços públicos, convertendo áreas degradadas ou subutilizadas em locais de encontro, expressão e afirmação cultural (PARDUE, 2008).

No bairro Dom Bosco, a introdução do hip-hop como ferramenta de pesquisa e intervenção oferece a oportunidade de explorar como essa cultura pode impactar as percepções e práticas espaciais dos jovens. Espera-se que, através do engajamento com o hip-hop, os participantes possam desenvolver novas formas de compreender e interagir com seu entorno urbano, potencialmente levando a uma maior mobilização por direitos e a uma transformação positiva do espaço do bairro.

Este trabalho busca contribuir para a apresentação e estruturação de uma pesquisa que investigará como a cultura hip-hop pode atuar como catalisador de mudanças sociais e

espaciais em contextos urbanos periféricos, reconhecendo sua importância como ferramenta de expressão, resistência e transformação social.

2 – Metodologia

A investigação da relação entre juventudes e Hip-Hop no bairro Dom Bosco demanda uma metodologia que capture a complexidade deste fenômeno cultural e social. Este estudo se fundamenta na pesquisa qualitativa que, segundo Denzin e Lincoln (2011), busca compreender fenômenos sociais em profundidade, focando na interpretação e nos significados das experiências. Esta abordagem se justifica pela natureza do objeto de estudo, que envolve aspectos subjetivos da experiência juvenil com a cultura Hip-Hop, alinhando-se com o que Freire (1996) denominou "pedagogia da autonomia".

A metodologia combina diversas técnicas qualitativas, iniciando com uma revisão bibliográfica sobre juventude, cultura Hip-Hop e espacialidade urbana. Creswell e Creswell (2017) enfatizam a importância desta etapa para estabelecer o estado da arte e identificar lacunas na literatura existente, abrangendo estudos sobre práticas culturais e produção do espaço urbano no contexto brasileiro.

O núcleo metodológico consiste em oficinas de Hip-Hop, alinhadas com a pesquisa-ação participativa descrita por Reason e Bradbury (2008). Estas oficinas, conduzidas por representantes locais da cena Hip-Hop de Juiz de Fora, abordam os elementos fundamentais da cultura: DJ, MC, break dance, grafite e conhecimento. Para capturar essas experiências, será empregada a observação participante, que Spradley (2016) descreve como ferramenta etnográfica de imersão ativa. Complementarmente, será mantido um diário de campo, que Emerson et al. (2011) destacam como essencial para o registro reflexivo.

Serão aplicados questionários semi-estruturados que, conforme Galletta (2013), combinam flexibilidade para explorar temas emergentes com estrutura para comparações sistemáticas. Os participantes também integrarão eventos do coletivo Space Hip-Hop, seguindo a abordagem etnográfica de Hammersley e Atkinson (2007), permitindo interação direta com artistas locais e regionais.

A análise dos dados seguirá as diretrizes de Miles et al. (2014) para análise qualitativa, sintetizando as informações obtidas através das diferentes técnicas. O objetivo é identificar padrões nas experiências dos jovens e avaliar o impacto da cultura Hip-Hop em suas percepções e práticas espaciais no contexto do bairro Dom Bosco.

Esta metodologia integrada visa tanto a produção de conhecimento acadêmico quanto a promoção de transformação social. Espera-se que os jovens desenvolvam novas perspectivas sobre seus territórios, fortalecendo laços de pertencimento e capacidade de

mobilização comunitária, contribuindo para o avanço do conhecimento científico sobre juventude e cultura urbana, bem como para o desenvolvimento social e cultural da comunidade estudada.

4 - Resultados Esperados

A pesquisa propõe uma metodologia qualitativa que combina revisão bibliográfica, oficinas de Hip-Hop, observação participante, diário de campo e questionários semi-estruturados, buscando compreender o impacto da cultura Hip-Hop na vida dos jovens do bairro Dom Bosco, em Juiz de Fora.

Um dos principais objetivos é demonstrar como o Hip-Hop fortalece o sentimento de pertencimento entre os jovens. Por meio da análise de narrativas coletadas em oficinas, entrevistas e observações em diário de campo, busca-se evidenciar como as práticas artísticas e sociais do Hip-Hop constroem uma nova identidade coletiva. Esta identidade atua como instrumento de resistência contra desigualdades, como apontam Reguillo (2000) em seus estudos sobre culturas juvenis e Dayrell (2002) sobre o rap na socialização juvenil.

As oficinas de Hip-Hop são analisadas como ferramentas de empoderamento, através de questionários comparativos pré e pós-intervenções e observações participantes, visando identificar mudanças na autoestima, confiança e expressão dos jovens. Este processo dialoga com Freire (1996), que aborda a educação como prática libertadora, e Sousa (2012), que estuda o Hip-Hop como instrumento de formação política.

Na dimensão espacial, a pesquisa fundamenta-se em Lefebvre (2006) e sua teoria sobre produção social do espaço, analisando como o Hip-Hop ressignifica o território. Tavares (2010) também contribui com seus estudos sobre territorialidade do Hip-Hop nas periferias urbanas, ajudando a compreender como esta cultura pode valorizar o bairro e desenvolver pertencimento territorial.

O estudo explora ainda o fortalecimento das redes de sociabilidade, baseando-se em Marteleto (2001) e Sposito (1994) sobre sociabilidade juvenil nos espaços urbanos. A dimensão educacional é abordada através de Gohn (2006), que analisa o Hip-Hop como educação não formal, e Andrade (1999), que estuda como suas múltiplas linguagens oferecem uma pedagogia alternativa abordando cidadania, direitos humanos e inclusão social.

A metodologia proposta visa identificar um modelo de intervenção social replicável em outros contextos urbanos marginalizados, combinando práticas artísticas e reflexões críticas para construir espaços de sociabilidade e pertencimento em comunidades com desafios similares.

Espera-se que os resultados ultrapassem a simples compreensão das mudanças na vida dos jovens participantes, buscando oferecer um modelo que potencialize o Hip-Hop como estratégia de empoderamento, mobilização e transformação social. Almeja-se contribuir para o avanço dos estudos sobre juventude, cultura urbana e intervenção social, fortalecendo uma rede de pesquisadores, educadores e lideranças políticas engajados na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

5 – Considerações finais

Tal proposta de metodologia visa destacar o potencial transformador da cultura Hip-Hop no contexto juvenil do bairro Dom Bosco, em Juiz de Fora, ao abordar a intersecção entre arte, identidade e espaço. A pesquisa visa compreender como essa forma de expressão pode não apenas influenciar a autoimagem dos jovens, mas também promover um sentimento de pertencimento e empoderamento, elementos essenciais para a mobilização social e a resistência a contextos de marginalização.

Por meio das oficinas, que abrangem os diversos elementos, os jovens terão a oportunidade de desenvolver habilidades que vão além da mera técnica artística. A experiência de criar e se expressar em um ambiente colaborativo permitirá que esses jovens construam uma nova visão crítica sobre suas realidades, tornando-se protagonistas em suas comunidades. O Hip-Hop, portanto, se apresenta não apenas como uma forma de arte, mas como um veículo de transformação social, capaz de reconfigurar as relações com o espaço urbano e ressignificar o significado de pertencimento.

Os resultados esperados da pesquisa vão ao encontro de um modelo de intervenção que pode ser replicado em outros contextos urbanos marginalizados, ampliando o alcance da cultura Hip-Hop como uma estratégia de empoderamento juvenil. Esse modelo, ao integrar práticas artísticas com reflexões sobre identidade e espaço, contribui para a formação de um movimento social que busca transformar a percepção que os jovens têm de si mesmos e de seu entorno.

Além disso, o uso dessa metodologia visa destacar a importância de reconhecer a juventude em sua diversidade, considerando os diferentes recortes de classe, raça e gênero que moldam as experiências individuais. Essa pluralidade de vozes e narrativas enriquecerá as análises e poderá informar a formulação de políticas públicas mais inclusivas e eficazes, que realmente atendam às necessidades e aspirações dos jovens em contextos semelhantes.

Portanto, ao abordar a cultura Hip-Hop como um fenômeno social e cultural, esse conjunto de metodologias aqui exposto propõe um olhar renovado sobre as práticas juvenis e

suas potenciais implicações para a transformação urbana. O que se espera é que esta pesquisa não apenas ofereça uma reflexão sobre o impacto do Hip-Hop na vida dos jovens do Dom Bosco, mas também inspire novas iniciativas que promovam a arte como uma ferramenta de empoderamento e mudança social, contribuindo para um futuro mais justo e equitativo.

6 – Referências

- ANDRADE, E. N. de. **Hip Hop: movimento negro juvenil.** In: ANDRADE, E. N. de (Org.). Rap e educação, rap é educação. São Paulo: Summus, 1999. p. 83-91.
- BARBOSA, Jorge Luiz; DAMASCENO, Ilaina.(orgs) **Juventudes das Cidades.** Letra Capital, 2020.
- CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa: Abordagens qualitativa, quantitativa e mista.** 5. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2017.
- DAYRELL, J. **O rap e o funk na socialização da juventude.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 117-136, 2002.
- DAYRELL, J. **O jovem como sujeito social.** Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 40-52, 2003.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O manual SAGE de pesquisa qualitativa.** 4. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2011.
- EMERSON, R. M.; FRETZ, R. I.; SHAW, L. L. **Escrevendo notas de campo etnográficas.** 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 2011.
- FELIX, J. B. J. **Hip Hop: cultura e política no contexto paulistano.** 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GALLETTO, A. **Dominando a entrevista semiestruturada e além: Do projeto de pesquisa à análise e publicação.** New York: NYU Press, 2013.
- GOHN, M. G. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006.
- HAMMERSLEY, M.; ATKINSON, P. **Ethnography: Principles in practice.** 3. ed. London: Routledge, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço.** Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- MARTELETO, R. M. **Análise de redes sociais: aplicação nos estudos de transferência da informação.** Ciência da Informação, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.
- MILES, M. B.; HUBERMAN, A. M.; SALDAÑA, J. **Qualitative data analysis: A methods sourcebook.** 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2014.

- NOVAES, Regina. **Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias.** In: ALMEIDA, Maria Isabel; EUGENIO, Fernanda (Org.). Culturas jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006. p. 105-120.
- OLIVEIRA, P. D. L. de; SILVA, A. M. **Para além do hip hop: juventude, cidadania e movimento social. Motrivivência.** Ano XVI, nº 23, p. 61-80 dez./ 2004. Disponível:
39 <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2023/3901>. Acesso: 20 set 2024.
- PAIS, J. M. **A construção sociológica da juventude: alguns contributos.** Análise Social, v. 25, n. 105-106, p. 139-165, 1990.
- PARDUE, D. **Ideologies of marginality in Brazilian hip hop.** New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- REASON, P.; BRADBURY, H. (Eds.). The SAGE handbook of action research: Participative inquiry and practice. 2. ed. London: Sage Publications, 2008.
- REGUILLO, R. **Emergencia de culturas juveniles: estrategias del desencanto.** Buenos Aires: Norma, 2000.
- SANTOS, Rosilene Xavier dos. **O movimento Hip Hop enquanto Movimento de reivindicação social e político.** 41p. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Ciências Política e Sociologia) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Foz do Iguaçu, 2014.
- SOUSA, R. L. de. **O movimento hip hop: a anti-cordialidade da "República dos Manos" e a estética da violência.** São Paulo: Annablume, 2012.
- SPRADLEY, J. P. **Participant observation.** Long Grove. Waveland Press, 2016.
- TAVARES, B. L. **Na quebrada, a parceria é mais forte: juventude hip-hop: relacionamento e estratégias contra a discriminação na periferia do Distrito Federal.** 2009. 324 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- TURRA NETO, N. **Enterrado vivo: identidade punk e território em Londrina.** São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- WELLER, W. **Minha voz é tudo o que eu tenho: manifestações juvenis em Berlim e São Paulo.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

MUROS E MURAIS: ARTE URBANA E PERTENCIMENTO TERRITORIAL

Hiago Guilherme do Nascimento Silva
Universidade Federal de Juiz de Fora
hiago.guilherme@estudante.ufjf.br

Introdução

A arte urbana vem se consolidando como um campo fundamental de expressão social, cultural e política no Brasil e em diversas partes do mundo. Mais do que simples manifestações visuais, murais, grafites e outras intervenções urbanas são ferramentas que questionam a homogeneização da paisagem e conferem ao espaço novos significados. Os muros da cidade, convertidos em telas, registram memórias, lutas e pertencimentos que ultrapassam o caráter estético e se inscrevem como narrativas sociais e históricas.

O projeto Muros e Murais: Arte Urbana e Pertencimento Territorial, desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Artística (PIBIART/UFJF), buscou compreender os impactos da arte urbana na cidade de Juiz de Fora, especialmente na região Norte, onde as intervenções artísticas atuam como instrumentos de ressignificação do espaço e fortalecimento do pertencimento comunitário. A iniciativa articulou teoria e prática, envolvendo revisão de literatura, atividades de formação, oficinas e produção artística, resultando em reflexões sobre como a arte urbana contribui para transformar a cidade em um espaço plural de vozes e memórias.

Objetivos

O objetivo central do projeto foi evidenciar o impacto da arte urbana no contexto cultural e social de Juiz de Fora, valorizando as manifestações artísticas presentes nos bairros da Zona Norte. De maneira mais específica, buscou-se promover o acesso e a divulgação da arte urbana; estimular a comunidade acadêmica e externa a refletir sobre a cidade como território

de expressões múltiplas; fomentar o senso de pertencimento comunitário; registrar as manifestações artísticas da cidade; e organizar uma exposição final que reúna registros e produções do projeto.

Desenvolvimento

A cidade pode ser compreendida como produto social, resultante de usos, práticas e representações. Lefebvre (2006) afirma que o espaço urbano é constantemente transformado pelos sujeitos sociais, que o reconfiguram pela lógica de seu uso. Nesse sentido, a arte urbana pode ser entendida como prática socioespacial que, ao intervir no espaço público, ressignifica-o e cria novas territorialidades.

Blanco e Souza (2020) destacam que o grafite atua como recriação da paisagem urbana, pois atribui novos sentidos ao espaço tanto para quem observa quanto para quem o produz. Astral (2024) reforça essa perspectiva ao afirmar que a arte urbana gera um diálogo dinâmico entre obra, artista e público, transformando a cidade em espaço de reflexão. Tuan (1983) e Haesbaert (1999), ao discutirem lugar e territorialidade, evidenciam como as experiências e afetividades cotidianas moldam o pertencimento, o que ajuda a compreender a potência da arte urbana como catalisadora de identidades e resistências.

Assim, a arte urbana ultrapassa a função estética para se constituir como prática de disputa simbólica, memória coletiva e apropriação do espaço.

O projeto foi desenvolvido entre 2024 e 2025, combinando atividades teóricas, formativas e artísticas. A primeira ação central ocorreu em **maio de 2025**, com a realização da oficina *Paisagens Urbanas em Perspectiva: Geografia e Arte no Espaço Urbano*. Essa atividade teve como foco ensinar fundamentos de perspectiva cônica aplicados à representação da paisagem, permitindo aos participantes refletirem sobre como a cidade pode ser representada artisticamente e reinterpretada a partir de suas dimensões sociais e culturais. O exercício do desenho coletivo possibilitou que estudantes e comunidade externa produzissem imagens da cidade e discutessem como estas revelam aspectos da vida urbana.

Em **junho de 2025**, foi realizada a segunda oficina do projeto: *Grafite e Território: A Cidade como Tela e Voz*. A proposta articulou reflexões sobre o hip hop, o direito à cidade e as disputas simbólicas que envolvem o grafite e o pichão, abordando também os processos de criminalização da arte urbana. Na parte prática, os participantes produziram murais coletivos em painéis, utilizando técnicas básicas de grafite, como traço, contorno e preenchimento. O

momento final, de microfone aberto, reforçou a dimensão participativa e comunitária da atividade.

Paralelamente, foram produzidas obras e registros visuais que comporão a **exposição final do projeto**, a ser realizada no hall da Biblioteca Central da UFJF.

Resultados e Impactos

Os resultados indicam que a arte urbana tem grande potencial de promover pertencimento e ressignificação dos espaços urbanos. Os murais e grafites analisados e produzidos durante o projeto se tornaram símbolos de resistência cultural e identidade territorial.

O impacto sociocultural se deu tanto no âmbito acadêmico, com a discussão sobre arte e geografia em seminários e aulas, quanto na comunidade externa, através das oficinas e da criação de murais coletivos. A interação entre moradores, jovens artistas e estudantes reforçou o valor da arte urbana como ferramenta de transformação social e cultural.

Considerações finais

A experiência do projeto demonstrou que a arte urbana é um instrumento fundamental de comunicação, memória e identidade. Ao ocupar os muros da cidade, artistas produzem geografias afetivas que desafiam a homogeneização do espaço urbano e reafirmam o direito à cidade.

Mais do que uma prática estética, a arte urbana se mostrou um dispositivo de resistência, pertencimento e transformação territorial. A exposição final, ainda a ser realizada, buscará consolidar esse percurso, apresentando à comunidade os registros e produções do projeto.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, A.; NASCIMENTO NETO, P. Arte Urbana e suas repercussões territoriais. Oculum Ensaios, 2024. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum>
- ASTRAL, Sergio. Arte Urbana: Expressões Criativas nas Ruas e Espaços Urbanos. Disponível em: <https://www.sergioastral.com.br/arte-urbana-expressoes-criativas-nas-ruas-e-espacos-urbanos>. Acesso em: 29 jun. 2024.

BLANCO, Letícia de S.; SOUZA, Elisabete Gonçalves de. O grafite e a formação do espaço geográfico urbano: informação, educação e arte. *Revista Geografia Literatura e Arte*, v. 2, n. 1, p. 141-150, 2020.

CALLAI, H. C. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e do pertencimento. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. Anais [...]. Coimbra: CES/FEUC, 2004.

CRISTOFARO, Valéria de Faria (org.). Galeria Angelo Bigi – Cine Theatro Central. Juiz de Fora: MAMM / UFJF, 2023.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDALH, Z. (Org.). Manifestações da cultura no espaço. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169–190.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. D. B. Pereira & S. Martins. Belo Horizonte, 2006.

MALHEIROS, U. da S. Intervenções artísticas em Belém: entre monumentos e outras possibilidades de expressão na rua. *Revista do PPGArtes, ICA, UFPA*, v. 6, n. 11, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ppgartes/article/view/11025/7624>

NETO, J. R. da S.; RODRIGUES, J. C. Grafites e pichações: as expressões de arte urbana de Araguaína (TO). *Revista Desafios*, v. 8, Especial – PIBIC, Araguaína, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uftv8-12534>

RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. (Org.). Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/1410> 3

TUAN, Yi-Fu. Space and Place: The Perspective of Experience. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1983.

V COLÓQUIO DO NUGEA

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

OS NOVOS VIADUTOS EM JUIZ DE FORA (MG): CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Augusto de Castro Reis
Mestrando em Geografia - UFJF
reis.augusto@hotmail.com

1. Introdução

Este trabalho parte das novas dinâmicas urbanas causadas pela construção de viadutos na área central de Juiz de Fora - MG. Essas infraestruturas têm se configurado como novos espaços em disputa, apropriados por diferentes grupos, que podem participar de relações de conflitos. Assim, o objetivo aqui é compreender os interesses que atravessam essas construções desde suas funções corporativas até seus efeitos no dia a dia da cidade. A metodologia se baseia na análise de reportagens, notícias e matérias online, publicadas por diferentes portais de comunicação.

2. Discussão

A recente construção de viadutos em Juiz de Fora, parte de um processo mais amplo de superação da fragmentação do espaço causada pela dupla ferrovia-vale, que marca a formação de algumas das maiores cidades do país (Villaça, 2001). Essa fragmentação define as áreas privilegiadas do espaço urbano e, muitas vezes, delimita as porções que serão esquecidas pelos interesses privados e pelo poder público. Isso quer dizer que o projeto desses viadutos é uma extensão do processo que foi iniciado com a criação de pontes, para transpor o rio Paraibuna, em parceria com o Departamento Nacional de Infraestruturas de Transporte (DNIT).

As obras previstas por essa parceria são definidas e detalhadas no Plano de Mobilidade Urbana de Juiz de Fora (PlanMob-JF, 2016). Neste documento, era prevista a conclusão de três pontes de ligação entre as margens do rio, e cinco infraestruturas de transposição da ferrovia. Atualmente, em 2025, três desses fixos foram concluídos - os viadutos Engenheiro

Renato José Abramo, em 2020, Arquiteto Hélio Fadel Araújo, em 2021, e Roza Cabinda, em 2024. Este plano previa a construção de trincheiras, onde hoje existem os viadutos finalizados em 2021 e 2024, o que gerou um impacto mais intenso na paisagem urbana nesses dois pontos da cidade.

Do ponto de vista conceitual, essas infraestruturas de transporte contribuem para a modernização dos “sistemas de movimento” (Silveira, 2009) que se cruzam na cidade de Juiz de Fora. São fixos no espaço que tem o objetivo de acelerar os fluxos, tanto aqueles de interesse regional para transporte de produtos do setor mineral, quanto os de interesse intraurbano, das empresas e sujeitos que dependem dos deslocamentos locais e se beneficiam da transposição da ferrovia.

Apesar da grande gama de beneficiados, a modernização do território e o investimento em “fluidez territorial” (Arroyo, 2015) têm seguido muito mais os interesses privados do que as necessidades das pessoas comuns. No Brasil, o gasto de recursos públicos em infraestrutura de transporte tem sido mais guiado pelos interesses corporativos e pela criação de corredores de exportação (Arroyo, 2015), como é o caso aqui estudado. Silveira (2009) também afirma que a exportação de commodities do agronegócio e da mineração é um dos principais meios de aumento da malha viária do país.

Assim, em Juiz de Fora, tem-se a concretização dos interesses corporativos, fortemente representados pela presença da MRS Logística, administradora da ferrovia, com a transformação do espaço e da paisagem urbanas para que se desobstrua a linha do trem, das necessidades urbanas. A grande fixidez (ou mesmo rigidez) da estrada de ferro remonta a outro meio técnico (Santos, 2002), que tem marcado a história da região há 150 anos, mas que até hoje transforma as cidades que atravessa, além de sedimentar o papel do Brasil como exportador de commodities na divisão internacional do trabalho.

3. Resultados

A busca por reportagens e notícias que retratam a realidade dos viadutos em Juiz de Fora foi feita em quatro principais portais de transmissão de informações: o G1 (Zona da Mata), o Tribuna de Minas e os sites da Prefeitura e da MRS. A principal estratégia de pesquisa foi a partir das palavras chave “viaduto” e “Juiz de Fora”, para os portais que abrangem áreas mais amplas. A grande variedade de resultados implicou numa interpretação mais ampla do material, dispensando análises mais individuais de cada publicação. Ou seja, os apontamentos abaixo dispostos se tratam de uma visão geral dos resultados, citando matérias específicas como exemplos.

A maioria das reportagens publicadas no G1, no Tribuna de Minas e no portal da Prefeitura publicizam os processos de licitação, contratação, construção e inauguração dos viadutos em parceria com o DNIT. Esses materiais informam à população e as empresas interessadas sobre as etapas do processo e os impactos no cotidiano durante os meses de construção, como interrupção e desvios do tráfego. Esses conteúdos aparecem em diversas reportagens nos canais de comunicação citados, sendo algumas delas: a inauguração do Viaduto Engenheiro Renato José Abramo (G1, 2020), o anúncio dos editais para construção do Viaduto Hélio Fadel (PJF, 2021) e alterações feitas no Viaduto Roza Cabinda (Costa, 2025).

Um destaque frequente nas notícias publicadas pela PJF são as apropriações artísticas que utilizam os vãos dos viadutos. Essa prática ocorre com certa frequência nos viadutos Roza Cabinda e Hélio Fadel, por sua localização privilegiada em relação ao centro da cidade. Para sistematizar alguns eventos importantes que marcaram esses espaços, vale citar os blocos de carnaval em 2025 no caminho “Roza-Estação” (Marchiori, 2025), os eventos organizados pelo Coletivo Espaço Hip-Hop (Itaborahy e Guiducci, 2021) e a recente Feira Roza Cabinda (PJF, 2025).

Apesar do destaque para os pontos positivos, como a aceleração dos deslocamentos de trens e carros e as apropriações culturais, algumas reportagens apontam para intensos conflitos relacionados a essas infraestruturas. Exemplo disso é o sentimento de insegurança e medo atrelado a estes espaços, derivado da presença de moradores em situação de rua e de usuários de drogas, algo comum em outras cidades do país.

Em meio às reportagens que tratam dessa temática, vale citar dois casos mais especificamente. Primeiro, a apreensão de drogas no vão do viaduto Roza Cabinda através de uma operação em conjunto da Polícia Militar, da Guarda Civil e da Demlurb (Tribuna, 2025). E outra reportagem, veiculada pela TV Integração (G1), que apresenta o desconforto e o medo dos pedestres e comerciantes em transitar no vão desse mesmo viaduto, que afirmam se sentir intimidados e amedrontados (2025).

Além disso, outro tensionamento ocorre no Viaduto Engenheiro Renato José Abramo, que dá acesso ao bairro Poço Rico. Ainda em 2021, uma das demandas da população era que a passagem de nível continuasse aberta mesmo com a criação do viaduto (Salles, 2021). Quatro anos após a abertura desta passagem, a prefeitura anunciou seu fechamento, graças a uma imposição do DNIT, sob a possibilidade de retorno do valor investido na obra pelo governo federal (Moysés, 2025).

Por fim, vale citar que é através dessas publicações que os novos viadutos tem sido anunciados, confirmado a tendência que se cria na cidade. Por exemplo, a única publicação da MRS (2024) sobre os viadutos anuncia a construção de quatro novos viadutos na cidade, reforçando seu protagonismo na produção do espaço juiz-forano. Vale lembrar ainda que algumas matérias ainda anunciam outro viaduto, previsto no PlanMob-JF, não incluído nesses novos quatro viadutos indicados pela MRS.

4. Conclusão

Dentre as dinâmicas fomentadas pela construção dos viadutos na área central de Juiz de Fora, parte delas está relacionada ao incentivo à apropriação cultural e à movimentação da economia local, e outra parte denuncia um cotidiano de insegurança ou insatisfação com as alterações causadas pelas construções. É perceptível que nos viadutos Hélio Fadel e Roza Cabinda há uma participação ativa da PJF, na tentativa de evitar que se tornem inseguros através da promoção de eventos. No caso do viaduto do bairro Poço Rico, é notável a presença da prefeitura em defesa das necessidades dos moradores.

Referências

ARROYO, M. Redes de circulação no uso e controle do território. In.: ARROYO, M., CRUZ, R. C. A. **Território e Circulação**: a dinâmica contraditória da globalização. Editora Annablume, 2015.

COSTA, P. Instalação de grade de proteção no Viaduto Roza Cabinda é solicitada pela Câmara à PJF. **Tribuna de Minas**, 26 de fevereiro de 2025.

G1. Viaduto Engenheiro Renato José Abramo é inaugurado em Juiz de Fora. **Zona da Mata**, 22 de dezembro de 2020.

G1. Reclamações de falta de segurança no Viaduto Roza Cabinda, em Juiz de Fora. **Integração Notícias - Zona da Mata**, 24 de março de 2025.

ITABORAHY, Cecília, GUIDUCCI, Wendell. ‘Espaço Hip Hop’ promove evento em viaduto. **Tribuna de Minas**, 19 de dezembro de 2021.

MARCHIORI, Bernardo. Com diversidade, Makoombloco desfila no pré-carnaval: “representa Juiz de Fora”. **Tribuna de Minas**, 22 de fevereiro de 2025.

MOYSÉS, Pedro. Prefeitura anuncia fechamento de passagem de nível no Poço Rico. **Tribuna de Minas**, 26 de abril de 2025.

MRS. PJF e MRS assinam protocolo de intenções para obras de mobilidade. **Blog MRS**, 26 de abril de 2024.

PJF. Viaduto Hélio Fadel Araújo é construído pensando na mobilidade urbana. **Portal de Notícias**, 28 de janeiro de 2021.

PJF. Prefeitura lança a “Feira Roza Cabinda: aqui tem tudo, todo dia” e entrega autorizações às permissionárias. **Portal de Notícias**, 11 de abril de 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA e SECRETARIA DE TRANSPORTE E TRÂNSITO. **Plano de Mobilidade Urbana de Juiz de Fora – Planmob-JF**. 2016.

SALLES, Renato. Passagem de nível no Poço Rico vai ser reaberta para veículos e pedestres. **Tribuna de Minas**, 28 de janeiro de 2021.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. 4º edição. Edusp. São Paulo, 2002.

SILVEIRA, Márcio Rogério. Logística, sistemas de movimento, fluxos econômicos e interações espaciais no território paulista: uma abordagem para a Geografia dos Transportes e Circulação. **Scripta Nova**, v. XIII, n. 283. Barcelona, 2009.

TRIBUNA. Mais de 400 pedras de crack são apreendidas no Viaduto Roza Cabinda. **Tribuna de Minas**, 14 de janeiro de 2025.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

MINÉRIO-DEPENDÊNCIA E VIDA SOCIAL: AVALIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS A PARTIR DE INDICADORES SOCIAIS⁷

Kamille Oliveira Gonçalves
Bacharel em Serviço Social - UFJF
kamilleoliveira008@gmail.com

Izabella Rodrigues Alves
Mestranda em Geografia - UFV
izabella.alves@ufv.br

Miguel Barbosa Ladeira
Graduando em Geografia - UFJF
miguel.ladeira@estudante.ufjf.br

1. Introdução

A expansão da fronteira mineral no Brasil, vinculada ao modelo de desenvolvimento neoextrativista (Godyná, 2009; Svampa, 2019), representa um processo de intensificação da subordinação dos territórios à lógica do setor minerário, fenômeno caracterizado como “minério-dependência” (Coelho, 2017). Essa dependência não se restringe à esfera econômica, mas também alcança dimensões sociais e políticas, afetando diretamente as condições de vida da população. A chegada ou a ampliação da atividade mineradora tende a aprofundar os quadros de desproteção social já existentes e a impor novos desafios às comunidades locais, reforçando as contradições estruturais do modelo de exploração mineral no país. Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o cenário social dos municípios inseridos na fronteira mineral, buscando compreender de que maneira a minério-dependência afeta as condições de vida das famílias residentes nesses territórios, com ênfase em avaliar se os impactos econômicos se traduzem efetivamente em mudanças sociais.

A pesquisa, fruto do projeto “Minério-dependência nas fronteiras da mineração no Brasil pós-boom das commodities (2011-2023)”, tem como propósito compreender a

⁷ Trabalho elaborado com apoio da FAPEMIG por meio do projeto “Minério-dependência nas fronteiras da mineração no Brasil pós-boom das commodities (2011-2023)” (CSA APQ 00242/24). Agradecemos à FAPEMIG pelo financiamento desta pesquisa.

expansão das fronteiras minerais como vetor de aprofundamento da minério-dependência no Brasil contemporâneo, a partir da reconfiguração do cenário econômico global pós-boom das commodities 2011-2023, quando o setor mineral ampliou suas operações sobre novos territórios, acentuando a dependência de diversos municípios e produzindo impactos sociais e econômicos significativos. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta algumas das abordagens metodológicas adotadas para analisar tais efeitos, com ênfase nos dados socioeconômicos capazes de evidenciar as múltiplas expressões da “questão social”⁸ que atravessam as famílias residentes em municípios identificados como fronteiras minerárias e marcados pela minério-dependência.

2. Metodologia

A primeira etapa da pesquisa consistiu no mapeamento dos municípios que se destacam no território brasileiro a partir dos dados da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais), considerada um indicador proxy da atividade mineradora, ou seja, um substituto que permite estimar a intensidade econômica da mineração a partir da arrecadação municipal. Embora não meça diretamente a produção física de minérios, a CFEM reflete a magnitude econômica da exploração mineral, indicando a importância do setor para a receita local e a dependência financeira do município em relação à mineração.

Para identificar os municípios mais relevantes, o critério adotado foi o maior crescimento da arrecadação de CFEM, tanto em termos brutos quanto percentuais, para as três substâncias em foco na pesquisa — ouro, ferro e lítio — ao longo do período pós-boom das commodities (2011-2023). Essa abordagem permite mapear regiões com expansão minerária mais expressiva, evidenciando novas fronteiras e alterações nas fronteiras históricas.

Para complementar a análise econômica, utilizou-se a RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), banco de dados público do Ministério do Trabalho e Emprego, que reúne informações sobre vínculos empregatícios formais, subsetor econômico, remuneração e localização do trabalho. Os microdados da RAIS, referentes ao período 2011-2023, foram processados em R, seguindo etapas de leitura, filtragem, agregação, verificação, integração e georreferenciamento.

⁸ “O desenvolvimento capitalista produz compulsoriamente, a “questão social” - diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital; sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo.” (NETTO, 2001, p.45). Em outras palavras, a “questão social”, nascida da contradição entre capital e trabalho, materializa-se em desigualdades concretas. Este trabalho se dedica a analisar precisamente essas expressões no contexto específico dos territórios de minério-dependência.

Os dados da CFEM e da RAIS foram posteriormente consolidados em uma única base de dados, após tratamento e filtragem, contendo um grande número de variáveis integradas e georreferenciadas por meio das malhas municipais oficiais do IBGE. Para cada município, a base reúne arrecadação da CFEM por substância mineral, variações absolutas e percentuais, além do número de vínculos formais e da remuneração total e média, incorporando também variáveis geográficas que viabilizam análises espaciais e temporais consistentes.

A partir dessa seleção inicial, foram escolhidos casos representativos que ilustram diferentes facetas da minério-dependência: um município da fronteira consolidada do ferro, com impactos de longo prazo; um município da histórica e complexa fronteira do ouro, com múltiplas dinâmicas econômicas e sociais; e um município da nova e estratégica fronteira do lítio, permitindo analisar a emergência de um fenômeno recente. Essa seleção criteriosa de casos contrastantes constitui a base sobre a qual a análise social detalhada será construída.

De acordo com Januzzi (2009), este trabalho reconhece a complexidade inerente à elaboração de um diagnóstico social. Por compreender que a tarefa de representar as condições de vida de famílias por meio de indicadores quantitativos é desafiadora, mas fundamental para analisar objetivamente as manifestações da “questão social” em territórios sob intenso impacto socioeconômico, como é o caso dos municípios minério-dependentes. Dessa forma, a análise dos dados socioeconômicos dos municípios selecionados a partir de um mapeamento prévio de especialização produtiva (baseado em dados da CFEM e da RAIS), permite ultrapassar a narrativa puramente econômica que frequentemente domina o debate da mineração.

A análise dos dados coletados evidencia que a inserção de grandes mineradoras nos municípios investigados provoca impactos econômicos significativos. Tal constatação, entretanto, suscita uma questão central para esta pesquisa: em que medida o desenvolvimento econômico induzido pela mineração se traduz em avanços socioeconômicos concretos para as famílias residentes ou, ao contrário, aprofunda as desigualdades já existentes? Para responder a essa questão, a investigação mobiliza indicadores de vulnerabilidade, como o acesso a benefícios sociais, o número e o perfil das famílias atendidas por equipamentos socioassistenciais. Esses elementos permitem captar efeitos muitas vezes invisibilizados da atividade mineradora, como a sobrecarga nos serviços de saúde e educação, a precarização das condições de moradia e o agravamento das desigualdades socioespaciais.

No campo das Políticas Públicas, Januzzi (2009) assinala que os indicadores sociais constituem instrumentos de tradução de conceitos abstratos em dimensões operacionais,

orientadas por escolhas teóricas ou políticas. Tais indicadores subsidiam o planejamento estatal, a formulação de políticas sociais e o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população, além de oferecerem suporte à investigação acadêmica. Exemplos como taxas de analfabetismo, mortalidade infantil e desemprego evidenciam sua função de converter aspectos complexos da realidade social em dados quantificáveis. A partir dessa concepção, esta pesquisa adota os indicadores sociais dos municípios mineradores como recurso metodológico para a operacionalização do conceito de minério-dependência, possibilitando mensurar seus efeitos em termos concretos.

3. Instrumentos de coletas de dados para diagnóstico social

A construção da análise social sobre os territórios mineradores se fundamenta em um conjunto de instrumentos e bases de dados públicos, que permitem um diagnóstico multifacetado da realidade local. A principal fonte para a caracterização das famílias é o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), acessado por meio de plataformas como o Observatório do CadÚnico e o Mapa Estratégico para Políticas de Cidadania (MOPS). Essas ferramentas oferecem um panorama detalhado sobre o perfil das famílias de baixa renda, suas condições de moradia, renda e acesso a programas sociais. Complementarmente, o Índice de Vulnerabilidade das Famílias do Cadastro Único (IVCAD) é um indicador sintético desenvolvido para identificar e mensurar as situações de vulnerabilidade social a partir das ricas informações contidas no Cadastro Único. Sua principal função é agregar e sintetizar, em uma única medida, múltiplas dimensões que sinalizam circunstâncias de risco para as famílias.

É por meio da articulação dessas fontes que a análise ganha profundidade, ao cruzar os dados da "demanda" por proteção, extraídos do CadÚnico, com os dados da "oferta" de serviços, obtidos através do Censo do Sistema Único de Assistência Social (Censo SUAS), torna-se possível avaliar a capacidade da rede de proteção social local em responder às pressões geradas pela atividade mineradora. O Censo SUAS mapeia a estrutura, os recursos humanos e a capacidade de atendimento dos equipamentos socioassistenciais, como os CRAS e CREAS. Juntamente com a análise do RI SOCIAL (Relatório de Informações de Programas e Ações), uma ferramenta do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) que funciona como um diagnóstico da situação social e da cobertura de programas federais em um determinado território, geralmente um município ou estado.

4. Considerações Finais

A expansão da fronteira mineral no Brasil evidencia a complexidade do fenômeno da minério-dependência e seus múltiplos rebatimentos sobre os territórios. Mais do que gerar efeitos econômicos, a atividade mineradora se apresenta como elemento estruturante de desigualdades, incidindo de forma seletiva e intensiva sobre a vida social das populações locais e pressionando os sistemas de proteção existentes. O estudo em andamento articula diferentes bases de dados, CFEM, RAIS, CadÚnico, IVCAD e Censo SUAS, para analisar esses impactos. Os resultados preliminares permitem identificar indícios de que a mineração amplia vulnerabilidades sociais e aprofunda contradições estruturais. Nesse sentido, os indicadores sociais configuram instrumentos relevantes para captar dimensões frequentemente invisibilizadas do fenômeno, oferecendo subsídios para compreender a minério-dependência como processo que transcende a esfera estritamente econômica.

Referências Bibliográficas

- COELHO, Tádzio Peters. A questão mineral no Brasil – vol. 1: Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. [S.l.]: Editorial iGuana, 2015.
- COELHO, T. P. Minério-dependência e alternativas em economias locais. Versos – Textos para Discussão PoEMAS, v. 1, n. 3, p. 1-8, 2017.
- Gudynas, E. (2009). Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. In CAAP & CLAES (Eds.), Extractivismo, política y sociedad (pp. 187-225). Quito: Centro Andino de Acción Popular; Centro Latino Americano de Ecología Social.
- JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores socioeconômicos na gestão pública. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.
- NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. Temporalis, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.
- SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoextractivismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

URBANIZAÇÃO INTERSECCIONALIZADA EM JUIZ DE FORA: UMA ANÁLISE DOS MAPEAMENTOS DO CENSO DE 2022

Fabianne Paz

Graduanda em Geografia, Nugea/UFJF

fabianneaparecida.paz@estudante.ufjf.br

Helena Rizzatti

Professora do PPGeo/UFJF

Helena.rizzatti@ufjf.br

1. INTRODUÇÃO

Buscamos compreender como se consolidou os processos de urbanização na cidade de Juiz de Fora, e como se espacializou as desigualdades socioespaciais e interseccionalizando-as em raça-classe-gênero. No processo de urbanização no Brasil, tendencialmente as pessoas de baixa renda moram nas áreas periféricas, estas que nem sempre estão geograficamente longe do centro, mas do acesso de infraestrutura fornecidos por ele, uma região desvalorizada ocupada por pobres, ao receber investimentos em infraestrutura aumenta o valor do solo, e intencionalmente o valor para se manter naquela região aumenta, como o aluguel, consequentemente há a expulsão dos pobres, que procuram regiões mais distantes para residirem. Denominamos esse processo como urbanização corporativa de Santos (2009).

Dessa forma, associar esse processo de urbanização corporativa com a análise de urbanização interseccionalizada, compreendendo que “as desigualdades de gênero, raça e classe social que se dão de maneira imbricada (...) se constituindo de forma corporativa e interseccionalizada” (Rizzatti, 2021, p. 2).

Mediante essa compreensão de urbanização, segregase e acentua-se as desigualdades para aqueles que estão em posições desfavorecidas perante a situação econômica, de gênero e de raça tendo como herança, um passado colonial patriarcal, sexista e racista.

Concomitantemente, a situação da mulher trabalhadora em um processo de urbanização interseccionalizada, voltado apenas aos interesses do trabalho produtivo, torna-se deplorável e exaustiva. Além disso, contribui para o seu empobrecimento, uma vez que ela arca com maiores gastos econômicos para suprir a ausência de infraestruturas próximas à sua moradia, como o pagamento de creches particulares e de transporte público ou, ainda, com o desperdício de tempo, já que muitas vezes precisa pegar de dois a três ônibus para acessar serviços localizados em áreas distantes. Essa perda de tempo em um mundo capitalista se resume em um menor tempo de trabalho produtivo, se inserindo num possível cenário de “feminização da pobreza” (Castro, 2001). A situação dessa mulher poderá se agravar se ela for negra. Segundo a autora Lélia González “ser negra e mulher no Brasil (...) é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexism colocam no nível mais alto de opressão.” (González, L. 2020. p. 58).

As desigualdades sociais afetam principalmente aos negros, segundo Campos (2020):

[...]Ele ressalta como é complexo o problema da segregação no Brasil, pois negros e brancos estão juntos, mas ao mesmo tempo separados, social e economicamente, sobretudo pelo somatório de estigmatização como negro, favelado, pobre – uma junção de estereótipos que acaba por acentuar sua condição de subalternização. (Campos, 2020, p.4)

Tendo em vista essas interpretações, elaboramos e analisamos mapeamentos referente aos dados de renda, domicílios chefiados por mulheres e proporção de pretos e pardos do Censo 2022 para cidade de Juiz de Fora. Os resultados parciais da pesquisa apontam a ocorrência de maiores percentuais de pretos e pardos, chefia feminina, e baixos rendimentos em uma mesma região. Indicando que há de fato uma urbanização interseccionalizada no município. Para expor a pesquisa, apresentaremos a metodologia utilizada e os resultados obtidos, encerrando este resumo com as considerações finais..

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Para a construção da pesquisa foi feita uma revisão bibliográfica, a fim de compreender o desenvolvimento das periferias urbanas por meio da urbanização corporativa (Santos, 2009), para entender desigualdades coexistentes utilizamos o conceito de urbanização

interseccionalizada (Rizzatti, 2021), buscarmos entender a situação das mulheres na cidade sob perspectiva da feminização da pobreza (Castro, 2001), e da mulher negra traremos (González. L, 2020), para uma melhor compreensão da estigmatização da população negra nas favelas (Campos, 2020).

Para a realização dos mapeamentos foram utilizados dados dos Censos Demográficos do IBGE do ano de 2022, espacializados através do software Qgis versão 3.34, utilizando graduado como forma de simbologia, intervalo igual, classificado em 5 classes sendo cada classe representando o aumento de 20%. Para obter a porcentagem foi utilizado a variável referente a pessoa responsável pelos domicílios do sexo feminino (V1063) multiplicado por 100, e dividido o total de pessoas responsáveis pelos domicílios sem distinção de gênero (V1063 + V1062). Para elaboração de mapa de proporção de pretos e pardos foram somadas as variáveis V01318 (cor é preta) e V01320 (cor é parda), o resultado foi multiplicado por 100 e dividido pela variável V01006 (quantidade de moradores), resultando a porcentagem. Para o mapeamento de renda utilizamos a variável V06004 e dividimos pelo salário mínimo (SM), R\$ 1.212 referente ao ano de 2022, na simbologia usamos, os intervalos de sem rendimentos, 1-3, 3-5, 5-10, Acima de 10 SM. As estratégias de mapeamentos no software Qgis 3.34, foram elaboradas pela Rede de Pesquisa Latino-Americana da Urbanização Interseccionalizada (RELAUI).

3.RESULTADOS E DISCUSSÕES

O número de pessoas pretas e pardas responsáveis por lares no Brasil, ultrapassam o número de pessoas brancas responsáveis, segundo o Censo de 2022 houve um aumento na porcentagem em relação ao censo de 2010, antes eram 40% de pardos chefiando lares, e 9% pretos, atualmente é 43,8% e 11,7%, respectivamente.

Em Juiz de Fora, segundo o censo do IBGE de 2022, cerca de 45% da população é constituída por pessoas autodeclaradas pretas e pardas (G1, 2023). A partir do mapeamento de proporção de pretos e pardos, a sua espacialização localiza-se majoritariamente na região norte e leste da cidade, havendo baixa incidência no centro do município.

Outro dado que se destaca é referente a porcentagem de lares chefiados por mulheres sendo 49,1% no Brasil, e podendo passar de 50% em algumas cidades no Nordeste. De acordo com o Censo de 2022, cerca de 53% da população de Juiz de Fora é composta por

mulheres (G1, 2023), tal dado reflete nos resultados dos mapeamento de mulheres responsáveis por domicílios. Neste, a classificação de 40-60% domina o mapa de forma expressiva, em diversas regiões do município.

Segundo o IBGE, o rendimento médio de uma pessoa em condição de trabalho formalizado em Juiz de Fora é de 2,4 salários mínimos. Entretanto, no mapeamento referente a renda é perceptível que essa média invisibiliza a má divisão de renda, pois, as regiões norte e leste possuem majoritariamente áreas de 1-3 salários. Enquanto as regiões centrais e oeste, nas quais há maior concentração de população branca, se destaca por possuírem rendimentos acima de 10 salários mínimos.

Os mapeamentos elaborados possibilitaram a visualização dos dados do IBGE nas regiões de planejamento de Juiz de Fora, sendo possível estabelecer relação com a urbanização interseccionalizada. Uma vez que raça-classe-gênero, estão coexistindo majoritariamente na região norte da cidade, e as pessoas brancas e de classe sociais mais altas estão presentes majoritariamente nas partes centrais, próximo de infraestrutura e dos setores de serviços.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados parciais da pesquisa foi possível encontrar evidências da urbanização interseccionalizada, uma vez que, as regiões de maior proporção de pretos e pardos, também apresentam baixos rendimentos e alta incidência de mulheres chefiando lares. No entanto, o presente trabalho busca fomentar pesquisas mais detalhadas acerca da urbanização interseccionalizada para que possamos futuramente afirmar tais suposições.

5. REFERÊNCIAS

CASTRO, Mary. Feminização da pobreza: um cenário neoliberal. In: GALEAZZI, I. (Org). **Mulher e trabalho.**, Porto Alegre: 2001. p.89-96.

G1. *Censo 2022: Juiz de Fora tem mais de três vezes mais brancos do que pretos*. Zona da Mata. G1, 22 dez. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2023/12/22/censo-2022-juiz-de-fora-tem-mais-de-tres-vezes-mais-brancos-do-que-pretos.ghtml>. Acesso em: 06 setembro 2025.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

SANTOS, Milton. **Metrópole Corporativa Fragmentada**: o Caso de São Paulo/ Milton Santos – 2 ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SILVA, Cátia Antônia da. *Andrelino Campos – do quilombo à favela, do espaço periférico segregado à teoria do sujeito e a análise do lugar do negro na segregação socialmente induzida*. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 34, p. 13-31, set./nov. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.31418/2177-2770.2020.v12.n.34.p13-31>. Acesso em: 04 setembro 2025.

RIZZATTI, Helena. Urbanização Interseccionalizada: Uma Análise a Partir da Cidade de Ribeirão Preto/SP. In: **XIV Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**, 2021, João Pessoa-PB.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. *História*. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/sobre/historia/>. Acesso em: 04 setembro 2025.

V COLÓQUIO NUGEA

Grupo de Trabalho 3



INSTITUTO
DE CIÊNCIAS
HUMANAS



PPGEO
Programa de Pós-Graduação
em Geografia Ufjf

NUGEA
Núcleo de Pesquisa
Geografia Espaço e Ação

NUDES
Laboratório do Nugea



V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

VIVER A CIDADE: TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE JOVENS NEGROS

Marcelo Henrique de Sá
Doutorando em Serviço Social (UFJF)
marcelohsa81@gmail.com

1. Introdução:

As juventudes negras nas cidades brasileiras vivem cotidianamente sob o impacto de múltiplas formas de desigualdade que se expressam espacialmente. A interseção entre raça, classe e espaço urbano opera como um mecanismo estruturante de exclusões e limitações, delimitando os lugares que podem ser ocupados, os modos de circular e os sentidos atribuídos aos corpos negros nos contextos urbanos.

O presente trabalho propõe uma reflexão crítica sobre as trajetórias socioespaciais de jovens negros e negras, compreendidos não apenas como sujeitos etários, mas como agentes sociais e produtores de espaço, cuja juventude é vivida em condições desiguais de apropriação da cidade, buscando evidenciar como o racismo atua de maneira simbólica, institucional e material, em que interfere diretamente em suas possibilidades de circulação, permanência e pertencimento no espaço urbano.

O trabalho partir de uma revisão bibliográfica, em que o aporte teórico de autores como Cirqueira (2017), Santos (2021), Silva (2014), Sá; Cassab (2025) argumenta-se que o corpo negro é central na construção de espacialidades desiguais, e que, apesar das restrições impostas, os jovens constroem estratégias de resistência e reconfiguram seus lugares na cidade.

2. Desenvolvimento

A juventude negra nas cidades brasileiras vivencia cotidianamente experiências espaciais marcadas por desigualdades profundas que se entrelaçam com os marcadores sociais da diferença, especialmente a raça e a classe. No contexto urbano, a juventude é compreendida

não apenas como uma fase etária, mas como uma categoria social e política em constante produção, cuja experiência é mediada por condições espaciais, temporais, sociais e biográficas. Esta perspectiva reconhece os jovens como sujeitos sociais ativos que, ao mesmo tempo que são condicionados pelas formas socialmente produzidas do espaço, também o produzem por meio de suas práticas cotidianas, mobilidades, falas e interações.

De acordo com Cassab (2015), compreender a juventude implica considerar suas práticas espaciais e os modos pelos quais os jovens se relacionam com a cidade. O uso da cidade, suas apropriações e permanências, são elementos fundamentais para a construção de identidades e pertencimentos. A cidade, como produto e condição social, expressa a dinâmica das relações sociais, as disputas por reconhecimento e o acesso diferenciado aos recursos urbanos. No entanto, essa apropriação se dá de forma desigual, sobretudo quando corpos racializados, como os corpos negros, são atravessados por estigmas, violências simbólicas e materiais. A presença desses corpos no espaço público é constantemente vigiada, normatizada e, muitas vezes, rejeitada.

As trajetórias socioespaciais são uma chave analítica fundamental para compreender os deslocamentos dos jovens negros e como suas experiências se organizam no espaço urbano. Essas trajetórias não são lineares ou uniformes, mas são marcadas por percursos simbólicos e materiais que indicam interdições e possibilidades. Cirqueira (2017) argumenta que trajetórias socioespaciais envolvem a dimensão espaço-temporal da vida, constituindo-se como um conjunto de experiências e lugares que produzem subjetividades e formas de estar no mundo. Para os jovens negros, essas trajetórias são intensamente marcadas pela atuação do racismo, que se manifesta em olhares desconfiados, em abordagens policiais seletivas e na exclusão de determinados espaços da cidade.

A corporeidade negra torna-se, assim, um marcador central nas experiências espaciais desses jovens. A cidade os interpela não apenas como sujeitos em deslocamento, mas como corpos racializados, muitas vezes hipervisibilizados pela segurança pública, pelos sistemas de consumo e pela própria população branca que habita ou transita pelos mesmos espaços. Santos (2021) e Silva (2014) ressaltam que o corpo negro é socialmente representado por meio de estereótipos que o associam ao perigo, à criminalidade ou à hiperssexualização, afetando diretamente as possibilidades de apropriação e de experiência plena do espaço urbano.

A produção desigual da cidade também se expressa na relação com o lazer, o trabalho e a educação. Jovens negros, em sua maioria, possuem suas trajetórias centradas em espaços de permanência como a escola, a casa e bairro, com pouca mobilidade além desses limites,

sobretudo devido às restrições econômicas, à violência institucional e ao racismo ambiental. Espaços de lazer como shoppings, praças centrais ou centros culturais são muitas vezes evitados ou acessados com estratégias de comportamento que visam evitar constrangimentos, como o uso de roupas "neutras", evitar grupos grandes ou modificar trajetos para fugir da vigilância policial.

No entanto, é também nesses deslocamentos e contornos que se revelam formas de resistência e reapropriação simbólica da cidade. Os jovens negros inventam espaços, criam redes de sociabilidade e se afirmam como sujeitos urbanos, mesmo quando enfrentam limites objetivos. Suas trajetórias revelam as fissuras no projeto excludente das cidades e apontam para a urgência de repensar as políticas urbanas, a partir do reconhecimento da diversidade de experiências e da centralidade da questão racial na produção do espaço (SÁ; CASSAB, 2015)

Dessa forma, discutir a juventude negra na cidade é enfrentar as estruturas que organizam a desigualdade espacial e simbólica, é reconhecer que o direito à cidade não se realiza plenamente enquanto os corpos negros forem alvo de exclusão, controle e silenciamento. A trajetória juvenil negra, atravessada por barreiras, também é marcada por invenção e luta. A cidade, nesse sentido, é campo de disputa e também de resistência.

3. Conclusão:

A análise das trajetórias socioespaciais da juventude negra revela que o espaço urbano é simultaneamente cenário de contenção e campo de disputa. A cidade, construída sob lógicas raciais e econômicas excludentes, impõe limites à circulação e permanência dos corpos negros, que são sistematicamente vigiados, controlados e estigmatizados.

Contudo, esses mesmos corpos não se limitam a tais imposições: ressignificam espaços, criam estratégias de sobrevivência simbólica e afirmam sua presença mesmo diante da exclusão. A juventude negra, ao ocupar, resistir e transformar o espaço urbano, denuncia as contradições da cidade capitalista/racista e aponta para a necessidade de políticas públicas que garantam o direito à cidade como direito pleno, plural e antirracista.

4. Referências

CASSAB, C. Da casa para a rua: a dimensão espacial da juventude. In: CAVALCANTI, L.; CHAVEIRO, E.; PIRES, L. M. (Org.). **A cidade e seus jovens**. 1ed. Goiânia: PUC Goiás, 2015, v. 1, p. 137-158.

CIRQUEIRA, D. M. Racismo e experiência do lugar em estudantes negras e negros. *Geogr Ens Pesqui*, v. 21, n. 2, p. 72-87, 2017.

SÁ, Marcelo Henrique de; CASSAB, Clarice. TRAJETÓRIAS SOCIOESPACIAIS DE JOVENS ESCOLARES NEGROS. *Revista Geografia em Atos*, Presidente Prudente, v. 09, n. 01, 2025.

SANTOS, R. E. Sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano. **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: DP et Alli, 2021, p. 36-67.

SILVA, J. G. da. Corporeidade e identidade, o corpo negro como espaço de significação. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES**, 3, 2014. Anais... Aninter, 2014, p. 263-275.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

Grafite e Juventudes: o Viaduto Hélio Fadel como Território de Resistência

Juliane Nogueira Rodrigues

Graduanda em Geografia - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

juliane.nogueira@estudante.ufjf.br

Clarice Cassab

Professora do Curso de Geografia - Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

clarice.cassab@ufjf.br

Introdução

O Viaduto Hélio Fadel, em Juiz de Fora, é um espaço urbano historicamente negligenciado, mas carregado de significados de resistência. Nos últimos anos, ele passou a ser palco de diversas manifestações culturais, principalmente aquelas promovidas por jovens ligados à cultura hip hop. Entre grafites, performances e encontros, o viaduto deixa de ser apenas uma infraestrutura urbana e se transforma em um espaço de criação, sociabilidade e afirmação.

Este trabalho é um recorte da pesquisa que buscou compreender como as juventudes ocupam o Viaduto Hélio Fadel, transformando um espaço considerado “morto” em um lugar vivo, significativo e de resistência. Neste trabalho, parte-se da ideia de que o grafite e outras expressões do hip hop não apenas ocupam fisicamente o espaço, mas também contribuem para a produção do lugar, conceito já explorado na pesquisa “Dos espaços mortos à produção do lugar? Juventudes e outros usos da cidade”, promovendo novas formas de sociabilidade e interação com a cidade.

Desenvolvimento

As juventudes que frequentam o Viaduto Hélio Fadel não se limitam a ocupar o espaço de forma passiva; elas reconfiguram a paisagem urbana através de práticas culturais e estéticas. O grafite, elemento central dessa ocupação, atua como linguagem visual e narrativa

que denuncia, celebra ou reinterpreta a cidade. Ao colorir paredes e estruturas do viaduto, os jovens transformam a infraestrutura em palco e em território de expressão, gerando um diálogo simbólico entre cidade e moradores.

Além da dimensão estética, a ocupação dos jovens envolve práticas sociais complexas. Encontros, batalhas de rap, oficinas e performances promovem interação, fortalecem laços e permitem que os jovens se reconheçam como sujeitos capazes de produzir sentidos e ocupar lugares de visibilidade urbana. Essas práticas podem ser entendidas como estratégias de resistência simbólica, ao reivindicar espaços que, historicamente, foram marginalizados ou subvalorizados.

O grafite não é apenas uma manifestação artística; ele funciona como meio de comunicação, identidade e pertencimento. No Viaduto Hélio Fadel, cada intervenção artística reflete trajetórias individuais e coletivas, narrativas sociais e questões de pertencimento urbano. Ao estudar essas produções, percebe-se que os jovens transformam o concreto frio do viaduto em uma memória viva do cotidiano e das lutas urbanas, promovendo a visibilidade de grupos frequentemente invisibilizados pela cidade.

A literatura aponta que espaços como o viaduto podem se tornar ambientes de aprendizagem e socialização. A prática do grafite requer planejamento, criatividade e trabalho coletivo, reforçando valores de cooperação e expressão compartilhada. Ao mesmo tempo, estas práticas desafiam normas tradicionais sobre quem pode ocupar e produzir na cidade, tornando o viaduto um espaço de negociação entre o público e o privado, entre a regulamentação urbana e as práticas culturais emergentes.

Ao situar o graffiti no contexto da cultura hip hop, é importante reconhecer sua trajetória histórica enquanto linguagem estética e política. Conforme destacam Oliveira e Tartaglia (2010), os graffitis emergiram nos guetos de Nova York entre as décadas de 1960 e 1970 como uma prática vinculada às disputas territoriais das juventudes negras e imigrantes. Inicialmente associados às *tags* e às marcas identitárias das *crews*, esses grafismos transformaram-se em uma estética urbana que extrapolou a lógica da violência e da segregação, passando a expressar resistência, pertencimento e visibilidade em um espaço urbano profundamente desigual. Essa origem reforça o caráter político do graffiti, entendido não apenas como forma de arte, mas como prática territorial que inscreve corpos e vozes historicamente marginalizados na paisagem da cidade.

No caso do Viaduto Hélio Fadel, o graffiti assume esse papel de demarcar presença e inaugurar um novo uso para o espaço. Cassab (2025) mostra como as primeiras intervenções gráficas, realizadas antes mesmo da abertura oficial do viaduto, anunciaram simbolicamente que aquele local passaria a ser reconhecido como território da juventude hip hop em Juiz de Fora. As pilastras grafitadas tornaram-se marcos inaugurais de uma apropriação coletiva, sinalizando a transformação de uma infraestrutura destinada ao fluxo de automóveis em um lugar vivo, de encontros, trocas culturais e construção de identidades. Cada traço e cada cor atuam, assim, como inscrição territorial que ressignifica a paisagem urbana.

Essa perspectiva permite compreender o graffiti como prática espacial insurgente, na medida em que desafia a lógica fragmentadora da cidade contemporânea. Em vez de apenas reproduzir a função técnica do viaduto, os jovens imprimem nele suas marcas, criando fissuras no planejamento urbano hegemônico. Trata-se de uma estratégia de apropriação que, ao mesmo tempo em que comunica mensagens estéticas e políticas, produz novas formas de habitar a cidade. Nessa dimensão, o graffiti se aproxima da noção de apropriação simbólica do espaço, discutida por Lefebvre e retomada por Oliveira e Tartaglia (2010), ao constituir-se como direito à cidade e como possibilidade de recriar paisagens a partir das práticas cotidianas.

Por isso, os graffitis sob o Viaduto Hélio Fadel não podem ser reduzidos a ornamentos ou a simples expressões artísticas. Eles funcionam como registros de memória e de luta, revelando experiências juvenis que são, ao mesmo tempo, estéticas, políticas e territoriais. A cada intervenção, os jovens reafirmam que a cidade também lhes pertence e que seus corpos, trajetórias e culturas têm lugar na paisagem urbana. Mais do que colorir muros, essas grafias produzem cidade: fazem ver sujeitos invisibilizados e instauram novas formas de sociabilidade, resistência e pertencimento.

Conclusão

A análise do Viaduto Hélio Fadel evidencia que o graffiti, mais do que uma manifestação estética, constitui-se como prática social e territorial capaz de transformar a paisagem urbana. Ao ocupar pilastras e muros, os jovens ressignificam um espaço planejado apenas para a circulação de veículos e o convertem em lugar de sociabilidade, resistência e memória coletiva. Nessas grafias, inscrevem-se vozes historicamente silenciadas, que reivindicam o direito à cidade e instauram novos usos para o espaço público.

Nesse sentido, o graffiti atua como marcador territorial e como linguagem de pertencimento, conferindo visibilidade a sujeitos e culturas muitas vezes invisibilizados. Ele demonstra que a cidade não é apenas resultado das grandes obras e decisões institucionais, mas também das práticas insurgentes que, no cotidiano, produzem e recriam lugares. O Viaduto Hélio Fadel, assim, deixa de ser apenas infraestrutura para se tornar palco de juventudes, revelando a potência criativa e política dessas intervenções na disputa por sentidos e usos do urbano.

Referências

CASSAB, Clarice. **Práticas espaciais e grafias da juventude no espaço: inventário dos graffitis no viaduto Arquiteto Hélio Fadel em Juiz de Fora – MG.** *Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 208-229, jan./jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2025.234984>.

OLIVEIRA, Denílson Araújo de; TARTAGLIA, Leandro. **Ensaio sobre uma geo-grafia dos graffitis.** *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 11, n. 36, p. 59-74, 2010.

V COLÓQUIO DO NUGEA

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

TERRITÓRIOS NEGROS URBANOS EM RIO POMBA/MG: UMA PROPOSTA DE PERIODIZAÇÃO (1767 a 1918)

Carina Marcelino Teixeira

Mestranda no PPGE/UJF

carina.mteixeiraii@gmail.com

Helena Rizzatti

Professora do PPGE/UJF

helena.rizzatti@ufjf.br

1. Introdução

Este trabalho faz parte do desenvolvimento da pesquisa que se propõe a compreender e identificar territórios negros no município de Rio Pomba- MG. Aqui, apresentamos uma divisão temporal da história do município a partir de uma periodização embasada em Santos e Silveira (2001) e em Vieira (2021).

Realizamos uma discussão teórica apresentando os conceitos e referências bibliográficas que fundamentam o trabalho, articulando-os ao recorte de pesquisa e por fim, apresentamos nossa proposta de periodização, em busca de localizar territórios negros urbanos presentes no município.

2. Aportes teóricos

Daniele Vieira (2021) propõe que territórios negros são espaços ocupados e produzidos majoritariamente por população negra (pretos e pardos) em função de moradia, lazer, religiosidade, trabalho, etc. São constituídos a partir de identificações ligadas à raça, ou como coloca Raquel Rolnik (1989), formados de maneira induzida por concepções que promoveram a segregação racial, com relação direta ao longo processo de escravização de população negra, que terminou sem nenhuma política de indenização à essa população e em

teorias pautadas no racismo científico (Cunha Jr; Ramos, 2020). O que nas cidades se materializou a partir de reformas urbanas em áreas centrais baseadas em modelos europeus, concomitante à expulsão de pessoas negras, que anteriormente ali residiam⁹ (Sodré, 2002).

Historicamente a população negra sofreu com os processos de modernização seletiva, sendo excluída do acesso à moradia nos centros, serviços, políticas e infraestruturas. Cunha Jr e Ramos (2020) afirmam que “o espaço urbano é pensado ideologicamente, projetado e construído, afastado das formas culturais de apropriação e produção do espaço urbano por estas populações.” (Cunha Jr; Ramos; 2020, p. 78). Rizzatti (2020) aponta este processo como uma face da urbanização interseccionalizada, uma concepção de urbanização que acentua desigualdades de gênero, classe e raça, a partir da lógica de produção capitalista.

Estes elementos aparecem em Rio Pomba, pois, apesar de ser um município pequeno, é notável a presença da população negra e de processos de produção do espaço urbano que seguiram a mesma lógica aqui apresentada. É importante frisar o quanto a população negra consegue se reinventar diante de dinâmicas racistas, Gabriela Pereira (2019) nos auxilia a refletir sobre a formação socioespacial brasileira e a presença de “sistemas simbólicos afro-brasileiros [que] traduzem ainda acúmulos da experiência africana dos povos de origem banto, gêge e nagô - que não é estática, se atualiza na transmissão geracional e se particulariza em [diversos] contextos” (p. 2), como são os territórios negros construídos a partir de raízes africanas.

Ao pesquisarmos a população negra e a sua relação com o território em tempos passados, os registros incompletos ou a falta deles se tornam um obstáculo, neste sentido, apresentamos nossa proposta de periodização que abrange o recorte temporal de 1767 a 1918, embasada em obras de autores locais que a partir de memórias e fatos históricos, que nos aproximam do nosso objeto de pesquisa.

3. Periodização de Rio Pomba-MG a partir dos territórios negros

De acordo com Milton Santos e Maria Laura Silveira (2006), essa metodologia possibilita a identificação de eventos e mudanças importantes na história de um território. Além dos eventos, buscamos evidenciar os atores de cada fase, para melhor compreender o contexto geral das transformações ocorridas.

⁹ Justificadas por equivocadas teorias higienistas.

3.1 Período 1 (1767- 1858): gênese da divisão sócio-racial com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário

A Igreja do Rosário de Rio Pomba é datada de 1823, sua existência na contemporaneidade, pode ser interpretada segundo Santos (2023) enquanto rugosidade, uma herança do passado, diretamente relacionada aos usos do território pela população negra e que nos revela uma relação entre passado e presente, como relatado por Burmeister (1980), ao afirmar que a igreja estava localizada fora da vila e era pertencente aos pretos.

A partir de registros presentes no Museu Histórico de Rio Pomba, identificamos a existência de uma irmandade de pretos forros e cativos fundada em 1843, ligada à Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em um contexto de urbanização incipiente. O que consolida a ideia de que este grupo protagonizou ações e criou laços de solidariedade e afetividade dentro da dinâmica escravista colonial. E ainda nos permite afirmar que o espaço urbano de Rio Pomba também foi produzido pela população negra desde a gênese de sua formação territorial.

3.2 Período 2 (1858- 1918): Fundação da cidade e primeiro processo de periferização

Em 1858, Rio Pomba se torna cidade, período de consolidação da industrialização no município, momento de criação de clubes, jornais, indústrias, ramal e estação de trem da estrada de ferro Leopoldina, grande avanço modernizador da época, protagonizada pelos interesses de comerciantes e fazendeiros (Mendonça, 2010). Notamos como a produção do espaço gira em torno de sujeitos decididores e resulta em desigualdades espaciais a partir de ações modernizadoras (Santos, 2023), como foi a “Grota do Brun” localidade próxima a estação que, segundo Mendonça (2010), foi o primeiro processo de favelização de Rio Pomba. Enquanto na área central, tem-se iniciativas de construção de prédios públicos, serviços de pavimentação das calçadas e energia elétrica inaugurada em 1918 (Santiago, 2016), o que fomentou a industrialização na cidade.

4. Considerações finais

Inicialmente trouxemos informações mais amplas para embasar nossa leitura de que Rio Pomba se constituiu a partir da presença e produção do espaço pela população negra. A partir de uma leitura periodizada, percebemos que a mesma está presente em diferentes momentos históricos. O primeiro período mostra de forma localizada o protagonismo e agenciamento negro durante o século XIX a partir da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e da irmandade, uma forma de contorno à sociedade escravista.

No segundo, destacamos a Grota do Brun, em que podemos visualizar as dinâmicas de transformações urbanas a partir de uma lógica de urbanização que atenua desigualdades de raça ao preterir o acesso deste grupo a serviços e infraestruturas urbanas.

Como mencionado, este resumo apresenta alguns resultados de uma pesquisa que se encontra em desenvolvimento. O intuito não é esgotar a discussão, mas sim, apontar caminhos teóricos e metodológicos para a compreensão dos territórios urbanos de Rio Pomba/MG.

5. Referencial bibliográfico

BURMEISTER, Hermann. **Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais:** visando especialmente a história natural dos distritos auri-diamantíferos. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

CASTRO, Natália Paganini Pontes de Faria. **Entre Coroados e Coropós:** a trajetória do Padre Manuel de Jesus Maria nos sertões do Rio da Pomba (1731-1811). 2010. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.

CUNHA JR, Henrique; ESTELA ROCHA RAMOS, Maria. Territórios de maioria afrodescendente: segregação urbana, cultura e produção da pobreza negra nas cidades brasileiras. **Revista Desenvolvimento Social, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 77–85, 2020.**

MENDONÇA, Sylvio Caiaffa. **Aconteceu em Rio Pomba.** Sylvio Caiaffa Mendonça. –Brasília: RN & MARINI EDITORA, 2010.

PEREIRA, Gabriela Leandro. Direito à cidade e questões raciais. **Coletiva. Dossiê Direito à Cidade, n. 24, 2019.**

RIZZATTI, Helena. **Urbanização corporativa vista pelo avesso:** periferização, interseccionalidade e lugar – uma análise a partir das ocupações de terras urbanas. 2020. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade de Campinas, Campinas, 2020.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidades e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). Posfácio - revisitando os territórios negros em São Paulo e Rio de Janeiro no ano 2000. **Revista de Estudos Afro-Asiáticos**, 17, CEAA, Universidade Cândido Mendes, setembro de 1989. Posfácio, S/D.

SANTIAGO, Sinval. **História de Rio Pomba**. 2. ed. Rio Pomba: Município de Rio Pomba, 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. Cap. 1 – A questão: o uso do território. In: **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 9a. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.p. 19-22.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800-1970)**: geografia histórica da presença negra no espaço urbano. 1.ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

V COLÓQUIO DO NUGEA

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

CONFLITO, INJUSTIÇA E RACISMO AMBIENTAL NA CONSTRUÇÃO DA REPRESA DE CHAPÉU D'UVAS SOBRE A COMUNIDADE NEGRA DA ANTIGA COLÔNIA DE SÃO FIRMINO (1950 – 1990)

Edinaldo Lumonte dos Santos
Mestrando em Geografia (UFJF)
edinaldolumonte@yahoo.com

1. INTRODUÇÃO

A história da Zona da Mata mineira carrega marcas profundas da escravidão e das disputas territoriais que moldaram sua configuração social. A antiga Colônia de São Firmino, formada no final do século XIX a partir de terras doadas a ex-escravizados, constitui um exemplo singular dessa trajetória. Localizada próxima ao distrito de Chapéu D'Uvas, essa comunidade se estruturou com base em vínculos coletivos, práticas agrícolas tradicionais e uma forte identidade negra. Sua configuração se aproxima do que se reconhece como uma comunidade quilombola, tanto pelo modo de vida preservado, quanto também pela sua trajetória.

Com a intensificação do ciclo do café na região, Juiz de Fora consolidou-se como polo econômico e urbano, recebendo a alcunha de “Manchester Mineira” entre os séculos XIX e XX. Entretanto, o crescimento urbano-industrial trouxe consigo problemas ambientais e sociais, especialmente ligados ao abastecimento de energia e às recorrentes enchentes do rio Paraibuna, Machado (2012). Foi nesse contexto que se gestou o projeto da represa de Chapéu D'Uvas, concebido nos anos 1950 e inaugurado apenas em 1994. Esse tipo de obra, que pode ser classificada como um Grande Projeto de Investimento segundo Cruz e Silva (2010), foi justificada pela necessidade de controlar cheias e garantir fornecimento energético à cidade, Pfafstetter (1951). Contudo, seus custos recaíram de maneira desproporcional sobre populações rurais, entre elas a Colônia de São Firmino.

2. DESENVOLVIMENTO

O processo de construção da represa implicou o deslocamento forçado de cerca de 360 moradores da Colônia. De acordo com Oliveira (2018) essa população, majoritariamente negra, foi desconsiderada nas etapas decisórias, sem que houvesse consulta pública ou mecanismos de participação social. O reassentamento não garantiu compensações equitativas, gerando perda patrimonial, desarticulação comunitária e ruptura de vínculos simbólicos e territoriais. Mais do que a perda física da terra, a comunidade enfrentou a destruição de um território de memória, identidade e resistência, elementos fundamentais para compreender a gravidade desse deslocamento.

A análise desse processo permite relacioná-lo aos conceitos de injustiça ambiental e racismo ambiental. Conforme Acselrad (2009), injustiça ambiental ocorre quando os impactos negativos de projetos de desenvolvimento são transferidos para populações mais vulneráveis, que dispõem de menos recursos para resistir ou reivindicar reparação. No caso da Colônia de São Firmino, essa injustiça se manifestou de forma racializada, pois a comunidade atingida era formada predominantemente por negros, historicamente marginalizados no acesso à terra desde o pós-abolição. Nesse sentido Herculano (2006), define racismo ambiental justamente como essa distribuição desigual dos impactos ambientais sobre etnias mais vulneráveis.

Ao se estudar a desterritorialização da Colônia, torna-se inevitável recorrer a Haesbaert (2007), que discute como a perda do território nunca é apenas material, mas também simbólica. O território representa abrigo, pertencimento e identidade coletiva. Assim, o reassentamento forçado não gerou apenas deslocamento físico, mas também o enfraquecimento da memória comunitária e a imposição de uma lógica externa, vinculada ao capital industrial e às políticas estatais de modernização.

É importante lembrar que o caso da Colônia de São Firmino não foi um episódio isolado. Ao longo do século XX, diferentes comunidades rurais, quilombolas e indígenas no Brasil foram impactadas por grandes obras de infraestrutura, especialmente barragens e hidrelétricas. Estudos como os de Zhouri e Laschefske (2010) apontam que esses projetos foram conduzidos sob o discurso do progresso e da modernização, mas na prática resultaram em processos de exclusão, violação de direitos e marginalização de populações tradicionais. Nesse sentido, a experiência de São Firmino ilustra um padrão recorrente: a concentração dos benefícios nas áreas urbanas e industriais, e a transferência seletiva dos custos para territórios periféricos e racializados.

Outro aspecto fundamental é a forma como a memória desse deslocamento continua viva entre os moradores. Depoimentos coletados em pesquisas anteriores, como a de Oliveira (2018) mostram que, mesmo décadas após o reassentamento, permanece um sentimento de perda e injustiça. As casas, as terras cultivadas e a capela da comunidade não eram apenas bens materiais, mas símbolos de pertencimento coletivo. A desterritorialização, portanto, rompeu laços afetivos e espirituais que constituíam a base da vida comunitária. Ao mesmo tempo, a reterritorialização forçada, em um espaço novo e imposto, trouxe dificuldades de adaptação e acentuou as desigualdades sociais já existentes.

Metodologicamente, a pesquisa se apoia em revisão bibliográfica, análise documental e, sobretudo, em práticas de cartografia social. Esta última, conforme Almeida (2013), não se limita a mapas, mas constitui uma forma de dar voz aos sujeitos e reconstruir coletivamente as memórias do território. Técnicas como o “Rio da Vida” possibilitam que moradores narrem suas trajetórias e percebam as transformações no espaço vivido, permitindo ressignificar experiências de perda e resistência. Ao envolver os próprios atingidos como protagonistas, a metodologia busca não apenas registrar dados, mas também fortalecer identidades e vínculos comunitários.

3. CONCLUSÃO

A relevância da pesquisa reside no resgate da memória e da história de uma comunidade invisibilizada pelos discursos desenvolvimentistas. Mais do que um estudo acadêmico, trata-se de um esforço de preservação simbólica e política. A Colônia de São Firmino, ao ser deslocada para dar lugar à represa, foi vítima de um processo que ilustra a lógica recorrente dos grandes empreendimentos no Brasil: transferir os benefícios do progresso a centros urbanos e industriais, enquanto comunidades rurais e negras arcaram com os custos sociais e ambientais.

Concluir essa análise é também apontar para a necessidade de revisitar criticamente as políticas de planejamento e desenvolvimento que, ao longo da história, privilegiaram interesses econômicos em detrimento de direitos humanos e coletivos. O caso da Colônia de São Firmino não é isolado, mas integra uma série de experiências de desterritorialização de populações negras e tradicionais no país. Reconhecer essa história é um passo fundamental para combater as desigualdades raciais e ambientais que ainda persistem.

Assim, o estudo propõe não apenas entender um episódio histórico, mas contribuir para uma reflexão mais ampla sobre justiça territorial, direito à memória e reparação de comunidades atingidas por grandes obras. A Colônia de São Firmino, mesmo após a perda de

seu território original, resiste enquanto símbolo de luta e de identidade negra na Zona da Mata mineira. A sua trajetória revela a necessidade de ampliar o debate acadêmico e político sobre racismo ambiental e sobre o direito das comunidades tradicionais a permanecerem em seus territórios.

4. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova cartografia social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras. In: **Povos e comunidades tradicionais. Nova cartografia social**, p. 157-173, 2013. Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2020/11/A-Nova-Cartografia-Social1.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2025.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. **Racismo ambiental, o que é isso.** Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006. Disponível em: http://professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_a_mbiental.pdf. Acesso em: 4 jun. 2025.

MACHADO, P. J. D. O. **Diagnóstico ambiental e ordenamento territorial – instrumentos para a gestão da Bacia de Contribuição da Represa de Chapéu D’Uvas/MG.** 2012. 243 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

OLIVEIRA, Williana Freitas de. **Bacia semântica e o trajeto educativo de uma comunidade negra rural: narrativas da Colônia de São Firmino, no município de Ewbank da Câmara.** 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

PFAFSTETTER, Otto. Barragem de Chapéu D’Uvas no Rio Paraibuna, no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais – memória justificativa e cálculo. In: **Revista Sanevia**, nº 10, outubro, 1951. p. 13-36.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Ed.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

O TERRITÓRIO CORPORATIVO DA COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO: A FINANCEIRIZAÇÃO DA NATUREZA, NOS MUNICÍPIOS DO SUL DA SERRA DO BRIGADEIRO (MG)

Guilherme Santos Martins

Graduando em Geografia (Bacharelado) na UFJF

guilhermemartins.santos@ufjf.br

Alice Maria Mendes Turquete

Graduanda em Geografia (Licenciatura) na UFJF

alice.turquete@estudante.ufjf.br

1. Introdução

Este trabalho discute a expansão da mineração de bauxita pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) ao sul da Região da Serra do Brigadeiro, em Minas Gerais. A discussão se situa a partir do contexto do neoextrativismo, que intensificou a exploração na região. A expansão da CBA insere-se nessa lógica e representa uma crescente pressão sobre os ecossistemas locais e comunidades tradicionais. O texto, também, examina as transformações internas da CBA, especialmente o processo de financeirização após a abertura de capital na B3, um fato que tem impacto direto nas operações reais e no aumento de seu endividamento.

2. Neoextrativismo e Redes Globais de Produção - o caso do alumínio

A Serra do Brigadeiro passa por um processo de transformação marcado pela expansão da mineração de bauxita, liderada pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA). Presente na Zona da Mata mineira desde 1992, a empresa iniciou suas operações em Itamarati de Minas e, com o esgotamento das reservas locais em 2015, estruturou uma Unidade de Tratamento de Minério em Miraí (2008), passando a extraír bauxita no entorno a partir de 2011 (IORIO; MAGNO, 2019). Esse avanço, porém, não pode ser entendido apenas pela

dinâmica interna da empresa, mas também pelo contexto nacional de aprofundamento do neoextrativismo, modelo voltado à exploração intensiva de recursos naturais para exportação (SVAMPA, 2019; GUDYNAS, 2011). Embora as operações da CBA na Serra não sejam de grande escala nem orientadas prioritariamente à exportação, elas se inserem nessa lógica: se os megaempreendimentos de bauxita concentram-se no Pará, as atividades menores, como as da Zona da Mata, funcionam como complemento à produção nacional, reproduzindo a mesma racionalidade extrativista.

3. Incorporação ao sul da serra do brigadeiro

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) é uma das mais importantes áreas de reserva ambiental do estado de Minas Gerais, sendo de grande relevância para a preservação da Mata Atlântica na região. Criado em 1996, o parque passou por um longo processo de ocupação e exploração até sua consolidação atual.

Na linha do tempo de sua história, destaca-se inicialmente a ocupação dos povos Puri na serra, esses que posteriormente foram colonizados por mineradores que chegaram à região durante o final do ciclo do ouro. Nesse período as terras da serra foram utilizadas majoritariamente para a agricultura e a pecuária, atividades responsáveis pela perda de grande parte da vegetação original (TERRITÓRIOS LIVRES DE MINERAÇÃO, 2021).

Já no final do século XX, a exploração mineral e madeireira intensificou-se, ampliando a degradação da cobertura florestal. Esse cenário de desmatamento persistiu até 1962, quando foi promulgado um decreto proibindo o desflorestamento da região e do entorno. Em seguida, a presença de comunidades ligadas à agricultura familiar e agroecologia, desempenhou importante papel para a criação do PESB (SILVA, 2012).

Por se tratar da segunda maior reserva de bauxita do país, a região sempre despertou o interesse de grandes empresas mineradoras. A Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), pertencente ao grupo Votorantim, é uma das principais empresas do setor de mineração e produção de alumínio no Brasil. Atuando na região desde a década de 1980, a CBA intensificou suas atividades na região a partir de 2008. A extração efetiva iniciou-se em 2011 nos municípios de São Sebastião da Vargem Alegre, Miraí e, posteriormente, Rosário da Limeira.

Com este avanço, a empresa se fez cada vez mais presente nos arredores do PESB, exercendo pressão crescente na região à medida que busca expandir sua produção, colocando em risco os recursos naturais e os modos de vida tradicionais (IORIO; MAGNO, 2019). Esse processo pode ser observado nos valores crescentes da CFEM.

Análises sobre o valor recolhido revela ainda como o crescimento da atividade minerária torna os territórios cada vez mais afetados e dependentes da mineração, à medida que a economia local passa a se estruturar em torno de uma única atividade, configurando a chamada minério-dependência (COELHO; IORIO, 2021). Essa concentração econômica é típica do modelo neoextrativista latino-americano, caracterizado pela exploração intensiva de recursos naturais, que gera dependência fiscal e social na população, tendo em vista que as comunidades locais possuem pouco ou nenhum controle sobre os processos e benefícios.

4. A Companhia Brasileira de Alumínio

A Companhia Brasileira de Alumínio passou por uma série de mudanças estruturais na última década, processo denominado de financeirização. Com início em 2016, com o desmembramento da Votorantim Metais, e se consolidando em 2021, com a abertura de capital na Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Com a abertura, todas as ações preferenciais foram convertidas em ações ordinárias, conferindo direito a voto de todos os acionistas, e pulverizando o controle da empresa. A partir de então, a Votorantim passa a deter cerca de 69% da empresa, e o resto free float, percentual de ações disponível para negociação no mercado aberto.

Para atrair investidores, a CBA adota uma estratégia corporativa que passa a ser toda orientada para a satisfação e atendimento às demandas dos acionistas, pois caso a empresa não seja capaz de atrair investimentos, a empresa tende a se desvalorizar progressivamente, perdendo a capacidade de operação. Segundo Altvater (2010), a financeirização exerce uma pressão sobre a economia real, que no caso da mineração acentua a exploração, potencializando suas propriedades destrutivas.

Ao analisar os relatórios da CBA, se vê como uma empresa se vende como uma produção de alumínio de maneira sustentável. Uma estratégia de comunicação que se alinha ao que Maristella Svampa (2023) chama de “Consenso da Descarbonização”. A empresa promove seu alumínio como essencial para a transição energética e se posiciona como um investimento seguro, sustentável e eficiente. E destaca seu alinhamento com as práticas de ESG (Ambiental, Social e Governança), formas de oferecer aos investidores uma imagem de uma empresa que preza por protocolos e boas práticas, um alumínio responsável.

Mas ao contrário de seu discurso, seus movimentos denunciam como a empresa vem articulando estratégias típicas da financeirização. A partir de uma ampliação de seu mercado para as operações internacionais, como o “Projeto Bauxita Rondon” voltado à produção de

alumínio primário no Pará com foco em exportação e articulando parcerias com investidores estrangeiros, movimentando cerca de U\$4 Bilhões.

No entanto, o valor de ações (CBAV3) tem caído drasticamente desde meados de 2022. Há também um aumento significativo de seu endividamento. Evidenciando a pressão que a financeirização exerce sobre a empresa, onde é necessário o endividamento para manter suas operações e tentar atender as expectativas de lucratividade dos acionistas, mesmo perdendo valor de mercado. Em essência, a CBA se submete a uma lógica que prioriza retorno financeiro de curto prazo, intensificando a pressão sobre suas operações e, no contexto da mineração, sobre o meio ambiente.

5. Considerações Finais

O avanço da mineração de Bauxita pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA) na Serra do Brigadeiro, denuncia a influência das políticas de financeirização. A empresa se consolida como um agente que reproduz o modo de exploração intensiva, tornando os municípios mais dependentes da atividade mineradora, ligada diretamente à necessidade de alta lucratividade, por conta da sua orientação no mercado financeiro.

Expondo uma grande contradição do modelo de financeirização, onde se adota um discurso de sustentabilidade mas na prática, aumenta sua dívida e expande projetos de grande escala. No final, o caso da CBA ilustra como a lógica capitalista da financeirização se traduz em uma intensificação da exploração real, com impacto substancial nas comunidades tradicionais e no meio ambiental.

6. Referências

COELHO, Tádzio Peters; IORIO, Gustavo Soares. Fronteira mineral e dependência em Minas Gerais: estudo comparativo da atuação da SAM e ZMM. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 45., 2021. *Anais do 45º Encontro Anual da ANPOCS*. São Paulo: ANPOCS, 2021. Disponível em: https://www.anpocs2021.sinteseeventos.com.br/atividade/view?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czozNjoiYToxOntzOjEyOiJJRF9BVEIWSURBREUiO3M6MzoiMjI4Ijt9IjtzOjE6ImgjO3M6MzI6ImI5ODc0MmQ2NjVINzViZjU5MTc5NDg4MTI5YTgzYjQwIjt9&ID_ATIVIDADE=228.

IORIO, Gustavo; MAGNO, Larissa. O território corporativo da mineração na Serra do Brigadeiro, Minas Gerais. *Revista Sapiênciça: sociedade, saberes e práticas educacionais*, v. 8, n. 2, 2019.

MILANEZ, Bruno; MANSUR, Maira Sertã; WANDERLEY, Luiz Jardim de Moraes. Financeirização e o mercado de commodities: uma avaliação a partir do setor de mineração.

PoEMAS: Políticas, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade, n. 20, p. 67–82, 2019.
Disponível em:
<https://www2.ufjf.br/poemas/files/2014/07/Milanez-2019-Financeiriza%C3%A7%C3%A3o-e-o-mercado-de-commodities.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

SILVA, Claudinei Heleno da. *Conflitos ambientais no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB): Agricultura Familiar e Mineração de Bauxita no Município de Miradouro - MG*. 170 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2012.

SVAMPA, Maristella. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo: Elefante, 2019.

TERRITÓRIOS LIVRES DE MINERAÇÃO. *Territórios livres: o direito a dizer NÃO aos empreendimentos predatórios*. Territórios Livres de Mineração, [s.d.]. Disponível em: <https://territorioslivres.org/alternativas/territorios-livres-o-direito-a-dizer-nao-aos-empreendimentos-predatorios-5-2/>. Acesso em: 11 set. 2025

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

ESTUDO COMPARATIVO DOS PADRÕES DE DESIGUALDADES INTRAURBANAS EM CIDADES MINÉRIO-DEPENDENTES¹⁰

Natã Morinigo de Sousa
Graduando em Geografia - UFJF
Bolsista de Iniciação Científica da FAPEMIG
nata.morinigo@gmail.com

Wagner Batella
Doutor em Geografia - Bolsista Produtividade do CNPq
Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFJF
wagner.batella@ufjf.br

1 - Introdução e apontamentos teóricos

A atividade mineradora, historicamente, tem desempenhado papel central na conformação socioeconômica de diversas cidades de Minas Gerais, como Itabira, Mariana, Nova Lima e Congonhas. O setor mineral, ao mesmo tempo em que impulsiona o crescimento econômico local, também reproduz dinâmicas de dependência e desigualdade. Um dos principais mecanismos de redistribuição da renda mineral é a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), cuja arrecadação representa parcela significativa dos orçamentos municipais e se constitui em fonte estratégica para políticas públicas (Silva, 2019; Fernandes, 2021).

Todavia, a literatura tem demonstrado que a centralidade da CFEM não garante, por si só, a redução das disparidades socioespaciais. Estudos apontam que a apropriação desigual da renda mineral resulta em investimentos concentrados em setores de maior visibilidade política, em detrimento de políticas estruturantes de habitação, saneamento e mobilidade (Acselrad, 2004; Bittencourt & Roesler, 2017). Como consequência, emergem padrões urbanos fragmentados, nos quais áreas de expansão imobiliária vinculadas à mineração convivem com periferias marcadas pela precariedade de serviços essenciais.

Além disso, a dependência fiscal e econômica da mineração reforça um modelo de desenvolvimento marcado pela vulnerabilidade diante das oscilações do mercado global de commodities (Gudynas, 2016; Milanez & Santos, 2013). O crescimento urbano condicionado pela lógica extractiva tende a intensificar processos de segregação espacial, especulação fundiária e conflitos pelo uso do solo, ampliando assim as desigualdades intraurbanas.

Nesse contexto, a análise das cidades de Itabira, Mariana, Nova Lima e Congonhas oferece um campo privilegiado para compreender os efeitos contraditórios da mineração sobre a produção do espaço urbano. Enquanto motor de geração de receitas e dinamização

¹⁰ Trabalho elaborado com apoio da FAPEMIG por meio dos projetos “Regiões da mineração em Minas Gerais: urbanização, cidades e dinâmicas territoriais” (CSA APQ 02022/18) e “Minério-dependência nas fronteiras da mineração no Brasil pós-boom das commodities (2011-2023)” (CSA APQ 00242/24). Agradecemos à FAPEMIG pelo financiamento dessas pesquisas. Agradecemos, ainda, ao CNPq, pelo financiamento da pesquisa “Urbanização e minério-dependência nas cidades médias do Quadrilátero Ferrífero - MG”.

econômica, a mineração também atua como vetor de reprodução de desigualdades socioespaciais, exigindo a problematização de sua capacidade de induzir um desenvolvimento local efetivamente inclusivo e sustentável.

2. Análise Empírica

Foram selecionadas 4 cidades para a análise, sendo elas: Mariana, Itabira, Nova Lima e Congonhas. Essa seleção se deu devido a alguns fatores principais, são cidades inseridas de alguma forma na extração do minério de ferro, estão inseridas no Quadrilátero Ferrífero, principal região de extração mineral em Minas Gerais, e são consideradas cidades médias. Além disso cada uma possui uma peculiaridade em relação às demais: Mariana teve o rompimento da Barragem de Fundão no final de 2015; Nova Lima possui um papel de gestão, com escritórios de mineradoras como a Vale se concentrando lá; Itabira está vivendo o fim da mineração devido ao esgotamento das minas; por fim Congonhas está em uma fase de plena ascensão da extração.

Para a análise foi utilizado os dados do censo de 2022 (IBGE, 2025), resultados do universo agregados por setor censitário. O censo foi utilizado, pois é a fonte de dados mais abrangente no Brasil, ocorrendo em todo o território nacional, seu menor nível de escala, o setor censitário, permite uma análise intraurbana. Além disso, sua frequência, cerca de 10 em 10 anos, permite uma comparação histórica.

Com o objetivo de analisar as cidades, foram utilizados apenas os setores censitários considerados urbanos e do distrito sede de cada município, sendo essa a delimitação oficial do IBGE. Entendendo que uma cidade pode não estar totalmente contida nesses setores, embora de modo geral abrange a maior parte.

Os dados do censo utilizados foram os agregados por setores censitários base, renda do responsável do domicílio e dados do entorno dos domicílios. Nenhuma das variáveis coletadas e publicadas no censo é capaz de sozinha explicar a real situação de um setor censitário, mas funciona como *proxy* para entender a situação. Uma *proxy* seria uma informação intermediária que é usada para medir outra informação que não pode ser medida ou coletada diretamente.

Nesse caso, as *proxys* utilizadas foram: moradores por domicílio; porcentagem de moradores brancos; porcentagem de moradores alfabetizados; porcentagem de domicílios com acesso à rede geral de água; porcentagem de domicílios com acesso a rede de esgoto; porcentagem de domicílios com banheiro exclusivo; valor do rendimento nominal médio mensal dos responsáveis por domicílios; porcentagem de domicílios em ruas com pavimentação; porcentagem de domicílios em ruas com bueiros; porcentagem de domicílios em ruas com iluminação pública; porcentagem de domicílios em ruas com calçada; porcentagem de domicílios em ruas arborizadas; porcentagem de domicílios em ruas com rampa para cadeirante; porcentagem de domicílios em ruas sem obstáculos na calçada. Cada informação dessas possui um valor explicativo maior ou menor. Assim, o nosso próximo objetivo é a criação de um índice a partir da análise de componentes principais, para unir todas essas variáveis em apenas uma.

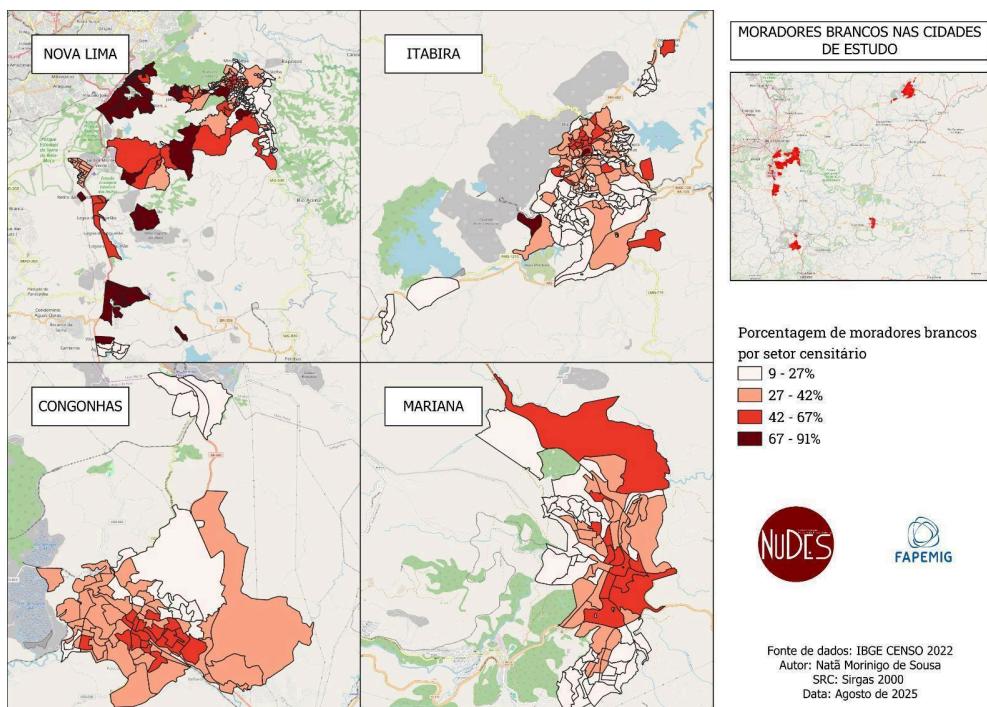
Os dados foram tratados no software R, aplicativo especializado na análise de dados, e especializados no QGIS, aplicativo especializado na espacialização de informações. Onde então foram confeccionados mapas para cada uma das variáveis em um layout de prancha, aparecendo sempre os 4 municípios, além disso a legenda é compartilhada para facilitar a comparação. A legenda, inicialmente, foi feita a partir da quebra natural (jenks), sendo ela uma metodologia nativa no QGIS que tenta maximizar a diferença entre classes e minimizar a diferença dentro das classes, a partir da base da quebra natural algumas

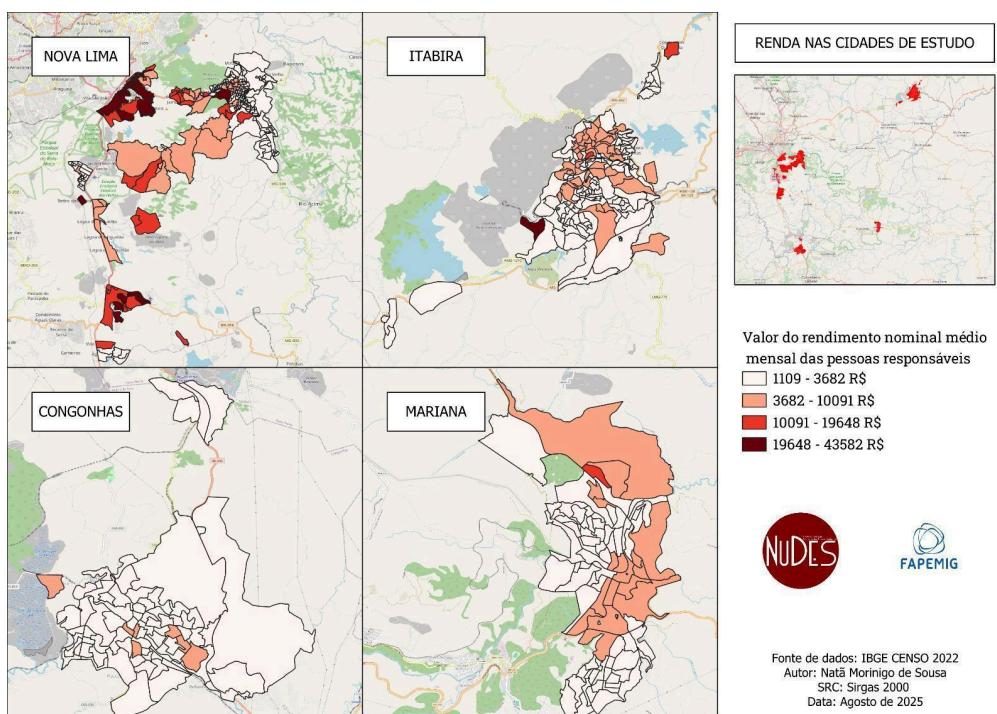
alterações de limites foram feitas quando se mostraram mais explicativas. Em alguns mapas alguns setores não aparecem, isso acontece quando a variável para aquele mapa era ausente no setor.

Foi observado que o discurso de desenvolvimento não é verdadeiro para todas as cidades e indicadores. Alguns dados, como presença de banheiro exclusivo nos domicílios, iluminação pública nas ruas, acesso à rede geral de água, se mostram mais universalizados que outras variáveis, ainda existem em alguns casos padrões espaciais de áreas mais precarizadas bem delimitados. Outras variáveis como alfabetização, embora mais complexa espacialização, apresenta diferenças notáveis com os setores de menores índices a partir de 85,1% de alfabetização, enquanto os de maiores índices estão em 100%.

Outro ponto de atenção é a presença de condomínios e como eles concentram os maiores índices, especialmente os de renda. Isso foi observado em Itabira e Congonhas, mas sobretudo Nova Lima, esse cenário se repete na parte mais noroeste de Nova Lima, não pelos condomínios, mas sim por estar ao lado de Belo Horizonte e a forte concentração de escritórios. Essas áreas às vezes apresentam piores índices de infraestrutura urbana, como acesso à rede geral de água, mas nesses casos isso não quer dizer uma precariedade, já que diferente da população de menor renda, os mais ricos conseguem lidar com a falta de infraestrutura do Estado, além disso são áreas recentes e por isso apresentam índices menores mas é algo que tende a mudar em um breve espaço de tempo.

Por fim, os padrões de desigualdade racial encontrados no restante do país se mantém nas cidades estudadas, principalmente quando comparado a porcentagem de moradores brancos com as rendas maiores, mas que também se repete em menor medida nas outras variáveis.





3 - Considerações Finais

Conforme se demonstrou, a atividade mineradora, embora impulse o crescimento econômico em cidades como Itabira, Mariana, Nova Lima e Congonhas, também perpetua dinâmicas de dependência e desigualdade. A distribuição da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) nem sempre resulta na redução das disparidades socioespaciais, com investimentos concentrados em áreas de maior visibilidade política, negligenciando setores essenciais como habitação e saneamento. Essa dependência econômica da mineração intensifica a segregação espacial, a especulação fundiária e os conflitos pelo uso do solo, aprofundando as desigualdades intraurbanas e levantando questões sobre a capacidade da mineração de promover um desenvolvimento local verdadeiramente inclusivo e sustentável.

Cada cidade exibe um padrão distinto de espacialização das desigualdades. Em Nova Lima, os maiores índices são observados em condomínios fechados e no eixo adjacente a Belo Horizonte, sendo também a cidade com as maiores disparidades, especialmente em termos de renda. Em Mariana, as áreas com maiores índices são o centro e a zona leste. Já em Itabira, a região norte é a mais desenvolvida, enquanto em Congonhas é a região central. Congonhas e Itabira também apresentam os condomínios com maiores índices, embora em menor grau que Nova Lima, algo menos evidente em Mariana, que, no entanto, possui duas áreas, no extremo sul e a noroeste do centro, com índices significativamente piores que o restante da cidade.

4 - Referências bibliográficas:

ACSELRAD, H. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, 2004.

BITTENCOURT, G.; ROESLER, A. **Mineração e desigualdades territoriais no Brasil.** Revista Geografias, v. 13, n. 2, 2017.

COELHO, T. P. **Minério-dependência e alternativas em economias locais.** Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 1(3), 1-8, 2017.

FERNANDES, G. **CFEM e desenvolvimento local em cidades mineradoras.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.

GUDYNAS, E. **Extractivismos:** ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza. Cochabamba: CEDIB, 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2022.** Rio de Janeiro: IBGE, 2025.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. **Neodesenvolvimentismo e a mineração no Brasil.** Revista Nova Economia, v. 23, n. 3, 2013.

SILVA, R. **Renda mineral e desigualdade urbana:** o papel da CFEM em Minas Gerais. Revista Territórios e Fronteiras, v. 12, n. 2, 2019.

V COLÓQUIO NUGEA

Grupo de Trabalho 4



INSTITUTO
DE CIÊNCIAS
HUMANAS



PPGEO
Programa de Pós-Graduação
em Geografia Ufjf

NUGEA
Núcleo de Pesquisa
Geografia Espaço e Ação

NUDES
Laboratório do Nugea



V COLÓQUIO DO NUGEA

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

CARTOGRAFIA SOCIAL COMO METODOLOGIA DE PESQUISA E EMANCIPAÇÃO DE JOVENS

Monaliza Alves Vasconcelos
Mestranda em Geografia - UFJF
monalizaalvesvasconcelos@gmail.com

1. Introdução

O texto surge no contexto da pesquisa de mestrado em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) no âmbito da Geografia das Juventudes, que investiga como jovens estudantes de escolas públicas percebem e representam a cidade e o espaço escolar a partir da cartografia social. O interesse pelo tema emerge da constatação de que, embora os jovens sejam atores centrais na vida urbana e escolar, suas vozes são frequentemente invisibilizadas nos processos de planejamento urbano e nas decisões escolares. Essa ausência de participação limita a compreensão das necessidades e experiências juvenis, reforçando desigualdades e barreiras à apropriação do espaço público e educativo.

Diante desse cenário, a cartografia social se apresenta como uma possibilidade metodológica que possui o potencial de articular experiências vividas e representações espaciais, oferecendo aos jovens a oportunidade de produzirem seus próprios mapas e narrativas. Essa abordagem não apenas fornece dados para a pesquisa, mas mostra-se como uma prática emancipatória, a qual fortalece a reflexão crítica sobre a cidade, a escola e o direito à participação juvenil.

O texto tem como objetivo apresentar a cartografia social como metodologia de pesquisa e prática emancipatória; discutir como a participação dos jovens em rodas de conversa e produção de mapas pode tornar visíveis suas experiências e perspectivas; e compartilhar resultados preliminares que revelam percepções críticas acerca do urbano, destacando a potencialidade da cartografia social para contribuir com práticas educativas e urbanas mais inclusivas.

2. Desenvolvimento

Ao longo do tempo os mapas foram usados com frequência pelo Estados para reconhecimento e dominação e a sua produção e representação era restrito aos governantes. Eles eram utilizados como um dita técnica neutra e imparcial e esta noção é rompida com os questionamentos trazidos pela cartografia crítica. Harley (1989) problematiza a ideia de que mapas seriam representações puramente objetivas do espaço, apontando que eles expressam relações de poder e interesses sociais. A partir dessa perspectiva, autores como Acselrad (2010) ampliam a noção de cartografia social, propondo que mapas possam ser produzidos coletivamente por sujeitos historicamente marginalizados, transformando-se em instrumentos de expressão, visibilidade e resistência. Assim, a cartografia social não apenas descreve o espaço, mas cria ferramentas de análise crítica e de intervenção social.

Essa crítica ao caráter neutro dos mapas se articula diretamente às discussões sobre o direito à cidade, formulado por Lefebvre (2001) e retomado por Harvey (2012). Para ambos, o direito à cidade extrapola o acesso físico a serviços e infraestruturas, envolvendo também o direito à participação ativa nos processos que definem a vida urbana. As juventudes, ao produzirem suas próprias leituras e mapas da cidade, não apenas revelam as contradições dos espaços que habitam, mas reivindicam o direito de projetar novos usos, sentidos e possibilidades para o urbano. Os jovens, frequentemente invisibilizados, enfrentam barreiras materiais e simbólicas que limitam sua circulação, lazer e expressão (Coletti e Gomes, 2020). Nesse contexto, a cartografia social permite que essas experiências sejam visibilizadas, fornecendo aos jovens instrumentos para refletirem criticamente sobre desigualdades, segregação e os espaços de pertencimento.

O exercício da cartografia social, portanto, não se limita a uma prática técnica, mas se aproxima da educação emancipatória tal como concebida por Paulo Freire (2021) e bell hooks (2017). Ao valorizar a escuta, o diálogo e o protagonismo, ela rompe com o paradigma de uma juventude passiva, oferecendo condições para que os jovens sejam sujeitos do conhecimento e da transformação social. Esse caráter pedagógico reforça a potência da cartografia social como recurso que não apenas investiga, mas também forma sujeitos críticos, conscientes e capazes de intervir em seus territórios.

Esse movimento dialoga ainda com a proposta das cidades educadoras, que defendem a cidade como espaço de aprendizado, convivência e cidadania. Se a escola é um território privilegiado de reflexão e ação, a cidade amplia esse horizonte, tornando-se um campo aberto de experimentação política e cultural. Como aponta Gadotti (2006), a cidade não apenas

educa de maneira espontânea por meio das vivências urbanas, mas pode também assumir intencionalmente uma função educativa voltada à formação cidadã. Nessa perspectiva, mapear a cidade junto aos jovens é, em si, um ato educativo: promove consciência territorial, fortalece identidades coletivas e amplia as possibilidades de exercício democrático.

Outro aspecto fundamental diz respeito à ética e à perspectiva participativa. Ao incluir jovens em processos de cartografia social, não se trata apenas de coletar dados, mas de estabelecer um compromisso com sua escuta e com a devolução dos resultados em benefício das comunidades. Trata-se de um exercício de responsabilidade científica, mas também política e social, que reafirma a importância de construir pesquisas que produzam impactos concretos na vida dos sujeitos envolvidos.

Dessa forma, a cartografia social se consolida como um instrumento de emancipação, crítica e diálogo: emancipa ao possibilitar que vozes silenciadas ganhem expressão; critica ao revelar contradições socioespaciais invisibilizadas; e dialoga ao articular diferentes saberes em processos coletivos de construção de conhecimento.

As rodas de conversa realizadas até o momento, com turmas de 2º e 3º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Duque de Caxias e da Escola Estadual São Vicente de Paulo, revelaram percepções diversas dos jovens sobre a cidade e a escola, destacando tanto sentimentos de pertencimento quanto de exclusão. Com os diálogos iniciais realizados nas rodas de conversa, foi possível perceber que os lugares frequentados pelos jovens se restringem, em grande medida, à escola e, no caso daqueles que já trabalham, ao espaço laboral. Observou-se também uma presença limitada de espaços de lazer em suas narrativas, o que evidencia a restrição de suas vivências urbanas. Essa limitação espacial dialoga com a reflexão de Lefebvre (2001) acerca do direito à cidade, pois evidencia que a centralidade da vida urbana não é igualmente acessível a todos, estando fortemente condicionada pelas demandas cotidianas e pela falta de oportunidades de usufruir plenamente da cidade.

Muitos jovens destacaram a escassez de espaços pensados para os jovens e que frequentam poucos espaços da cidade. Essa ausência de alternativas reforça a percepção de uma cidade pouco acolhedora para a juventude. Ao mesmo tempo, a escola aparece como espaço contraditório: lugar de socialização e aprendizagem, mas também de silenciamento de suas vozes. Essa tensão dialoga com Freire (2021), quando ressalta que não há educação emancipatória sem a escuta dos sujeitos e sem o reconhecimento de seus saberes.

Esses resultados preliminares evidenciam que ouvir e mapear as experiências juvenis permite problematizar as formas hegemônicas de produzir e pensar a cidade e a escola. A cartografia social, nesse sentido, se apresenta como prática que rompe silêncios, amplia a

participação e contribui para reconhecer os jovens como sujeitos ativos na construção de espaços mais democráticos e inclusivos.

3. Considerações finais

Os resultados preliminares indicam que ouvir e mapear as experiências juvenis permite questionar as formas hegemônicas de produzir e pensar a cidade e a escola. A cartografia social emerge, assim, como prática metodológica que rompe silêncios, amplia a participação e possibilita reconhecer os jovens como sujeitos ativos na construção de espaços mais democráticos e inclusivos.

A análise aponta que essa abordagem favorece o protagonismo e a reflexão crítica, ao articular experiências e perspectivas juvenis frequentemente invisibilizadas. Reconhecer a voz dos jovens nos processos educativos e de planejamento urbano não apenas enriquece a compreensão da cidade e da escola, mas também contribui para transformá-las.

As próximas etapas, que incluem a produção de mapas coletivos, tendem a aprofundar essas análises e consolidar a cartografia social como instrumento de crítica, diálogo e transformação social. Desse modo, reafirma-se o potencial da pesquisa em tensionar práticas educativas e urbanas, ao mesmo tempo em que fortalece os jovens como agentes de mudança em seus territórios.

Referências

- ACSELRAD, Henri. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: do reconhecimento à contestação dos territórios instituídos**. In: ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografia social e dinâmicas territoriais: experiências e reflexões sobre o mapeamento participativo no Brasil*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2010.
- COLETTI, F. C.; GOMES, M. de F. V. B. A cidade na sala de aula: estudo sobre os espaços de lazer com jovens do ensino médio. **Terr@ Plural**, [S. l.], v. 14, p. 1-23, 2020
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 1. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2021.
- GADOTTI, Moacir. A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec| Nova série**, v. 1, n. 1, 2006.
- HARLEY, J. Brian. **Deconstructing the Map**. Cartographica: The International Journal for Geographic Information and Geovisualization, v. 26, n. 2, p. 1-20, 1989.
- HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

O PLANEJAMENTO SANITARISTA NA ZONA DA MATA MINEIRA: UMA ANÁLISE ACERCA DAS INFLUÊNCIAS DO PERÍODO HIGIENISTA

Lívia Matias de Almeida
Graduanda em Geografia/UFJF
livia.matias.almeida@estudante.ufjf.br

Helena Rizzatti
Professora do PPGeo/UFJF
helena.rizzatti@ufjf.br

1- Introdução

O trabalho a seguir tem como objetivo fazer um resgate acerca do planejamento urbano sanitário na Zona da Mata, mostrando como ele foi planejado, e trazer dados atuais da situação do saneamento básico na região, evidenciando uma crítica acerca desse período e mostrando quais são seus reflexos atuais na organização socioespacial relacionada ao saneamento básico.

O planejamento sanitário, ou higienista, diz respeito às intervenções urbanas voltadas para a melhoria da salubridade ambiental e a implementação de sistemas de abastecimento de água, coleta de esgoto e controle da circulação urbana, ocorridas no Brasil no final do século XIX e no começo do XX (Villaça, 2004). Esse projeto ganhou força principalmente a partir das reformas de Pereira Passos no Rio de Janeiro e da construção de Belo Horizonte no final do século XIX, porém refletindo uma grande desigualdade socioespacial por ter sido um movimento excludente (Villaça, 2004).

A Zona da Mata Mineira, localizada no sudeste de Minas Gerais, consolidou-se a partir da economia cafeeira e, com isso, demandou um grande processo de urbanização (Vittoretto, 2010). Portanto analisaremos as cidades de Juiz de Fora, Cataguases e Dona

Eusébia, a fim de analisar quais foram os efeitos do Planejamento Urbano Higienista nesses locais.

Feita a contextualização da pesquisa, traremos na sequência o referencial teórico; a metodologia utilizada; os resultados e discussão a partir deles; e por último, nossas considerações finais, seguidas das referências bibliográficas.

2- Referencial teórico

Para compreender o Planejamento Urbano Higienista nos apoiamos em Villaça (2004). Ele traz uma crítica acerca do período, que ocorreu no final do século XIX ao início do século XX, o qual tinha como objetivo realizar uma urbanização que promovesse o saneamento básico, entre outras infraestruturas, nas cidades, porém não as abarcou de forma igualitária. Os ditos ‘planos de melhoramento e embelezamento’ atendiam às demandas das pessoas de maiores rendas e escondiam alguns feitos desse planejamento, como

A erradicação da população trabalhadora que residia na área central; [...] a mudança de função do centro, atendendo – num plano mais imediato – aos interesses especulativos que cobiçavam essa área altamente valorizada e – num plano mais geral – às exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro; razões ideológicas ligadas ao “desfrute” das camadas privilegiadas; razões políticas decorrentes de exigências específicas do Estado republicano em relação àquela cidade que era a sede do poder político nacional. (Villaça, 2004, p. 193)

Portanto, questiona-se se é possível, nos dias atuais, falar sobre um Planejamento Sanitarista, visto que o mesmo não universalizou essa questão e as cidades brasileiras continuam enfrentando desafios de acessibilidade a essa infraestrutura resultando no agravamento de problemas de saúde da população.

Utilizamos também Santos (2009) para tratar do conceito de ‘urbanização corporativa’, o qual pode ser utilizado para explicar o fracasso da universalização do saneamento básico pelo Planejamento Urbano Higienista. O autor explica que, dentro da cidade corporativa, os interesses das grandes corporações e classes de maiores rendas acabam vindo em primeiro lugar, negligenciando um acesso igualitário entre toda a cidade aos investimentos do Estado. Segundo Santos (2009),

Na cidade corporativa, o essencial do esforço de equipamento é primordialmente feito para o serviço das empresas hegemônicas; o que porventura interessa às demais empresas e ao grosso da população é praticamente o residual na elaboração dos orçamentos públicos. Isso obedece à mais estrita racionalidade capitalista, em nome do aumento do produto nacional, da capacidade de exportação etc. (Santos, 2009, p. 105)

Assim, o processo de urbanização, por ser corporativo, impossibilitou intencionalmente a universalização da infraestrutura urbana, com destaque para o reduzido acesso ao saneamento básico.

3- Metodologia

A metodologia dessa pesquisa é de abordagem qualitativa e foi desenvolvida basicamente por revisão bibliográfica que discute a história do planejamento urbano no Brasil, o processo de urbanização em Minas Gerais e a realidade socioespacial da Zona da Mata.

Além disso, foram analisados dados secundários provenientes dos relatórios do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SINISA, 2024). Nele, comparamos os indicadores de esgotamento sanitário de três cidades da Zona da Mata, a fim de mostrar a desigualdade dessa infraestrutura na região.

4- Resultados e discussões

O planejamento sanitário e higienista em Juiz de Fora, no final do século XIX, foi marcado por ações voltadas à melhoria das condições de saúde pública, como a fiscalização da limpeza urbana, controle de águas e implantação de redes de esgotamento sanitário, reguladas por normas específicas. Destacam-se os feitos de Howyan, que propôs a construção de reservatórios de água, com sistemas de filtragem e captação, com inspirações internacionais, que buscavam garantir abastecimento confiável e prevenir doenças relacionadas à água contaminada (Moratori, 2024).

Além dessas obras, o planejamento incluía a tentativa de drenar áreas pantanosas da cidade e criar dispositivos de fiscalização para assegurar a salubridade urbana. Essas ações refletem a adoção de uma abordagem alinhada às tendências do urbanismo higienista da época, com o objetivo de criar uma cidade mais ‘limpa’ (Moratori, 2024). Quanto às outras cidades da região, não foram achados registros que explicitassem essas obras de ‘embelezamento e melhoramento’ do período, porém, como Juiz de Fora tem grande influência acerca das demais, acredita-se que algumas medidas podem ter sido tomadas devido ao avanço do município juizforano nessas questões.

Segundo o Painel de Indicadores de Esgoto do SINISA (2024) destacamos os principais resultados comparando três municípios: Juiz de Fora, Cataguases e Dona Eusébia, por serem cidades de diferente porte quanto ao contingente populacional.

Em Juiz de Fora, município com população de 567.730 habitantes (IBGE, 2024), o atendimento da população total com rede coletora de esgoto foi de 98,67%, o esgoto tratado referido à água consumida foi 12,75% e o esgoto tratado referido ao esgoto coletado, 15,94%.

Já em Cataguases, com 66.261 habitantes (IBGE, 2024), teve o atendimento da população total com rede coletora de esgoto apenas 75,18% da população, o esgoto tratado referido à água consumida 29,51%, e esgoto tratado referido ao esgoto coletado, 46,41%.

Os dados de Dona Eusébia, 6.093 habitantes (IBGE, 2024), mostram que o atendimento da população total com rede coletora de esgoto foi de 85,54%, porém o esgoto tratado referido à água consumida e o esgoto tratado referido ao esgoto coletado ambos referem-se a 0%.

5- Considerações finais

O estudo mostra que o planejamento urbano sanitário teve influência na Zona da Mata Mineira, porém, limitando-se a intervenções em cidades de maior porte e com maior atenção às áreas centrais. Apesar de muitos avanços, a região ainda apresenta déficits expressivos no esgotamento sanitário e a ausência de políticas abrangentes de saneamento básico contribuiu para a manutenção de desigualdades territoriais que se refletem até os dias atuais. Percebemos isso ao analisar os resultados entre Cataguases e Dona Eusébia em relação à Juiz de Fora, a qual teve uma forte influência do Planejamento Urbano Higienista devido a importante função na rede urbana que apresentava no período deste planejamento.

Compreender a história do planejamento sanitário na região ajuda a explicar as dificuldades atuais em alcançar a universalização do saneamento, apontando a necessidade de políticas mais integradas e inclusivas, que levem em conta a saúde pública.

Referências bibliográficas

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

MORATORI, D. de A. **Uma cidade condenada aos sofrimentos": os mecanismos legais urbanísticos no processo de regulação e controle sanitário em Juiz de Fora/MG (1887-1942)**. 2024. 537 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)—UFRN, Natal, 2024. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/items/aa91e917-2d1b-40c6-8241-78bbfe6b9783>. Acesso em: 31/08/25

SANTOS, M. **Metrópole Corporativa Fragmentada: o Caso de São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM SANEAMENTO BÁSICO (SINISA).
Painel de Indicadores, 2024. Disponível em:
<https://indicadores-sinisa-2025.cidades.gov.br/dashboard?modulo=esgoto>. Acesso em
30/08/25.

VILLAÇA, F. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.** In: DEÁK, C. SCHIFFER, S. R. O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: Edusp, 2004.

VITTORETTTO, B. N. A conformação da Zona da Mata Mineira no mercado mundial do café no século XIX. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 5, n. 9, p. 69-88, jul./dez. 2010. Disponível em:
<https://periodicos.ufjf.br/index.php/heera/article/view/26350/18161>. Acesso em: 8 set. 2025.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

VOZES E AÇÕES DAS JUVENTUDES: PENSANDO A CIDADE ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA AFETIVA

ISABEL LANGEANI FERREIRA

Graduanda do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas da UFJF

isabel.langeani@estudante.ufjf.br

KAYLLANE DOS SANTOS ALVES

Graduanda do Bacharelado em Geografia da UFJF

kayllane.alves@estudante.ufjf.br

1- Introdução- O Laboratório Urbano de Soluções Coletivas

Ao pensarmos na indissociabilidade entre espaço, sociedade e ação, temos como propósito explicitar as ações e as práticas inventivas de jovens moradores das periferias de Juiz de Fora, que são invisibilizados diante de dinâmicas excludentes, adultocêntricas e impositivas do sistema capitalista e seus agentes verticais. Considerando suas potencialidades de enfrentamento de desafios ao viverem e experienciarem a cidade cotidianamente, estamos desenvolvendo no ambiente escolar, juntamente a esses jovens, um espaço de reflexão sobre a realidade dos territórios urbanos, suas desigualdades e o direito à cidade. Para tanto, reconhecemos também a necessidade de romper com as narrativas estigmatizantes dos territórios periféricos, que os associam restritivamente à precariedade e à violência. Partimos da premissa de que estes são, na verdade, territórios vivos, heterogêneos, sustentados pela sua diversidade de práticas culturais, produção de conhecimento e construção de formas de narrar e imaginar a cidade.

O projeto de extensão “Pensando a Cidade: Laboratório Urbano de Soluções Coletivas” é coordenado pela professora Clarice Cassab e sediado no Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea) da UFJF. Situado nos campos disciplinares de Geografia Urbana e Geografia das Juventudes, o projeto é direcionado aos jovens periféricos inseridos na educação básica. Seu objetivo é construir uma integração destes com a universidade, no intuito de construir um conhecimento conjunto entre os saberes empíricos destes agentes e a

produção acadêmica, considerando os espaços urbanos e as vivências destes jovens periféricos na cidade.

Ao nos inserirmos na escola, um espaço que acomoda vivências do cotidiano dos jovens, buscamos produzir um espaço de análise e de reflexão crítica, provocando-os a se verem como protagonistas da produção da cidade, de modo a valorizarem suas ações no território, refletirem acerca das limitações físicas e simbólicas postas e seus direitos na cidade. Além disso, são estimulados a identificar os principais problemas que enfrentam no cotidiano, destacando também suas práticas criativas e adaptativas de vivenciarem a cidade. Práticas criativas capazes de criarem estratégias de resistência, contornoamento e existência no território.

Estas estratégias perpassam um território marcado por desigualdades, que dificultam ou impedem o acesso destes jovens de origem periférica a direitos de cidadania e aos equipamentos urbanos essenciais para a realização e reprodução da vida. Ademais, reconhecemos que as juventudes são também atravessadas pela lógica adultocêntrica, que exclui estes indivíduos do papel de produção ativa da cidade. Visto isso, o projeto procura apontar para novas possibilidades de planejamento urbano, pautados no protagonismo dos jovens periféricos.

A primeira experiência do Laboratório Urbano foi realizada na Escola Estadual Deputado Olavo Costa, situada no bairro Monte Castelo, que atende também alunos residentes do Parque das Águas. Tivemos encontros semanais, totalizando três oficinas com cerca de 16 alunos das turmas de ensino médio. Elegemos metodologias favoráveis para o uso dos espaços e equipamentos da escola, e que também fossem atrativas para os jovens escolares. Dentre elas, destacamos a aplicação da Cartografia Afetiva, dada no momento inicial de nossas oficinas e que produziu os dados que utilizamos para construir uma cartografia digital colaborativa. A partir dos produtos dessas dinâmicas, convidamos os alunos a pensarem coletivamente sobre os desafios que emergiram e sobre caminhos e soluções encontradas para enfrentá-los.

2- A prática da Cartografia Afetiva

Essa metodologia constitui uma abordagem afetiva para o estudo do território e da territorialidade através de representações visuais e livres de territórios-rede e dos sentimentos que atribuímos ao território. Hutta (2020) propõe que essa metodologia não se trata apenas da forma como os sujeitos elaboram suas percepções e experiências do espaço, mas que é

também uma ferramenta de análise das suas capacidades de ação. Para a autora, os afetos são indissociáveis dos processos de desterritorialização e reterritorialização, pois funcionam como vetores, orientando, restringindo e moldando nossos trajetos e nossas permanências em espaços da cidade, tal como nossas capacidades de incidir sobre o espaço como sujeitos ativos e políticos de produção e organização da cidade. As sensações e os afetos são, então, condicionantes e condicionados pelas práticas socioespaciais e estão intimamente ligados às interações com outros sujeitos (Hutta, 2020).

Pensando na efetividade dessa abordagem e sua qualidade de aplicação no ambiente escolar, introduzimos aos alunos a ideia central dessa metodologia e o conceito das práticas socioespaciais em uma conversa sobre a relação entre a cidade e os sentimentos que ela nos desperta. Fornecemos a eles materiais como folhas grandes de papel pardo, canetas hidrocor coloridas, revistas para colagens e propomos a eles que produzissem individualmente mapas afetivos, desenhando os espaços que frequentam em Juiz de Fora, trajetos do cotidiano, caminhos escolhidos e evitados, inserindo palavras, cores ou símbolos que representam sensações.

Solicitamos que os jovens tomassem como ponto de partida seus locais de residência e a escola, afinal, segundo Cassab e Souza (2018) a casa é o ponto de partida central para a localização e a habitação da cidade. A residência cria o sistema espacial de acesso aos equipamentos, benefícios e serviços presentes na cidade que buscamos delinear juntamente aos jovens.

3-Resultados obtidos

Após a prática na sala de aula, os mapas foram reunidos e sistematizados em um banco de dados. Para tanto, foi realizado um levantamento dos espaços e sentimentos projetados, que foram organizados em categorias, como “religião”, “mercado”, “casa de familiares” - âmbitos da vida dos jovens que modulam sua inserção na cidade. Em um outro momento, esses dados foram utilizados para a construção de uma cartografia coletiva digital, reunindo todos os pontos destacados pelos alunos em seus mapas. O levantamento desses dados revelou que os territórios-rede vividos pelos jovens estão em grande parte restritos em seus bairros de residência, sobretudo no Parque das Águas e no Monte Castelo, que são substancialmente escassos de equipamentos culturais e de lazer, e insuficientemente providos de infraestruturas básicas.

A restrição dos alunos pela cidade deriva de processos de diferenciação espacial, que geram uma separação espacial radical entre grupos sociais, conforme recortes de classe, renda, cor e idade, dificultando sua integração no espaço e suas relações urbanas. Ao invés de experienciarem uma mobilidade e uma fluidez pela cidade, são atravessados pelas formas de interdição e da imobilidade, fortificando sua contenção territorial (Santos, 2021). Isso se manifesta na vida dos jovens pelo seu afastamento de determinadas áreas da cidade, o centro por exemplo, com algumas exceções que mencionam frequentar cursos profissionalizantes na unidade central do SENAI, porém sem associar este deslocamento à fruição, em atividades de lazer, cultura ou consumo. Cabe ressaltar também a conexão frágil que os alunos possuem com a UFJF. Ao serem questionados, uma parcela predominante dos alunos demonstrou desconhecer a localização. Isto posto, os resultados obtidos expressam a distância física e simbólica entre os jovens e importantes equipamentos da cidade.

Tomando como dimensão a afetividade representada nos mapas, houve um destaque de sentimentos negativos atribuídos à escola, como aversão, raiva e tristeza. Em contrapartida, no ambiente doméstico foram projetados sentimentos de prazer, conforto e segurança. A diferenciação de sentimentos corresponde também à diferenciação das esferas pública e privada da vida desses jovens. Na primeira, os jovens ressaltam uma frequente eclosão de conflitos e problemas de convivência, enquanto na segunda, os espaços destacados representam locais de segurança e pertencimento.

4-Considerações Finais

Os dados e os mapas construídos pelos jovens apontaram para vidas urbanas limitadas, desiguais e permeadas por restrições de acesso e uso dos espaços, que são continuamente reproduzidas pelas lógicas excludentes de apropriação do espaço urbano. A Cartografia Afetiva se mostrou uma importante ferramenta de diagnóstico e elaboração dos problemas que os alunos enfrentam vivendo na cidade, dando voz e visibilidade a uma juventude marginalizada.

Essa dinâmica explorada com os jovens revelou não apenas seus desafios vividos, mas estratégias de contornamento acionadas por eles buscando seu bem-estar no dia a dia. Um exemplo disso é a sensação de paz e lazer ao frequentarem a “padaria”, situada próxima à escola, que é utilizada pelos alunos como um refúgio da dinâmica escolar cansativa. O SENAI também se apresenta como um espaço relevante à vida desses jovens, onde realizam cursos e se inserem na região central da cidade, gerando uma ampliação de seus

territórios-rede. Nos mapas, também são representados espaços como “casa de amigos”, “casa do namorado”, “McDonald's” e a igreja, que se mostram locais em que estabelecem redes de afeto e solidariedade que atenuam as limitações vividas no cotidiano da cidade.

O uso dessa metodologia é, desse modo, efetiva para identificar não apenas problemas, mas também estratégias e táticas de contorno acionadas frente às dinâmicas excludentes de produção da cidade. O reconhecimento dessa dinâmica pelos jovens através de nossas trocas de saberes é o ponto de partida para a elaboração de proposições criativas e coletivas, que podem integrar os saberes localizados e as culturas juvenis no âmbito do planejamento urbano, de modo a contornar e desafiar essas imposições externas.

5- Referências Bibliográficas

CASSAB, Clarice. "Cidade estranha, sabes que existo?": o jovem como sujeito e a cidade que ensina. In: Geografia das crianças, dos jovens e das famílias temas, fronteiras e conexões. Editora Universidade de Brasília. out, 2021.

CASSAB, Clarice; SOUZA, Lilian Aparecida de. Por onde os caminhos nos levam: localização, mobilidade e uso da cidade por moradores de um conjunto habitacional do MCMV em Juiz de Fora – MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 19., 2018, João Pessoa. *Anais [...]*. João Pessoa: AGB, 2018. p. 1217-1236.

HUTTA, Jan Simon. Territórios afetivos: cartografia do aconchego como uma cartografia de poder. *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, v. 42, n. 2, Edição Especial “Múltiplas e Microterritorialidades nas Cidades”, p. 63-89, jun. 2020.

SANTOS, Otávio Augusto Alves dos. Segmentação, segregação, fragmentação. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral, v. 23, p. 455-469, dez. 2021.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

O LETRAMENTO CARTOGRÁFICO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM ESTUDO A PARTIR DO CURRÍCULO

Monique da Costa Assis

Mestranda em Educação PPGE/UFJF

moniqcda@gmail.com

Mariana Cassab Torres

Doutora em Educação FACED/PPGE UFJF

mariacassab@yahoo.com.br

1. Introdução

Compreender o mundo em que se vive para nele agir a partir do exercício da cidadania é um dos objetivos centrais do ensino de geografia na educação básica. Nesse contexto, o letramento cartográfico é de fundamental importância, de modo que os educandos, munidos dessa forma de comunicação geográfica, produzam leituras e interpretações sobre o real e os fenômenos que nele ocorrem, à medida que mobilizam o raciocínio geográfico. No currículo, o letramento cartográfico segue uma progressão de conhecimentos que se complexifica gradativamente no decorrer das etapas da escolarização. Contudo, no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa forma de organização do letramento cartográfico se mostra um importante desafio aos professores de geografia.

Essa escrita tem o objetivo de compartilhar o percurso teórico-metodológico que está sendo construído no contexto de uma pesquisa de mestrado em educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGE/UFJF), cujo tema é referente à promoção do letramento cartográfico na Educação de Jovens e Adultos.

2. Desenvolvimento

A cartografia exerce uma função mediadora no ensino de geografia, conforme comunica a espacialidade dos fenômenos geográficos por meio de diferentes documentos cartográficos. Por trás da leitura e interpretação das informações contidas nos documentos cartográficos, há um longo processo a ser desenvolvido pelos educandos em toda a formação básica. Nos anos iniciais do ensino fundamental, espera-se que os educandos desenvolvam a alfabetização cartográfica de forma a reconhecer o alfabeto cartográfico (linhas, pontos e retas), adquiram a semiologia gráfica, ou seja, as variáveis visuais de cores, tamanhos, orientação geográfica, visão oblíqua e vertical, entre outros elementos dos documentos cartográficos.

Nos anos finais do ensino fundamental, é proposto um aprofundamento no trabalho desses documentos a fim de que os educandos consigam reconhecer diferentes formas de representação do espaço geográfico e interpretar os fenômenos geográficos à medida que também mobilizam os princípios do raciocínio geográfico. Para isso, são trabalhados os conceitos cartográficos, tipos de projeções cartográficas, mapas temáticos, anamorfoses, gráficos, tabelas, entre outros elementos e instrumentos que permitam ao aluno efetuar a leitura das informações ali contidas e desenvolver o letramento cartográfico, ou seja, compreenderem os documentos cartográficos e seus usos como resultados sociointeracionais expressos a partir do ponto de vista do mapeador (SIMIELLI, 2010).

Por fim, no ensino médio o trabalho será desenvolvido de forma que os educandos possam produzir documentos cartográficos sobre o espaço vivido, não enquanto geógrafos e cartógrafos em formação, mas enquanto mapeadores conscientes. Nessa etapa os alunos estarão capacitados para ler, interpretar e criar documentos cartográficos de forma crítica, compreendendo as relações socioespaciais e socioambientais em diferentes escalas e os significados contidos naquela representação do real a partir do raciocínio geográfico.

Essa expectativa em relação à organização e desenvolvimento dos conhecimentos cartográficos se faz presente tanto no ensino dito regular, quanto na Educação de Jovens e Adultos, como é no contexto da rede municipal de educação de Juiz de Fora (MG). Essa é uma abordagem legítima, visto que o ensino e a aprendizagem de certos conhecimentos cartográficos são fundamentais para as etapas subsequentes. Porém, ao mesmo tempo, excludente e contraditória, pois, não contempla a realidade da parcela da população brasileira que precisou interromper os estudos, sobretudo frente às suas necessidades de reprodução material da vida.

Consequentemente, há uma conformação de currículos empobrecidos para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos e a apropriação do letramento cartográfico fica

seriamente defasada, comprometendo também a compreensão dos fenômenos geográficos, uma vez que os documentos cartográficos não têm significação para os educandos e se tornam meras ilustrações nos livros didáticos, atlas e demais materiais paradidáticos. Assim, é posto aos docentes de geografia que atuam na Educação de Jovens e Adultos o desafio de construir currículos e oportunidades educacionais apropriadas (BRASIL, 2000) para sujeitos tão diversos.

É nesse contexto que a pesquisa se dá, orientada pela seguinte questão: de que maneira se dá a mobilização de estratégias didáticas por um (a) docente de Geografia para promover o letramento cartográfico dos educandos da Educação de Jovens e Adultos no contexto de uma escola da rede municipal de Juiz de Fora? Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa que se dá a partir do estudo do currículo, com base nas teorias críticas. Nessa perspectiva, compreendemos o currículo como uma construção social que se materializa não só por meio de um documento oficial, mas também enquanto um processo a ser desenvolvido na prática docente, capaz de regular a escolarização (SACRISTÁN, 2000).

O professor sendo um elemento de primeira ordem na produção do currículo, não o desenvolve *ipsis litteris*, mas de acordo com sua trajetória de vida pessoal, de formação profissional inicial e continuada, bem como de acordo com suas condições concretas de trabalho. Conforme molda o currículo, o professor mobiliza um raciocínio pedagógico (SHULMAN, 2014) a fim de lançar mão de práticas educativas coerentes com as condições dos sujeitos que compõem a EJA.

O objetivo geral da pesquisa é compreender a mobilização de estratégias didáticas de um (a) docente de Geografia para promover o letramento cartográfico dos educandos da Educação de Jovens e Adultos no contexto de uma escola da rede municipal de Juiz de Fora. Consequentemente, foram definidos três objetivos específicos: i) analisar a abordagem da cartografia nos anos finais do ensino fundamental e quais as orientações curriculares para a EJA a partir, respectivamente, dos currículos de Geografia e da EJA da rede municipal de Juiz de Fora; ii) investigar como o (a) docente constrói estratégias didáticas direcionadas ao letramento cartográfico na Educação de Jovens e Adultos à medida que modela os currículos de Geografia e de EJA da rede municipal de Juiz de Fora; iii) compreender de que forma o (a) docente realiza o currículo no contexto de uma escola municipal de Juiz de Fora para trabalhar o letramento cartográfico na EJA.

O percurso metodológico da pesquisa está organizado em três etapas principais. Na primeira etapa será feita a análise documental das versões de 2020 das Propostas Curriculares de Geografia e de EJA da rede municipal de Juiz de Fora. Ainda que o (a) docente não

leciona em todas as turmas dos anos finais do ensino fundamental, é importante compreender a abordagem da cartografia em cada uma dessas etapas no currículo prescrito. Isso se justifica pelo fenômeno da multisseriação, frente ao fechamento de turmas e à redução de matrículas na EJA (CASSAB, 2024), o que reforça a necessidade desse entendimento mais amplo.

Na segunda etapa será feita a história de vida por meio de entrevistas. Pois, entendemos que as experiências pessoais e profissionais contribuem de forma significativa para a construção da identidade docente, suas concepções pedagógicas e o modo de ensinar. Inicialmente, serão abordadas as seguintes dimensões na história de vida: dimensões das trajetórias pessoal, acadêmica, de vida profissional no ensino dito regular e na EJA, além das dimensões curriculares. A história de vida contribui com elementos preciosos para compor a investigação da autoria docente no currículo.

Por fim, a terceira etapa da pesquisa contempla a inserção no ambiente profissional do(a) docente. Essa etapa será feita com base na observação participante para coleta de dados empíricos em campo, por meio de registros descritivos em um caderno de campo com foco na investigação das atividades, escolhas metodológicas, recursos e outras estratégias utilizadas pelo(a) docente para trabalhar o letramento cartográfico dos educandos.

Considerações finais

A articulação entre as teorias críticas do currículo, estudos da EJA e sobre o letramento cartográfico permitirá uma análise profunda do processo de desenvolvimento curricular para a promoção do letramento cartográfico na EJA, no contexto de uma escola municipal de Juiz de Fora e compreender, a partir de uma história individual e em um determinado contexto territorial, político-administrativo, pedagógico e institucional, elementos em disputa na trajetória da Educação de Jovens e Adultos no seio das políticas e práticas curriculares.

Referências

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/> Acesso em: set. 2025.

CASSAB, M. Evolução de Matrículas da Educação de Jovens e Adultos na cidade de Juiz de Fora: um estudo a partir dos dados do censo escolar (2011-2023). In: VI Semana da FACED, 2024. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/faced/producao/anais-da-semana-da-faced/>. Acesso em: set. 2025.

SACRISTÁN, J. G. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Penso Editora, 2013

SHULMAN, L. Conhecimento e ensino: fundamentos para uma nova reforma. São Paulo: Cadernos Cenpec, vol. 4, n° 2, 2014. Disponível em: <https://maizá.com.br/wpcontent/uploads/2017/04/Conhecimento-e-ensinoeeShulman.pdf>. Acesso em: mai. 2025.

SIMIELLI, M. E. R. **O mapa como meio de comunicação e a alfabetização cartográfica**. In: ALMEIDA, R. D. (org.). Cartografia escolar. Editora Contexto: 2010.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

MONOCULTURA DE EUCALIPTO EM ABREUS-MG: ENTRE GANHOS ECONÔMICOS, TRABALHO RURAL E CUSTOS AMBIENTAIS

Carolina Beatriz Ribeiro Terror

Mestranda pela Universidade Federal de Juiz de Fora

Carolinaribeiro123@gmail.com

Ana Caroline da Silva Alves

Mestranda pela Universidade Federal de Juiz de Fora

alvesacaroline@gmail.com

1. Introdução

Desde a colonização, o Brasil tem sua economia baseada na exploração de recursos primários e ainda sofre os impactos da dependência econômica gerada pelo agronegócio e pelas monoculturas. Isto posto, o eucalipto que é uma espécie exótica originária da Austrália, foi introduzido no Brasil no século XIX e graças à sua rápida adaptação ao clima e ao solo, tornou-se uma das principais espécies cultivadas para fins comerciais no país. As plantações de eucalipto consistem em uma única espécie de árvores plantadas em grande escala (monoculturas), acarretando na simplificação ecossistêmica e impactando diretamente no meio ambiente.

Atualmente, o estado de Minas Gerais lidera a produção de eucalipto, com 2,1 milhões de hectares plantados (IBGE, 2024), principalmente voltado para a produção de carvão vegetal para a siderurgia. No distrito de Abreus, pertencente ao município de Alto Rio Doce e situado na Zona da Mata mineira, o avanço dessa monocultura transformou significativamente o território, alterando dinâmicas econômicas e ambientais locais. Desta forma, é importante levar em consideração, que a região apresenta uma paisagem marcada pela presença de nascentes, pequenos cursos d'água e fragmentos florestais, configurando-se em um espaço de alta vulnerabilidade ecológica. Logo, a silvicultura tende a simplificar esses

ecossistemas e a pressionar recursos naturais, favorecendo a substituição de coberturas nativas e a fragmentação de habitats.

Em relação ao plano social, por um lado, a atividade no distrito dinamiza a economia a partir da geração de empregos diretos e indiretos, movimentando serviços e aumentando a arrecadação municipal. Por outro lado, as relações de trabalho são caracterizadas por serem temporários e pela baixa remuneração, aprofundando a vulnerabilidade de famílias locais, limitando alternativas econômicas e reforçando a concentração fundiária. Em pequenos distritos como Abreus, essas contradições tornam-se mais visíveis, onde os ganhos econômicos convivem com custos ambientais e sociais.

Estudos relacionados à temática, tem mostrado que modelos baseados em monoculturas florestais tendem a causar riscos e impactos diretos para as comunidades locais e para o meio ambiente, porém, estes malefícios não aparecem nos indicadores econômicos convencionais. Tais malefícios incluem danos aos recursos hídricos, o enfraquecimento de serviços ecossistêmicos e a precarização do trabalho rural. No caso de Abreus, a expansão da silvicultura modifica os usos do solo, sem assegurar a qualidade do emprego e conservação ambiental. Estas consequências evidenciam que, de acordo com Freitas e Andrade (2014) o capitalismo segue sua lógica perversa no campo, tendo como características essenciais: exploração da natureza combinada com a exploração das pessoas.

Diante desse cenário, este trabalho analisa os conflitos socioambientais associados à expansão da monocultura de eucalipto em Abreus-MG, com ênfase na tensão entre ganhos econômicos e os custos sociais e ambientais. Buscando analisar o uso e cobertura da terra no distrito vinculadas à expansão da monocultura de eucalipto, discutir os impactos socioeconômicos sobre à população local e compreender as possíveis consequências desse modelo para a sustentabilidade do território.

2. Metodologia

Esse estudo adota uma abordagem interdisciplinar e exploratória, tendo como recorte espacial o distrito de Abreus, no município de Alto Rio Doce (MG). A pesquisa combina análise crítica de pesquisas relacionadas à temática e a utilização de dados secundários como base para a análise, objetivando levantar hipóteses e interpretações para compreender as transformações territoriais e socioambientais associados à expansão da monocultura de eucalipto. Na dimensão espacial e ambiental, a investigação trabalhou com a escala meso (distrito), utilizando bases como MapBiomass, SICAR e IBGE para identificar as mudanças no uso e na cobertura da terra, com destaque para a expansão do eucalipto e a

sobreposição à áreas ambientalmente sensíveis (como nascentes, cursos de rios e mata nativa).

Já na dimensão social, a pesquisa apoiou-se em estudos acadêmicos relacionados à temática para examinar as condições de trabalho, a vulnerabilidade socioeconômica e os efeitos da dependência econômica da comunidade em relação à silvicultura. Além disso, a análise considerou aspectos da realidade local, a partir das características socioeconômicas do distrito e das dinâmicas que marcam o cotidiano da população local, permitindo estabelecer relações entre os dados do território e estudos que discutem a precarização do trabalho rural, concentração fundiária e contradições do modelo de desenvolvimento local. Posto isso, esta metodologia possibilita uma interpretação crítica dos conflitos socioambientais presentes em Abreus, confrontando os ganhos econômicos do monocultivo, com seus custos sociais e ambientais.

3. Resultados e Discussão

A análise espacial revelou um aumento expressivo da monocultura de eucalipto no distrito de Abreus-MG ao longo dos últimos 30 anos, onde os dados do MapBiomass indicam que a área ocupada pela silvicultura aumentou em 1281.9%, este aumento aponta uma reestruturação significativa do uso e da cobertura da terra no território. Esse avanço ocorreu, segundo análise de dados e imagens de satélite do MapBiomass, em grande medida sobre áreas que antes eram destinadas à vegetação nativa e a outros usos da terra (não especificados), contribuindo para a simplificação ecossistêmica e para a intensificação da fragmentação florestal.

Além disso, a sobreposição das áreas de silvicultura com as informações do Sistema nacional de cadastro ambiental rural (SICAR) evidenciaram a proximidade das plantações de eucalipto em relação às nascentes cadastradas, indicando risco direto à integridade das áreas de preservação permanente (APP) hídricas, fragilizando a proteção das nascentes, que perdem parte de sua vegetação ciliar e tornam-se mais suscetíveis à degradação ambiental. A partir dessas informações, como afirma Torre (2010), essas empresas não respeitam norma ambiental alguma, investem sobre cumes de morros, violam áreas de nascentes e aniquilam matas ciliares, intoxicando os cursos d'água.

Os impactos ambientais observados através de dados secundários e a análise espacial, estão em consonância com a literatura. Poore e Fries (1985) destacam que as monoculturas de eucalipto tendem a simplificar os ecossistemas, nesse sentido, a expansão

dessa cultura pode estar relacionada à fragmentação florestal, uma vez que áreas contínuas de vegetação nativa foram substituídas e/ou cercadas por plantios homogêneos. Do mesmo modo, a proximidade de plantações em relação às nascentes é apontada como um ponto de atenção, já que, conforme aponta Torre (2010), a prática de implantação de monoculturas em áreas ambientalmente frágeis não apenas viola normas legais, como também amplia riscos de degradação hídrica e perda de biodiversidade.

Do ponto de vista socioeconômico, é fato que a silvicultura representa uma atividade de suma importância na economia local, gerando empregos diretos e indiretos e movimentando setores associados ao setor florestal. Entretanto, a dependência da comunidade em relação à este setor cria uma vulnerabilidade estrutural, onde os trabalhadores em sua maioria, estão inseridos em relações temporárias e de baixa remuneração, enquanto a concentração fundiária nas mãos de poucos produtores reforça desigualdades sociais. Esse quadro pressiona agricultores familiares, restringe alternativas produtivas e aprofunda a dependência econômica local.

Dessa forma, a inserção e expansão da monocultura de eucalipto em Abreus pode ser compreendida de duas maneiras. Por um lado, reforça a economia local de maneira imediata, por meio da geração de renda e empregos; por outro, reproduz desigualdades sociais, pressiona recursos hídricos e compromete a sustentabilidade a longo prazo. Em consonância com a análise de Camacho (2012) o eucalipto e o território se relacionam pelas seguintes características: grandes extensões de terras, baixos salários pagos aos trabalhadores, monocultura e uso de agrotóxicos. Posto isso, este caso contribui para ampliar o debate sobre os limites do modelo de silvicultura vigente no Brasil e sobre a urgência de políticas que conciliem desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental.

Bibliografia:

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Indicadores IBGE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – Estatística da Produção Agrícola – dezembro 2024. Brasília, DF: IBGE, 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/42a86ef6d8cbdb0a25e13cdc830799e6.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e revoga as Leis nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e nº 7.754, de 14 de abril de

1989. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 28 maio 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 19 ago. 2025.

CAMACHO, Ruy S. A territorialização do complexo celulose-papel na região do Vale do Rio Doce: desdobramentos socioterritoriais. Amigos da Natureza – ANAP, v. 1, n. 1, p. 401–425, 2012. Disponível em: [https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap_brasil\(pt_BR/article/view/401/425](https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap_brasil(pt_BR/article/view/401/425)). Acesso em: 19 ago. 2025.

FREITAS, Aline Luciana de; ANDRADE, Cláudio Vinícius Pedroso de Azevedo. Impactos provocados pela Aracruz Celulose S/A sobre os recursos hídricos da região leste e norte do estado do Espírito Santo-Brasil. América Latina sin límites, ni barreras, v. 4, n. 1, p. 123–130, 2014. Disponível em: https://releg.org/pdf/releg2014v4n1_pp123-130.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

POORE, M. E. D.; FRIES, C. The ecological effects of eucalyptus. Rome: FAO, 1985.

TORRE, Wagner Giron de la. Eucalipto: o verde enganador. Reflexões sobre o avanço irrefreado da monocultura do eucalipto e os imensuráveis impactos ambientais e sociais dele defluentes. [S.l.: s.n.], 2010.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

MOVIMENTOS SOCIAIS E PODER CORPORATIVO: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO E CONTROLE

Ana Caroline da Silva Alves¹
Mestranda em Geografia (PPGEO/UFJF)
alvesacaroline@gmail.com

Carolina Beatriz Ribeiro Terror²
Mestranda em Geografia (PPGEO/UFJF)
carolinaribeiro123@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a intensificação das dinâmicas do capitalismo global tem aprofundado os conflitos entre grandes corporações e comunidades afetadas por seus empreendimentos, sobretudo em países subdesenvolvidos como o Brasil. A atuação de movimentos sociais diante do avanço de projetos extrativistas tem evidenciado estratégias complexas de mobilização e resistência, ao mesmo tempo em que revela a sofisticação das estratégias corporativas de controle e neutralização da crítica social (Milanez et al., 2018). Nesse contexto, Giffoni Pinto (2020) destaca como as corporações atuam por meio da gestão do risco e da produção de discursos técnico-científicos, buscando enquadrar os conflitos socioambientais como questões de governança e segurança, em vez de reconhecê-los como disputas legítimas por justiça ambiental.

Nesse cenário, este trabalho tem como objetivo realizar uma revisão bibliográfica sobre a relação entre movimentos sociais e corporações, com ênfase nas estratégias de mobilização das comunidades e de controle empresarial em contextos de conflitos socioambientais. A partir da leitura de textos de elevada contribuição para o tema, busca-se destacar a maneira como os empreendimentos, especialmente os megaprojetos, elaboram discursos para manter sua legitimidade, ao passo que os movimentos sociais constroem formas de mobilização e ação coletiva.

Assim, o estudo visa trazer conceitos e analisar os principais mecanismos de enfrentamento entre movimentos sociais e empresas, considerando suas dimensões territoriais, discursivas e políticas. Pretende-se compreender como os conflitos sociais se territorializam, quais as formas de articulação e resistência dos movimentos sociais e como as corporações operam para manter sua hegemonia nos territórios em disputa. Desse modo, o estudo evidencia que o antagonismo entre esses atores ultrapassa as dimensões políticas tradicionais, exigindo uma análise à luz da geografia dos conflitos.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo que adota uma abordagem qualitativa, por meio de uma revisão bibliográfica em que os textos selecionados foram analisados à luz da geografia dos conflitos sociais, proposto por Porto-Gonçalves (2004). A seleção das obras considerou a relevância teórica e empírica dos autores no debate sobre conflitos socioambientais e estratégias corporativas. Foram incluídos artigos científicos e publicações acadêmicas indexados nas áreas de geografia, ciências sociais e ambientais.

A análise dos textos selecionados buscou identificar os principais conceitos, categorias analíticas e padrões discursivos relacionados às formas de atuação dos movimentos sociais frente ao avanço do poder corporativo, especialmente em contextos marcados por disputas territoriais, degradação ambiental e processos de resistência. A perspectiva da geografia dos conflitos sociais foi central na leitura crítica das obras, permitindo compreender os conflitos para além das disputas pelo território. Os estudos sobre capitalismo extrativo ofereceram suporte para refletir sobre as estratégias de apropriação e controle territorial utilizadas por megaempreendimentos.

Para finalizar, o trabalho busca sistematizar contribuições teóricas que permitam compreender as tensões entre mobilização social e poder corporativo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tendo em vista a pertinência da temática, observa-se que a relação entre atores sociais organizados e grandes corporações tem se tornado um campo privilegiado de estudo para compreender os conflitos contemporâneos em torno dos recursos naturais, da produção de desigualdades e da disputa por narrativas (Giffoni Pinto, 2013). Ainda, Ramalho, Santos e

Lima (2013) revelam que tais conflitos não são meramente circunstanciais, mas estruturais e enraizados nas lógicas territoriais do capitalismo globalizado.

Milanez (et al., 2018) enfatiza que o poder corporativo não atua apenas por meio da exploração econômica, mas também através de estratégias sociais, institucionais e territoriais que visam legitimar suas ações e enfraquecer as resistências locais. Tais estratégias incluem desde ações políticas, parcerias com o Estado, responsabilidade social corporativa, até mecanismos mais sutis de cooptação de lideranças comunitárias e invisibilização das narrativas (Santos & Milanez, 2017).

Em contrapartida, os movimentos sociais têm desenvolvido formas de mobilização que vão além da denúncia e do protesto. Losekann (2016) aponta para uma crescente sofisticação das estratégias de resistência, que envolvem a produção de contra-narrativas, o uso estratégico dos meios de comunicação, a atuação em redes transnacionais e a articulação com atores do campo jurídico e acadêmico. Essas ações configuram o que alguns autores denominam como contra-poder territorial, ou seja, práticas coletivas que disputam o sentido do território, da natureza e da própria democracia (Losekann & Bussoli, 2017).

Diante de uma perspectiva da geografia dos conflitos, percebe-se que os embates entre movimentos sociais e corporações ocorrem também no plano simbólico e político (Zibechi, 2017). Além disso, autores como Acselrad et al. (2021) mostram que o avanço do neoextrativismo frequentemente se articula a práticas autoritárias, restringindo mecanismos de participação social e aprofundando assimetrias de poder nos territórios afetados. Santos (2019) também ressalta a importância dos conflitos como meio de produção de conhecimento e inovação política. Em vez de serem interpretados como entraves ao desenvolvimento, os conflitos podem ser lidos como expressões legítimas de contestação que denunciam desigualdades estruturais e revelam processos institucionais de exclusão.

Em suma, a revisão bibliográfica indica que compreender as estratégias de mobilização dos movimentos sociais e as táticas de controle corporativo é essencial para interpretar os embates contemporâneos em torno dos bens comuns, da justiça ambiental e da soberania dos territórios. A disputa entre esses atores revela não apenas interesses econômicos em jogo, mas projetos antagônicos de sociedade e território.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos textos evidencia que a relação entre movimentos sociais e empresas é marcada por uma tensão constante entre dominação e resistência. Enquanto as corporações

aperfeiçoam suas estratégias de controle, utilizando-se de discursos adaptáveis e mecanismos de governança, os movimentos sociais buscam reinventar formas de mobilização que articulem o local, o território e a política. A compreensão dessa disputa exige uma abordagem interdisciplinar que considere a complexidade dos conflitos contemporâneos e o papel central que o espaço e o poder desempenham na conformação dessas lutas.

A partir da perspectiva da geografia dos conflitos, foi possível compreender que os embates entre esses atores vão além da dimensão material, pois envolvem confrontos de valores e de sentidos atribuídos ao território. Assim, os conflitos socioambientais podem ser compreendidos como parte constitutiva das lógicas de expansão e reprodução do capitalismo em sua fase atual.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H.; FURTADO, F. P.; BARROS, J. N.; PINTO, R. G.; ASSIS, W. F. T. Neoextrativismo e autoritarismo: afinidades eletivas. *Revista Contemporânea de Antropologia*, Niterói, n. 53, p. 167–194, 3. quadri., set.–dez. 2021.

GINOFFI PINTO, R. Conflitos ambientais, corporações e as políticas do risco. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2020. 192 p.

GIFFONI PINTO, R. O poder da crítica: um estudo sobre a relação empresa e movimentos sociais em um contexto de conflito ambiental. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 18, n. 35, 2013.

LOSEKANN, C. Tipificando os efeitos de litígios entre empresas e movimentos sociais. *Revista Internacional de Direitos Humanos e Empresas*. Vitória, v. 1, n. 1, jun./nov. 2016. ISSN 2526-0774.

LOSEKANN, C; BISSOLI, L. D. Direito, mobilização social e mudança institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 94, 2017.

MILANEZ, B. et al. (2018) A Estratégia Corporativa da Vale S.A.: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. *Versos - Textos para Discussão PoEMAS*, 2(2), 1-43. ISSN: 2526-9658.

PORTE-GONÇALVES, Carlos Walter. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, Jose. *Movimientos sociales y conflicto en América latina*. Bueno Aires: CLACSO, 2004.

RAMALHO, J. R.; SANTOS, R. S. P.; LIMA, R. J. da C. Estratégias de desenvolvimento industrial e dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 175–200, jun. 2013.

SANTOS, R. S. P. dos; MILANEZ, B. Estratégias corporativas no setor extrativo: uma agenda de pesquisa para as ciências sociais. Caderno Eletrônico de Ciências Sociais – CADECS, Vitória, v. 5, n. 1, p. 1–9, 2017.

SANTOS, R. S. P. dos. (2019). A Construção Social de uma Corporação Transnacional: notas sobre a "nova ‘privatização’" da Vale. Revista De Estudos E Pesquisas Sobre As Américas, 13(2), 230–270. <https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv13n2.2019.23696>

ZIBECHI, Raúl. Territórios em rebeldia: autonomia e emancipação na era do neoliberalismo. 2. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

V COLÓQUIO DO NUGEA

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

A COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO MINERAL E A RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS COMO INDICADORES DE FRONTEIRAS DA MINERAÇÃO NO BRASIL¹¹

Miguel Barbosa Ladeira

Graduando em Geografia na UFJF

miguel.ladeira@estudante.ufjf.br

Gustavo Soares Iorio

Doutor em Geografia e docente do PPGEO-UFJF

iorio.gustavo@ufjf.br

1. Introdução

A mineração desempenha papel estratégico no desenvolvimento econômico brasileiro, especialmente após a intensificação da produção no período do boom das commodities. Com a desaceleração dos preços a partir de 2011, o setor passou a adotar novas estratégias, como a expansão para áreas até então sem tradição minerária, o que levou ao surgimento de novas fronteiras de acumulação (Svampa, 2019).

O projeto de pesquisa no qual este trabalho se insere busca compreender a conformação dessas fronteiras e seus efeitos, tomando como recorte o Brasil no período pós-boom das commodities (2011-2023). Para isso, uma das etapas fundamentais é o mapeamento inicial dos territórios minerados, tarefa que depende da utilização de bases de dados secundárias. Neste trabalho, discutimos as potencialidades e limitações de duas delas – a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) e o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) – e refletimos sobre sua contribuição para a identificação das fronteiras minerais e para a análise da minério-dependência.

2. A CFEM como Instrumento de Análise

¹¹ Trabalho elaborado com apoio da FAPEMIG por meio do projeto “Minério-dependência nas fronteiras da mineração no Brasil pós-boom das commodities (2011-2023)” (CSA APQ 00242/24). Agradecemos à FAPEMIG pelo financiamento desta pesquisa.

2.1. Origem, Base Legal e Funcionamento da CFEM

A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) é prevista no artigo 20, §1º, da Constituição Federal de 1988, garantindo aos entes federativos participação nos resultados da exploração mineral. Foi regulamentada inicialmente pelas Leis nº 7.990/1989 e nº 8.001/1990 e atualizada posteriormente, como pela Lei nº 13.540/2017, que alterou base de cálculo (de 'lucro líquido' para 'receita bruta') e alíquotas conforme a substância mineral. Embora concebida como mecanismo de compensação pelos impactos da mineração, sua arrecadação tem utilidade analítica para estudos sobre a organização territorial da atividade mineral.

A CFEM incide sobre a receita bruta da comercialização do produto mineral, com recolhimento mensal pelas empresas mineradoras a partir de alíquotas que variam conforme a substância, o que resulta em diferentes impactos na arrecadação. A Agência Nacional de Mineração (ANM) disponibiliza dados desagregados por município, substância e período, formando uma base pública histórica da CFEM.

Nesse contexto, a CFEM funciona como indicador *proxy* da intensidade econômica da mineração: não mede diretamente a produção física, mas reflete sua magnitude econômica. Crescimentos expressivos na arrecadação tendem a sinalizar expansão minerária, embora oscilações nos preços internacionais possam influenciar os valores registrados, conferindo à CFEM relevância para o mapeamento das fronteiras minerais no Brasil.

2.2. Potencialidades para a pesquisa

A CFEM oferece vantagens importantes para o estudo das fronteiras minerais. A desagregação espacial por município permite mapear com precisão os territórios minerários e, associada à informação sobre a substância, diferencia fronteiras especializadas, como ferro, ouro ou lítio, cada uma com dinâmicas produtivas e impactos territoriais específicos.

A série histórica disponível possibilita análises temporais sobre expansão, retração ou reconfiguração das fronteiras, permitindo identificar abertura de novas minas, esgotamento de jazidas ou efeitos de oscilações no mercado internacional. Essa perspectiva dinâmica é essencial para investigar o período pós-boom das commodities, marcado por mudanças estratégicas e ajustes espaciais.

Por fim, como *proxy* da intensidade econômica da mineração, a CFEM fornece um indicador quantitativo que mantém forte correlação com a produção mineral, permitindo

hierarquizar municípios segundo sua importância relativa na atividade minerária em escala nacional.

2.3. Desafios e Limitações

Outra limitação decorre de práticas de triangulação em operações internacionais, em que a mineradora vende o minério a preços artificiais, inferiores aos de mercado, para uma subsidiária em um paraíso fiscal. Essa operação caracteriza violação dos princípios de preço de transferência, pois os valores declarados não refletem o preço real da transação. Como a CFEM é calculada sobre a receita declarada no Brasil, essa subvalorização gera arrecadação menor do que a correspondente ao volume efetivamente extraído (Coelho, 2025). Segundo o pesquisador, os navios carregados de minério não chegam aos paraísos fiscais, seguindo diretamente para mercados externos, como a China. Assim, a triangulação afeta apenas o cálculo da CFEM, sem alterar a movimentação física do minério.

3. A RAIS como Instrumento de Análise

3.1. Origem e Funcionamento da RAIS

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é o registro administrativo do emprego formal no Brasil, criado em 1975 e administrado pelo Ministério do Trabalho e Emprego. De declaração obrigatória, reúne informações sobre todos os vínculos formais. Nesta pesquisa, utilizamos a variável Subsetor do IBGE, filtrando o valor 1 – Setor extrativo mineral. Como essa categoria inclui também a extração de petróleo, foi necessário analisar caso a caso para separar os empregos diretamente vinculados à mineração de outros vinculados ao setor petrolífero em cada município.

3.2. Potencialidades para a pesquisa

A RAIS permite mapear a presença da mineração em escala municipal, medir o volume de empregos formais e avaliar sua qualidade por indicadores como remuneração média e escolaridade. A série histórica da RAIS disponível para esta pesquisa vai de 2011 a 2023, possibilitando observar ciclos de expansão e retração do emprego mineral, o que contribui para compreender a dinâmica das fronteiras da mineração.

3.3. Desafios e Limitações

Uma das limitações mais relevantes do uso da RAIS está na própria classificação setorial dos vínculos. A variável Subsetor do IBGE¹², utilizada nesta pesquisa, é uma agregação da CNAE em 25 subsetores. Dentro dessa classificação, o SubSetor 1 corresponde ao Extrativo Mineral, mas engloba de forma indistinta atividades de mineração e de extração de petróleo e gás natural. Essa sobreposição gera ruídos analíticos, já que não é possível diferenciar diretamente os diferentes tipos de mineração (como ferro, ouro ou lítio) nem separar os vínculos ligados ao setor petrolífero. Para contornar esse problema, foi necessário realizar filtragens caso a caso, o que aumenta a complexidade do tratamento dos dados e pode introduzir margens de incerteza.

Em segundo lugar, a RAIS cobre apenas o emprego formal, deixando de fora trabalhadores informais, terceirizados ou ligados ao garimpo, que em muitos contextos compõem parcela significativa da atividade.

Por fim, há inconsistências entre os microdados e as estatísticas online oficiais, com diferenças no número de vínculos e nos valores de remuneração. Essas questões tornam fundamental a conferência cruzada e a explicitação dos critérios de tratamento adotados, garantindo maior consistência metodológica.

4. Considerações Finais

A CFEM e a RAIS oferecem perspectivas distintas e complementares sobre a mineração. A primeira indica a intensidade econômica da atividade em cada município, desagregada por substância, funcionando como um proxy da produção mineral. Já a segunda revela a dimensão social, registrando os empregos formais gerados pelo setor, bem como seu perfil e qualidade.

Quando analisadas em conjunto, essas bases permitem identificar situações de minério-dependência, entendida como a centralidade da mineração na organização territorial e econômica local. Municípios podem apresentar arrecadação elevada de CFEM sem correspondente geração de empregos formais, o que sugere forte dependência fiscal e

¹² A classificação por subsetores do IBGE é uma agregação da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), empregada em bases administrativas como a RAIS. Ele organiza as atividades em 25 subsetores, mas a documentação pública disponível não detalha integralmente essa estrutura. Para mais informações sobre a CNAE, ver: <https://cnae.ibge.gov.br>.

fragilidade socioeconômica. Em outros casos, observa-se o peso da mineração no mercado de trabalho formal, ainda que a arrecadação não seja tão expressiva. Essa articulação, portanto, evidencia diferentes formas de dependência e hierarquia entre territórios mineradores.

5. Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Comitê de Estatísticas Sociais – CES. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/mte/relacao-anual-de-informacoes-sociais-rais>. Acesso em: 09 set. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Art. 20, § 1º. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em: 10 set. 2025.

COELHO, Tádzio Peters. Subfaturamento em exportação de ferro teria causado perda de mais de R\$ 3 bilhões em CFEM. Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 11 ago. 2025. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Subfaturamento-em-exportacao-de-ferro-teria-causado-perda-de-mais-de-R\\$-3-bilhoes-em-Cfem/](https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/arquivos/Subfaturamento-em-exportacao-de-ferro-teria-causado-perda-de-mais-de-R$-3-bilhoes-em-Cfem/). Acesso em: 2 set. 2025.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). Estudos Técnicos CNM – Volume 5: Entenda a CFEM (Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais). Brasília: CNM, jul. 2012. Disponível em: <http://www.cnm.org.br>. Acesso em: 8 set. 2025.

SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

V COLÓQUIO NUGEA

Grupo de Trabalho 5

Ufjf

INSTITUTO
DE CIÊNCIAS
HUMANAS



PPGEO
Programa de Pós-Graduação
em Geografia Ufjf

NUGEA
Núcleo de Pesquisa
Geografia Espaço e Ação

NUDES
Laboratório do Nugea

RELAUI
Relatório sobre a Relação entre
Inovação e Desenvolvimento
Intercultural

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

A MORAL COMO DISPOSITIVO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA PROSTITUIÇÃO EM JUIZ DE FORA EM MEADOS DO SÉCULO XX

Vitória Maria Hipólito Pires
Mestranda em Geografia, UFJF
vitoriahipolito20@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

As cidades, como afirma Harvey (2012), são o lócus da reprodução do capital. Nessa perspectiva, a prostituição, sendo definida como um fenômeno essencialmente urbano (Rago, 1990) evidencia essas contradições da produção capitalista do espaço. Ao passo em que, apesar da marginalização e estigmatização, as trabalhadoras do sexo mantêm uma função estrutural dentro da lógica capitalista urbana, operando como engrenagens invisíveis que sustentam, simultaneamente, a moral burguesa e a economia da cidade. Dessa maneira, são continuamente desterritorializadas dos centros urbanos, mas inseridas em determinadas “áreas permitidas” das cidades.

Nessa perspectiva, pode-se destacar que presença da prostituição na cidade de Juiz de Fora reflete essas contradições inerentes a esse processo de urbanização capitalista, à medida que são constatados processos de desterritorialização das trabalhadoras do sexo na região central da cidade. Esse processo ocorre desde meados do século XIX (Hipólito, 2025) e se estende para o século XX (Larcher, 2024) e tende a se refletir nos dias atuais. Diante do exposto, esse trabalho tem como objetivo discutir como o processo de desterritorialização da prostituição nas áreas centrais de Juiz de Fora, durante a segunda metade do século XX, foi impulsionada pelo processo de urbanização capitalista. Parte-se da proposição de que essa urbanização se utiliza da moralidade patriarcal para segregar corpos e práticas consideradas desviantes das normas socialmente impostas.

2. A PSICOESFERA E A MORAL COMO DISPOSITIVO DE DESTERRITORIALIZAÇÃO

O conceito de moral em Foucault (2014) pode ser compreendido como um apanhado de valores e regras que são instituídos por indivíduos ou grupos através de diversas esferas, como a família, as instituições educativas, pela religião, entre outras. Entretanto, o autor também ressalta que:

Por "moral" entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos: designa-se, assim, a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitam ou negligenciam um conjunto de valores; (Foucault, 2014, p.32).

Dessa maneira, a moral não é apenas um código de conduta utilizado pelas instituições para exercer poder sobre os sujeitos, mas também é capaz de ser compreendida como parte das práticas vividas pelos próprio indivíduos em sua relação com essas normas. Ao compreendermos a moral sob a ótica das regras de conduta, é possível evidenciar que ela atua não apenas exercendo um controle sobre os corpos, mas também sobre os espaços. Ao determinar o que é aceitável ou desviante, a moral participa da produção de um espaço urbano, tornando-se um instrumento da organização da cidade.

Nesse contexto, o conceito de psicoesfera, elaborado por Santos (1994, 2002), oferece uma chave analítica interessante para compreender como a moral se espacializa no urbano. De acordo com o autor, esse conceito corresponde ao conjunto de valores, crenças, sentimentos, afetos e medos produzidos e compartilhados socialmente, e que influenciam a vivência nos espaços, pois são capazes de produzir regras e estimular o imaginário dos sujeitos.

A psicoesfera, portanto, contribui para a consolidação de espaços morais, em outras palavras, fomenta a existência de áreas da cidade marcadas por normativas simbólicas que definem quais são os sujeitos que possuem ou não o direito de ocupar e pertencer. Nessa perspectiva, a moralização dos espaços pode ser entendida como um dispositivo de desterritorialização, especialmente quando voltada a grupos considerados desviantes. Como define Haesbaert (2004, p. 312), a desterritorialização refere-se a processos de “efetiva instabilidade ou fragilização territorial, principalmente entre grupos socialmente mais excluídos e/ou profundamente segregados”.

Parte-se do pressuposto de que nem toda desterritorialização é mediada pela moral. Entretanto, é necessário reconhecer que a cidade se constitui enquanto um produto social, político e cultural, dessa maneira, encontra-se em constante tensionamentos e disputas. Assim, em determinados contextos, principalmente aqueles atravessados pela produção generificada do espaço (Helene, 2019), a moral pode atuar como um instrumento regulador, expulsando corpos e práticas que se opõem às rationalidades socialmente impostas.

Ademais, a moralidade urbana, ao se expressar na psicoesfera, não apenas desterritorializa corpos dissidentes, mas também perpetua a produção de sentidos sobre os lugares que esses corpos ocupam: são espaços “perigosos”, “indesejáveis”, “pecaminosos”, e por isso, passíveis de controle, limpeza ou remoção. Dessa forma, é possível destacar que essa moral se espacializa no urbano a partir de uma lógica de urbanização que privilegia os interesses econômicos, patriarciais e coloniais que compreende as outras rationalidades como passíveis de invisibilidade.

3. DISPUTA MORAL DO ESPAÇO URBANO E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO EM JUIZ DE FORA

Para elucidar como se consolidam esses espaços moralizados, pretende-se destacar alguns pontos sobre a produção de espaços morais na cidade de Juiz de Fora à luz da desterritorialização da prostituição durante a segunda metade do século XX. Assim sendo, as trabalhadoras do sexo tornaram-se alvo de constantes violências, não apenas por parte da população, mas também pelas autoridades locais, com o intuito de disciplinar essa prática social. Estabeleceram-se, portanto, determinados lugares onde a prostituição poderia ser “aceita” socialmente. Apesar das resistências e tentativas de subversão do controle estabelecido, a partir de 1947, essas trabalhadoras foram inseridas no que ficou conhecido como Zona Boêmia da cidade (Larcher, 2024).

Em 1954, um abaixo assinado reuniu a assinatura de 5 indústrias e 122 pessoas residentes das ruas Maria Perpétua, Henrique Vaz, Vitorino Braga e Avenida Surerus, ruas inseridas na “Zona Boêmia”. Os moradores utilizaram desse documento para demonstrarem a insatisfação da mudança do meretrício para as referidas ruas. Essa iniciativa ilustra como o processo de desterritorialização pode ser pautado por normas morais.

De acordo com os moradores, nas referidas ruas residiam famílias que em sua maioria eram proprietários de suas residências. Chamam atenção ainda para o fato de que até o fim de 1946 o meretrício era localizado nas ruas Floriano Peixoto (parte baixa), Hipólito Caron e Avenida Francisco Bernardino, mas que, assim como em outras “cidades civilizadas” como São Paulo e Rio de Janeiro, foi determinada a partir de ordens superiores a extinção do meretrício em Juiz de Fora. Assim, evidenciam “que começou o êxodo, **daquelas infelizes** para as imediações das ruas acima citadas, começando então o **martírio** de seus habitantes” (Pedido de Providências, 1954, p.1, grifos nossos). Por essas circunstâncias, reivindicam, com urgência, que sejam retiradas as “meretrizes dessas ruas”, ou seja, que essas sujeitas sejam desterritorializadas novamente.

Algumas questões se mostram relevantes a partir da análise desse abaixo-assinado. Uma delas refere-se à forma como a presença de residências, aliada à caracterização da região como um espaço “industrial”, é mobilizada como uma justificativa adicional para a desterritorialização dessas mulheres. Nesse contexto, a atuação da psicoesfera, orientada pela ordem moral-capitalista, evidencia o imaginário instaurado sobre o que deveria constituir esse espaço: a combinação entre a função produtiva do local, firmada a partir da ação das empresas, e a moral que sustenta uma suposta vocação familiar e trabalhadora reforçando a ideia de inadequação da presença da prostituição ali.

Além disso, é evidente a presente dicotomia de gênero quando se referem às “senhoras” e “mocinhas” que precisam ter seu direito de circulação. Dessa forma, destaca-se quais corpos femininos são considerados legítimos para circular e ocupar o espaço urbano e quais são considerados ofensivos ou ameaçadores, portanto, dignos de serem não apenas desterritorializados, mas também, desumanizados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise proposta ao longo deste trabalho permitiu compreender como a moral, operando como um dispositivo simbólico e material, participaativamente da produção e do ordenamento do espaço urbano. Em articulação com a lógica capitalista e patriarcal de urbanização, a moralidade se espacializa na forma de exclusões, disciplinamentos e desterritorializações, afetando sobretudo corpos e práticas que desafiam os padrões normativos impostos pela sociedade.

No caso específico de Juiz de Fora, a desterritorialização da prostituição ao longo da segunda metade do século XX revela essas dinâmicas. A análise do abaixo-assinado de 1954 revela não apenas uma tentativa concreta de reorganização espacial da cidade, mas também o acionamento de discursos morais que buscavam preservar um imaginário urbano centrado na ordem, no trabalho e na “família de bem”.

Assim, a desterritorialização da prostituição não deve ser compreendida apenas como um processo de deslocamento espacial, mas como parte de um projeto urbano que, ao mesmo tempo em que marginaliza determinados sujeitos, depende deles para manter sua ordem simbólica e econômica. Reconhecer essas contradições é fundamental para desnaturalizar os mecanismos de controle e exclusão presentes nas cidades e para repensar a política urbana a partir de uma perspectiva mais inclusiva, crítica e atenta às disputas morais que moldam o direito à cidade.

REFERÊNCIAS

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Bertrand Brasil, 2004.

HARVEY, David et al. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HELENE, Diana. Gênero e direito à cidade a partir da luta dos movimentos de moradia. **Cadernos Metrópole**, v. 21, n. 46, p. 951-974, 2019.

HIPÓLITO, Vitória. **DESTERRITORIALIZAR PARA CONTROLAR:** Prostituição e modernização na rua Santa Rita em Juiz de Fora no final do século XIX início do século XX. 2025. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2025.

LARCHER, Célia Márcia Afonso. **Controle social e violência no cotidiano das trabalhadoras do sexo durante a ditadura civil-militar, Juiz de Fora/MG, 1964 a 1974.** 2024.

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. 9 f. Juiz de Fora (MG): Arquivo Central da Cidade de Juiz de Fora, Fundo Benjamin Colucci. Caixa 01. ID: 2516. 1954.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930).** 1990. Tese de Doutorado.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** Edusp, 2002.

_____, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Hucitec, 1994b.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

ANÁLISE DA COBERTURA MIDIÁTICA DA OCUPAÇÃO 9 DE JULHO EM SÃO PAULO-SP

Maria Eduarda Moreira
Graduanda do curso de Geografia da UFJF
moreira.maria@estudante.ufjf.br

Helena Rizzatti Fonseca
Professora do curso de Geografia da UFJF
helena.rizzatti@ufjf.br

1. Introdução

As ocupações urbanas caracterizam-se por serem a construção acelerada de moradias em terrenos públicos e privados dentro do perímetro urbano, realizada pela população de baixa renda. Dessa maneira, entende-se que as ocupações refletem tanto o processo de urbanização corporativa em curso no país quanto a habilidade das contra-racionalidades e resistências organizadas pelos agentes não hegemônicos desse processo (Rizzatti, 2015).

A partir desse movimento surge a Ocupação 9 de Julho no ano 2001, localizada na zona central da cidade de São Paulo, no Edifício IAPETC (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas) – antigo INSS (Instituto Nacional de Segurança Social). O edifício, inaugurado em 1943, possui 14 andares, totalizando assim, uma área construída de quase 8.300 m². A desocupação do prédio se deu pelas diversas mudanças que aconteceram com o Instituto. Segundo Nascimento (2011),

Criado em 1938, o IAPETC era um dos órgãos federais de previdência, em um período que este benefício era descentralizado. Décadas mais tarde, em 1966, totalmente unificado, se transformaria no INPS e posteriormente, em 1990, no INSS, como é conhecido nos dias de hoje. Estas diversas mudanças nas autarquias também foram afetando o edifício ao longo de sua trajetória, até que finalmente foi desocupado ficando em qualquer destinação, seja ela pública ou social.

Dessa forma, após o edifício ser desocupado pelo órgão federal, em 1997 inicia-se o processo, coordenado pelo Movimento Sem Teto do Centro (MSTC), de ocupação do prédio.

Ao longo dos primeiros anos, houve grande conflito entre os ocupantes e o poder público, enquanto os integrantes do movimento promoviam a adaptação e a reestruturação do ambiente e enfrentavam despejos constantes por parte das autoridades. Em 2010, houve um grande movimento de desocupação e, em 2015 o INSS deu a posse do edifício para a Prefeitura de São Paulo com o intuito de reparar dívidas, prometendo a transformação do local para a criação de uma habitação social. Porém, o prédio ficou desocupado até outubro de 2016, quando o MSTC junto com a rede Frente de Luta por Moradia (FLM) promoveu uma ação de ocupação de 31 terrenos e construção em desuso na capital, sendo um deles o edifício IAPETC, em que hoje se encontra a Ocupação 9 de Julho (Ferrari, 2022).

A partir desse estabelecimento, a Ocupação propôs vários projetos culturais e comunitários, que tinham como objetivo a troca de saberes. Assim, surge a Cozinha Ocupação 9 de Julho, com intuito de promover encontros mensais para se cozinhar e comer junto, sendo estes abertos ao público. Como consequência, há o aprimoramento de projetos que já existiam internamente no MSTC, como a cozinha coletiva e a Horta Comunitária Marisa Letícia. Além disso, surgem projetos adjacentes como, a Galeria Reocupa; a Oficina de Arte MSTC; a Oficina de Marcenaria; o Projeto Escadaria; a anual Festa Junina da 9 de Julho e o CineOcupa (Lemos, 2022).

Entretanto, a história vivida pelas pessoas que moram nas ocupações urbanas no país se choca com a narrativa que é construída pelos veículos de comunicação. Assim, sendo comumente observado a imagem que a grande mídia cria sobre essas ocupações, as tratando como “invasões” e propagando a desumanização dos ocupantes. Dessa forma, percebe-se que as técnicas de informação são apropriadas por alguns atores ou Estados com a função de cumprir seus objetivos particulares. Visto que, o que é transmitido para a sociedade é, por muitas vezes, uma informação manipulada que confunde, ao invés de esclarecer. Assim, aprofundando os processos crescentes de desigualdades e desinformação (Santos, 2001).

Em razão disso, o presente trabalho tem como objetivo, a partir da construção de um banco de dados, investigar a cobertura midiática a respeito da Ocupação 9 de Julho. Assim, permitindo a sistematização e a análise crítica sobre a forma em que a Ocupação é tratada pelos principais veículos de comunicação do país.

2. Materiais e Métodos

A pesquisa contou com a análise das notícias a respeito da Ocupação 9 de Julho nos principais meios de comunicação do país e do estado de São Paulo. Para isso, foi utilizada a

metodologia de Rizzatti (2015), cuja função consiste na organização das notícias através de um banco de dados, com a intenção de analisar os padrões midiáticos presentes, dando ênfase em como a Ocupação é retratada através da grande mídia.

A partir disso, a busca das informações foi realizada através da palavra-chave: “Ocupação 9 de Julho”, no Google. No primeiro momento, foram coletadas apenas as notícias que estavam entre os maiores portais de comunicação do Brasil. Logo após, a pesquisa foi aprofundada, com o intuito de garantir maior completude ao banco de dados. Dessa forma, foram usadas as palavras: “Ocupação 9 de Julho MSTC”; “Prédio do INSS na Avenida 9 de Julho” e “Cozinha Ocupação 9 de Julho”, sendo assim, possível implementar um maior número de notícias a serem analisadas. À vista disso, as notícias selecionadas abrangeram o período de 1997 a 2024.

No segundo momento, foi realizada a estruturação do banco de dados em uma planilha Excel, onde as informações foram sistematizadas por ano, data, portal, título, resumo, comentários, palavras-chave, categorias e o link de acesso às notícias. A planilha foi construída para permitir a organização e a análise das informações coletadas.

3. Resultados e Discussão

Diante do exposto, foi revelado um panorama midiático surpreendente em relação à Ocupação 9 de Julho, quando comparado com a observação de Santos (2001). A partir da análise do banco de dados, que contou com o total de 31 notícias distribuídas ao longo dos 27 anos estudados (1997-2025), verificou-se uma grande quantidade delas principalmente as do período entre 2018-2024, ou seja, quando foi realizada pelo MSTC com um viés positivo ou neutro a respeito da Ocupação (tabela 1). Como resultado, os eventos culturais, os almoços aos domingos, as entrevistas com as principais lideranças e a luta diária dos ocupantes receberam grande destaque nas notícias, enfatizando, assim, a importância e a organização interna do movimento.

Tabela 1 - Número de notícias sobre a Ocupação 9 de Julho (1997-2024)

ANO	NÚMERO DE NOTÍCIAS PUBLICADAS	CONTEÚDO PRINCIPAL DAS NOTÍCIAS
1997 - 2010	4	Invasões ao edifício IAPETC (antigo INSS)
2018	1	Falas negativas sobre a Ocupação
2022	1	Falas negativas sobre a Ocupação
2018 - 2024	25	Notícias informativas/positivas sobre a Ocupação 9 de Julho
TOTAL	31	

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

Por outro lado, mesmo fazendo parte de uma mínima porcentagem, as notícias negativas ainda se fazem presentes, como observado na tabela 1. Entre os anos de 1997 a 2010, as notícias se referem aos ocupantes como “sem-teto” e as tentativas de ocupação enquanto “invasão”, assim, criminalizando e desumanizando a luta e as pessoas envolvidas. Da mesma forma, a notícia negativa do ano de 2018 tenta apagar a existência da Ocupação 9 de Julho no Edifício IAPETC, sendo que a ocupação do prédio acontece desde 1997. E, a reportagem de 2022, volta a se referir a Ocupação como uma “invasão”, mesmo depois de 25 anos de luta.

Ainda assim, o grande número de notícias positivas chama atenção. Isso ocorre, a nosso ver, devido à estratégia eficaz de comunicação adotada pela própria Ocupação, ao promoverem eventos cuja realização atende a população dentro e fora dela e gera grande atratividade para a cobertura midiática. Dessa forma, as narrativas predominantes neste segmento humanizam os ocupantes, os tratando como sujeitos ativos na comunidade. Sendo assim, esse posicionamento positivo dos veículos atua como um forte contraponto ao discurso de ódio observado em notícias anteriores. Uma vez que há grande dificuldade em demonizar e simplificar a luta de um grupo que se coloca como produtor de um valor social e cultural.

4. Considerações finais

Ao se aplicar a metodologia de Rizzatti (2015) à pesquisa, foi possível abranger um significativo número de notícias a respeito da Ocupação 9 de Julho, permitindo assim, uma análise profunda dos padrões midiáticos presentes na atualidade. Além disso, ela permitiu a categorização temática das informações presentes nas notícias, sendo capaz de focalizar aspectos políticos, culturais, habitacionais e administrativos da Ocupação. Sendo assim, a criação do banco de dados se mostra extremamente eficaz para a análise.

Ademais, o comportamento dos veículos de comunicação se torna um ponto curioso na análise por estarem fora do que se é esperado. O que se observa, constantemente, é a criminalização dos movimentos sociais pela imprensa. Dessa maneira, fica evidente o sucesso da Ocupação 9 de Julho e do MSTC nas suas estratégias de comunicação e de geração de atividades de interesse para além da população que nela reside.

Referências

Ferrari, Erica. Ocupação-Monumento: uma outra memória para São Paulo hoje. **Revista ARA**, São Paulo, Brasil, v. 12, n. 12, p. 175–208, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revistaara/article/view/198495>. Acesso em: 3 set. 2025.

Lemos, Martina Gonçalves. **Cozinha Ocupação 9 de Julho:** ressignificação de si e transmutação da realidade a partir de um sonho coletivo. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/254fea37-609e-4e73-8020-457947d86ed7/tc4809-Martina-Lemos-Cozinha.pdf>. Acesso em: 03 set. 2025.

Nascimento, Douglas. (2011). **Edifício IAPETC – INSS.** Disponível em: <https://saopauloantiga.com.br/inss/>. Acesso em: 06/05/2021.

Rizzatti, Helena. **A urbanização de Campinas/SP e a produção de informação nas maiores ocupações da cidade.** RUA, v. 21, n. 2, 2015.

Santos, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensando único à consciência universal. São Paulo: Record, 2001

V COLÓQUIO DO NUGEA GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

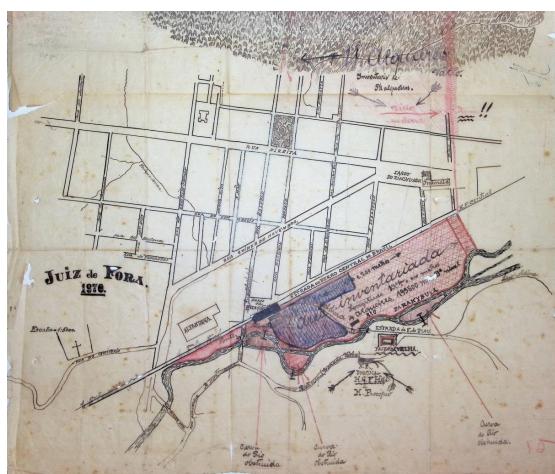
UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

OS DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS HISTÓRICOS NO ACERVO DO ARQUIVO CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Andreia F. Rodrigues¹³;
Rafael G. Andrade¹⁴;
Victor A. Palha¹⁵;
Vinícius A. Barbosa¹⁶

Sabemos da importância dos documentos cartográficos históricos em estudos das mais variadas áreas do conhecimento, onde é possível comparar e avaliar as modificações físicas do espaço, bem como as alterações toponímicas, administrativas e do traçado urbano de diferentes regiões, auxiliando a compreensão da configuração espacial e social. Neste contexto, a preservação¹⁷ de acervos dessa espécie documental se torna fundamental. Esta comunicação tem como objetivo apresentar o tratamento arquivístico e de conservação que vem sendo dispensado aos documentos cartográficos sob custódia do Arquivo Central da Universidade Federal de Juiz de Fora (AC/UFJF), buscando apresentar aspectos práticos do trabalho (Figura 01).



¹³ andreia.freitas@ufjf.br, Arquivo Central/UFJF, CONSERVADORA.

¹⁴ gomes.rafael@estudante.ufjf.br, Bacharelando Geografia/UFJF, ESTAGIÁRIO.

¹⁵ victoramaralpalha294@gmail.com, Arquivo Central/UFJF, BOLSISTA TP.

¹⁶ vinicius.amaral@estudante.ufjf.br, Bacharelando Geografia/UFJF, ESTAGIÁRIO.

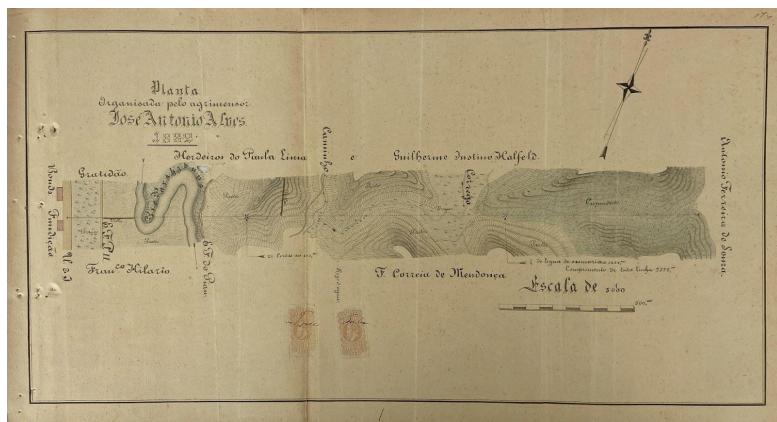
¹⁷ Usamos um conceito amplo de preservação documental, abrangendo não só procedimentos de conservação do documento físico, mas também seu tratamento arquivístico, com a elaboração de instrumentos de pesquisa, criação de cópias digitais, ampliação da difusão e do acesso à informação.

Figura 01: Planta, 1870. Região central de Juiz de Fora

BR_MG_UFJF_AC_FFBC_CART_1870_01

Fonte: os autores

No âmbito da arquivologia, o documento cartográfico é conceituado como “um gênero documental integrado por documentos que contêm representações gráficas da superfície terrestre, ou de corpos celestes e desenhos técnicos, como mapas, plantas, perfis e fotografias aéreas.” (BRASIL, 2005, p.74). Ainda de acordo com o Glossário norte-americano de Terminologia Arquivística (2005, p.61), documentos cartográficos “são materiais que usam imagens, números ou relevo para representar características físicas ou culturais da terra ou corpo celeste (ou parte dele), tais como mapas, plantas, atlas, gráficos, globos, perfis etc”. Nesse sentido, por sua própria natureza, é um documento que nos impõe dificuldades de tratamento em diferentes pontos. O primeiro deles é que são documentos que compõem processos diversos como Divisão e Demarcação de Terras, Inventários, Indenizações. Nem sempre o assunto principal do documento refere-se ao item cartográfico. Ele é um complemento. Entretanto sua disposição no documento físico original precisa ser preservada, garantindo a organicidade¹⁸ e lógica documental. O segundo ponto seria a variedade com que esses documentos são executados. São papéis de gramaturas e tipos diversos, assim como os pigmentos, além das dimensões, que normalmente compreendem grandes formatos. A combinação de materiais, o tamanho e o tipo de acondicionamento influenciam diretamente o estado de conservação desse acervo, ao longo dos anos.



¹⁸ A organicidade e a lógica documental referem-se ao princípio segundo o qual os documentos de arquivo nascem, se acumulam e se organizam de forma natural a partir das funções e atividades da entidade que os produz. A organicidade é a relação intrínseca entre os documentos e a estrutura/atividade da instituição, enquanto a lógica documental traduz-se na coerência interna dessa produção e acumulação, que garante a compreensão do contexto de criação, a autenticidade e o valor probatório dos documentos.

Assim, a lógica documental é consequência direta da organicidade: os documentos não se organizam de modo arbitrário, mas segundo uma ordem que reflete os processos administrativos, jurídicos ou funcionais do produtor.

Figura 02: Planta, 1882. Região central de Juiz de Fora

BR_MG_UFJF_AC_FFBC_CART_1882_03

Fonte: os autores

Os documentos cartográficos históricos sob a custódia do AC/UFJF foram produzidos a partir do século XIX (Figura 02) e pertencem aos documentos cartorários do Fundo Fórum Benjamin Colucci. São plantas, desenhos e croquis, documentos únicos que perfazem o traçado de Juiz de Fora e região, a partir de 1858 (datação da planta mais antiga encontrada até o momento).

Nosso trabalho inicial privilegiou a série documental ‘Divisão e Demarcação de Terras’, que pela natureza do assunto, é a série com maior número de itens encontrados. São um total de 317 processos, dentre os quais 77 possuem algum documento cartográfico, produzidos entre os anos de 1852 e 1953. A partir da avaliação do estado de conservação e danos encontrados, elaboramos um procedimento para a preservação dessa documentação, que em linhas gerais abrange:

- Identificação e separação dos documentos cartográficos dos processos e dossiês originais, usando como auxílio o instrumento ‘guia fora’ para identificação, localização e manutenção da organicidade.
- Procedimentos de conservação como planificação, higienização, retirada de fitas adesivas e intervenções anteriores, pequenos reparos e acondicionamento usando filme poliéster e mapoteca (Figura 03).
- Criação de uma cópia digital e elaboração da ficha cartográfica com informações e dados como escala, profissional responsável, localização, data, suporte e dimensão (Figura 04).



Figura 03: Etapas do tratamento de conservação.
Fonte: os autores.

 UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA ARQUIVO CENTRAL		
Fundo	Fórum Benjamin Colucci	
Série	Divisão e Demarcação de Terras	
Ano	1870	
Número	01	
Caixa	03	
Parte 1	Bernardo Mariano Halfeld	
Parte 2	Henrique Guilherme Fernando Halfeld	
Obs 1	Anexo: planta (pg.)	
Documento Cartográfico		
Tipologia	Planta	
Autor	Peritos agrimensores (agrimensor)	
Ano	1935	
Escala	1:5.000 metros	
Suporte	Papel	
Descrição	Manuscrito, colorido, 38,0 x 44,0 cm	
Identificação	Página ... do processo	
Localização atual	Sala 12, Mapoteca 02, gaveta 01	
Obs 2	BR_MG_UFJF_AC_FFBC_CART_1935_01	



 BR_MG_UFJF_AC_FFBC_CART_1935_01

Figura 04: Modelo de ficha cartográfica.
Fonte: os autores.

O estado geral de conservação dos documentos é satisfatório, com algumas exceções e os principais danos encontrados são os vincos, dobras e rasgos, com comprometimento e perda do suporte (Figura 05). São resultantes tanto das características do material e formato quanto da forma inadequada de acondicionamento, dobrados e costurados nos processos.

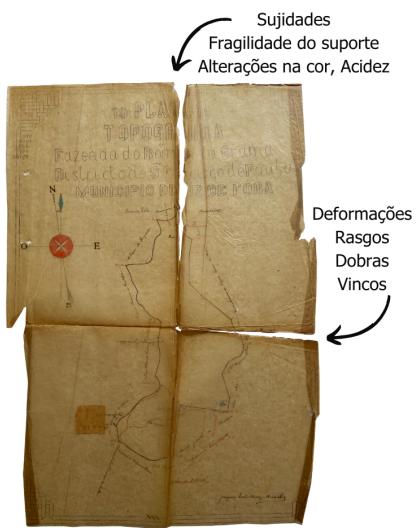


Figura 05: Estado de conservação e principais danos encontrados.

Fonte: os autores.

Pretendemos tratar todos os documentos cartográficos localizados no acervo permanente do AC/UFJF. Até o momento temos 175 documentos em processamento. Em outra frente, a partir da digitalização, um catálogo cartográfico está sendo desenvolvido e ficará disponível online, para consulta. Este é um trabalho que conta com a colaboração de estudantes do Curso de Geografia da UFJF e atualmente faz parte do projeto Preservação, Virtualização e Propagação dos Acervos Histórico-Culturais da UFJF, subprojeto Repositório Físico e Digital de Acervos Histórico e Culturais da UFJF (RFDAHC/UFJF), com financiamento de projeto aprovado por uma agência de fomento de recursos para a pesquisa, o que nos permitiu a aquisição de um scanner e mesa digitalizadora para grandes formatos, além de recursos que possibilitarão a divulgação e acesso digitais a esse acervo. Assim, com ações de preservação e difusão do acervo cartográfico histórico do AC/UFJF pretendemos contribuir com estudos ligados à análise da dinâmica territorial e compreensão das formações geográficas, urbanas, culturais, políticas e administrativas atuais de Juiz de Fora e região, apresentando dados sobre o espaço em dado momento histórico.

Palavras chaves: Cartografia Histórica; Documento Cartográfico; Preservação.

Referências bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, 41).

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **International Preservation News: Preservation and Digitization of Rare Maps, Globes and Special Collections.** n.58. December 2012. Disponível em: <<https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/pac/ipn/ipn-58.pdf>>. Acesso em 31 ago. 2025.

PEARCE-MOSES, Richard. **A glossary of archival and records terminology.** Chicago: Society of American Archivists, 2005.

RABELO, M. P.. **O contexto arquivístico dos documentos cartográficos e suas relações de origem nas diferentes áreas do conhecimento.** In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA - CNA, 8, 2018, João Pessoa. Anais eletrônicos... *Revista Analisando em Ciência da Informação - RACIn*, João Pessoa, v. 6, n. especial, p. 66-83, out. 2018. Disponível em: <http://arquivologiauepb.com.br/racin/edicoes/v6_nesp/racin_v6_nesp_TA_GT02_0066-0083.pdf>. Acesso em 31 ago. 2025.

RODRIGUES, A. F., & GIACOMO, L. H. S. (2023). **Documentos cartográficos em processos de divisão e demarcação de terras do século XIX e XX: Fundo Fórum Benjamin Colucci/Arquivo Central – UFJF.** *Revista Do Arquivo*, (15), 1–19. Recuperado de <https://revista.arquivoestadosp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/138>. Acesso em 31 ago. 2025.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

PERSPECTIVA AFROCENTRADA E A VILA DA PRATA EM JUIZ DE FORA-MG: O DECRETO MUNICIPAL N° 15.283/2022

Maria Eduarda Costa
Licenciada em Geografia (ICH/UFJF)
maria.abreu.costa@educacao.mg.gov.br

Helena Rizzatti
Profa. Dra em Geografia (ICH/UFJF)
helena.rizzatti@ufjf.br

1. Introdução

Este estudo aprofunda parte de uma pesquisa realizada sobre urbanização interseccionalizada (Rizzatti, 2021) e a questão racial em Juiz de Fora-MG. É proposto uma relação entre a perspectiva afrocentrada e o caso da Vila da Prata analisando o decreto municipal nº 15.283/22¹⁹. A Vila da Prata, formada predominantemente por negros²⁰, conta a história de trabalhadores pobres que migraram da zona rural para morar na cidade, composta por aproximadamente cem famílias²¹.

A população da favela ocupou o local após a morte dos proprietários do terreno por volta de 1970, oito anos após a ocupação foi instituído o Decreto Municipal do Executivo nº 2.115/1978²², transformando o local em Unidade de Conservação Municipal²³ sendo passível de desapropriação por parte do poder municipal para a construção do Parque da Lajinha.

No ano de 1979 a vila começa a ser removida pelo poder público municipal sendo definitiva em 1981. Durante a remoção, as famílias tiveram seus pertences demolidos e foram levadas para os bairros Santo Antônio e Santa Efigênia sem nenhuma estrutura adequada (Abreu, 2009).

O silenciamento da história sobre a Vila da Prata que antecede o parque foi inequívoco por parte do poder público, uma vez que contribuiu para o apagamento da memória local, do território

¹⁹ Decreto 15283 - de 15 de julho de 2022. Disponível em: <[leis municipais de Juiz de Fora-MG](#)> Acesso em: 05/09/2025

²⁰ Secretaria de Sustentabilidade de Meio Ambiente Urbanas, Prefeitura de Juiz de Fora-MG. Disponível em <[Portal PJF - SESMAUR](#)> Acesso em: 10/09/2025

²¹ Foi assim que Juiz de Fora ‘resolveu’ o problema da Vila da Prata. Disponível em <[Jornal o Pharol](#)> Acesso em: 05/09/2025

²² Disponível: <[leis municipais de Juiz de Fora-MG](#)> Acesso em: 05/09/2025

²³ 2 Unidades de Conservação (UCs) são áreas definidas por lei com o objetivo de conservar a diversidade biológica e outros recursos naturais, sendo fundamentais para a proteção da flora, da fauna e dos ecossistemas. Disponível em: <[O que são Unidades de Conservação?](#)> Acesso em: 05/09/2025

negro e de expressões simbólicas. Devido a raízes religiosas, mesmo após a retirada dessas pessoas, alguns cultos religiosos de matriz africana, como a festa do Preto Velho proveniente da Umbanda, aconteciam no Parque da Lajinha de 1984 a 2007 (Silva e Carneiro, 2014).

Porém, foi instituída a lei municipal nº 11.266/12²⁴ estabelecendo no artigo 6º, inciso XXI, que se tornava proibido: “*promover manifestações religiosas que façam uso de fogo ou deixem qualquer resíduo, oferendas religiosas ou velas.*”, impedindo que fossem realizados rituais religiosos de matriz africana no parque.

Somente no ano de 2022 foi estabelecido o Decreto nº 15.283/2022 no qual a lei foi revogada. A perspectiva afrocentrada nos permite interpretar a importância e urgência da mudança do debate subalterno relacionado à população negra, protagonista na luta por essa revogação, pois são sujeitos que possuem sua própria história que está para além das mazelas associadas à escravização e suas consequências.

2. Materiais e Método

Para melhor compreensão sobre o decreto e a Vila da Prata, é necessário entender este lugar como um território negro. Daniele Vieira define o território negro “enquanto espaço físico e simbólico, configurado a partir da funcionalidade (habitação, trabalho, lazer) e/ou da prática cultural (batuque, carnaval, religiosidade) exercida por mulheres e homens negros” (2017, p. 43) como nos parece ser a Vila da Prata.

A autora Gabriela Leandro (2019) fala sobre a intensa presença negra em terras brasileiras e como a questão étnico-racial afeta e estrutura o espaço urbano. Trabalhando com a perspectiva afrocentrada, ela aborda a importância de cada vez mais refletir sobre a presença negra na cidade, tensionando que seja compreendida apenas pelo viés da subalternidade profunda, assim, uma leitura afrocentrada da presença negra do espaço urbano.

O conceito de Afrocentricidade é definido por Asante (2016, p. 8) como “uma afirmação do lugar de sujeito dos africanos dentro de sua própria história e experiências, sendo ao mesmo tempo uma rejeição da marginalidade e da alteridade, frequentemente expressas nos paradigmas comuns da dominação conceitual europeia (Mazama, 2003)”.

Por meio de revisão bibliográfica e de análise documental da lei municipal nº 11.266/12 e do decreto municipal nº 15.283/2022 buscamos fazer esse estudo afrocentrada da luta da população negra pela manutenção do Parque da Lajinha como um território negro.

²⁴ JUIZ DE FORA. Decreto n. 11.266, de 10 de jul. de 2012. Disponível em: <[Juiz de Fora-MG- Legislações](#)> . Acesso em: 05/09/2025.

3. Desenvolvimento

Vitor Silva e Leonardo Carneiro (2014, p.2) estudaram as religiões e religiosidades brasileiras de matrizes africanas em Juiz de Fora, retratando especificamente a Festa do Preto Velho, festa religiosa tipicamente afro-brasileira. A festa aconteceu no Parque da Lajinha por 23 anos, de 1984 a 2007, simbolizando a manifestação de fé popular territorializando o sagrado no espaço geográfico.

É evidente o racismo religioso e institucional presente no caso da Vila da Prata, a proibição de cultos religiosos de matriz africana no local, mesmo após a destituição das pessoas que ali viviam, comprova a tentativa de apagamento deste território negro. Durante a pesquisa foi perceptível alguns levantes da população negra contra a lei instituída, como o debate sobre cultura e religiosidade direcionado à Festa do Preto Velho que ocorria no Parque da Lajinha realizado em 2015.²⁵

Em 2018 aconteceu uma audiência pública na Câmara Municipal de Juiz de Fora²⁶ cujo tema era “intolerância religiosa”. Durante o evento, houve muita oposição pela impossibilidade de realizar a Festa do Preto-Velho

“A mata é o nosso sagrado, representa Oxóssi, o lago representa Oxum, a rua e as vielas representam Exu, que abre os caminhos de todos. O Parque da Lajinha foi conhecido pela nossa festa”, exaltou o presidente da Federação Regional de Defesa da Religião Umbanda e ex-vereador Wilson Novaes.²⁷

O coordenador nacional do Movimento Negro Unificado²⁸, Paulo Azarias, propôs a criação de um grupo de trabalho que envolveria a Câmara, a Prefeitura, a UFJF, o movimento negro e representantes das religiões de matriz africana para fazer um estudo de todos os espaços importantes para a manifestação de suas crenças na cidade.

Em 2022, com a gestão da Prefeita Margarida Salomão²⁹ filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT),³⁰ foi estabelecido o Decreto Municipal nº 15.283 de 05 de junho de 2022 revogando a lei de

²⁵Disponível:<eventos-abordam-resistencia-negra-racismo-e-religioes-de-matriz-africana-em-juiz-de-fora-mg>
Acesso em: 05/09/2025

²⁶ Disponível em: <Intolerancia-religiosa-e-tema-de-Audiencia-Publica> Acesso em: 05/09/2025

²⁷ Disponível em: <20-11-2015/expressao-religiosa-no-parque-da-lajinha> Acesso em: 06/09/2025

²⁸ O **Movimento Negro Unificado (MNU)** é uma organização pioneira na luta do Povo Negro no Brasil. Fundada no dia 18 de junho de 1978, é lançada publicamente no dia 7 de julho, deste mesmo ano, em evento nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em pleno regime militar. Disponível em: <<https://mnu.org.br/mnu-2/>> Acesso em: 05/09/2025

²⁹ Margarida Salomão - Prefeita de Juiz de Fora - 2024 a 2028. Deputada Federal 2013-14, 2015-18, 2019-20. Professora Emérita da Universidade Federal de Juiz de Fora da qual foi Reitora de 1998-2002, 2002-2006. Doutora em Linguística pela Universidade da Califórnia, Berkeley, onde foi pesquisadora visitante em 2006-2007. Disponível em: <portal PJF - Institucional - Equipe Governo - Prefeita>

³⁰ O PT surgiu como agente promotor de mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas. Foi oficializado partido político em 10 de fevereiro de 1980, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Disponível em <<https://pt.org.br/nossa-historia/>>

2012. Essa alteração nos indica que a partir de uma pressão social e da luta da população negra levou-se à revogação da proibição daquele local que tinha significado simbólico de grande importância para a população que professa as religiões de matriz africana evidenciando o protagonismo negro.

4 Conclusão

Concluímos que a Lei Municipal nº 11.266/2012 levou a proibição de expressões religiosas na antiga Vila da Prata, herança da população que antes vivia ali, nos revelando a verdadeira opressão que ainda existe por parte do poder público e das grandes corporações.

Mesmo o Parque Municipal da Lajinha sendo atualmente um espaço voltado para o plano de manejo, com fins científicos, culturais, proporcionando turismo e lazer, a Vila da Prata faz parte da construção histórica deste espaço, apesar de negligenciada. O Parque é um território negro que carrega parte da história cidade que tenta-se apagar por meio de políticas urbanas, acompanhado de várias facetas que se complementam quando compreendemos a história que o antecede (Costa, 2025).

Entretanto, a região onde estava a favela Vila da Prata não conta uma história apenas da violência da remoção, mas também da vitória da conquista pela possibilidade de voltar a usar aquele espaço para fins sociais, por meio das expressões religiosas. Apesar do racismo religioso e institucional presente na lei, sua revogação é resultado do protagonismo da população negra.

5 Referências bibliográficas

- ABREU, Cristiane Silva de. **Favela e remoção em Juiz de Fora: um estudo sobre a Vila da Prata.** 114p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.
- ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia.** Ensaios Filosóficos, 2016.
- COSTA, Maria Eduarda. **Análise interseccionalizada da urbanização em Juiz de Fora-MG : da Vila da Prata ao Parque da Lajinha /** Maria Eduarda Costa. – 2025. 50 f. Orientadora: Helena Rizzatti –Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -UFJF/ICH, 2025.
- LEANDRO, Gabriela. **Direito à cidade e questões raciais.** Coletiva, Recife, n. 24, Coletiva.

fev.mar.abr.mai. 2019. Disponível em:
<<https://www.coletiva.org/dossie-direito-a-cidade-n24-direito-a-cidade-e-questoes-raciais>.> ISSN 2179-1287.

RIZZATTI, Helena. **Urbanização interseccionalizada: uma análise a partir da cidade de Ribeirão Preto/SP**. In: Anais do XIV Enanpege, 10-15 out. 2021, p. 1-13.

SILVA, Vitor Fabiano; DE OLIVEIRA CARNEIRO, Leonardo. **A FESTA DE PRETO-VELHO NO PARQUE DA LAJINHA**. Revista de Geografia-PPGEO-UFJF, v. 5, 2015.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre/RS. 2017.

V COLÓQUIO DO NUGEÀ

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

FRAGMENTOS DE UMA COLÔNIA: HERANÇAS DA TERRITORIALIDADE GERMÂNICA NA PRODUÇÃO DE CERVEJAS ARTESANAIS EM JUIZ DE FORA (MG)

Wesley Rodrigo Lopes da Cunha

Mestrando em Geografia, Universidade Federal de Juiz de Fora

wesley.lopes@estudante.ufjf.br

Elias Lopes de Lima

Doutor em Geografia, Universidade Federal de Juiz de Fora

elias.lopes@ufjf.br

1. Introdução

Poucos imaginam que, em meados do século XIX, o município de Juiz de Fora abrigou uma expressiva colônia de imigrantes germânicos, fruto da constituição da Colônia Agrícola Dom Pedro II, promovida por Mariano Procópio, importante cafeicultor da região. A chegada desses colonos tinha como objetivo suprir a demanda de mão de obra para atividades econômicas locais, foi essencial para a introdução de novas práticas agrícolas e industriais, incluindo técnicas de produção de cervejas artesanais (Maestrini, 2015). Embora a colônia tenha existido por apenas 29 anos, sua presença marcou o desenvolvimento econômico e industrial da cidade, sobretudo na produção cervejeira, deixando legados que atravessaram gerações.

A produção de cerveja, originalmente associada a essas práticas, consolidou-se como importante setor produtivo, adaptando-se às condições locais e às demandas de um mercado globalizado. Nas últimas décadas, observa-se uma retomada da produção artesanal da bebida, impulsionada por processos de valorização econômica, surgimento de novas cervejarias e a realização de eventos como a Festa da Cerveja, o Festival da Cerveja Mineira e a tradicional Festa Alemã. Esse movimento reflete não apenas o fortalecimento de um setor que movimenta a economia local, gerando empregos e incentivando o setor turístico, como também na reafirmação da cerveja enquanto representatividade da territorialidade herdada dos imigrantes germânicos.

O interesse por este estudo se justifica pelo crescimento do setor cervejeiro em Juiz de Fora e pela oportunidade de analisá-lo como atividade econômica e industrial, destacando sua inserção no circuito inferior da economia urbana (Santos, 1979) e suas articulações com o circuito superior. Para isso, por meio de uma revisão bibliográfica, o presente trabalho tem como objetivo investigar como a produção da cerveja artesanal se estruturou historicamente e como se reinventa atualmente, contribuindo para a economia local e para a integração da cidade em fluxos regionais e nacionais de produção e consumo.

2. Desenvolvimento

A produção da cerveja artesanal em Juiz de Fora guarda laços profundos com os legados deixados pelos imigrantes germânicos. Como observado por Maestrini (2015), a chegada dos imigrantes germânicos introduziu no município práticas agrícolas e industriais, além de saberes e técnicas em relação à produção da bebida que se enraizaram no cotidiano local. Com o passar do tempo, foram se adaptando até compor um patrimônio cultural que resiste e se reinventa diante das dinâmicas socioeconômicas contemporâneas.

Segundo Santos (2008), a produção artesanal da cerveja se insere no circuito inferior da economia urbana, caracterizado por escalas reduzidas, capital limitado, intensificação do trabalho e a proximidade com o consumidor final. Diferentemente das grandes indústrias do setor, inseridas no circuito superior e conectadas a fluxos globais de capital, as cervejarias artesanais operam em nichos específicos com a produção de cervejas especiais e diferenciadas, incorporando inovações tecnológicas e tendências globais quando necessário, articulando com o circuito superior sem perder a lógica da produção local.

Festivais, eventos e pequenas cervejarias atuam como elementos estratégicos da economia urbana, fortalecendo a cadeia produtiva ao gerar empregos, estimular o turismo e inserir Juiz de Fora em fluxos regionais de consumo e produção. Os melhores exemplos disso são: a tradicional Festa Alemã (Deutsches Fest), realizada anualmente como forma de comemoração e celebração da cultura germânica na cidade, a festividade se destaca pela união entre comidas típicas e de algumas das cervejarias locais. Outros eventos que movem a cultura cervejeira em Juiz de Fora são: a Festa da Cerveja e a Semana da Cerveja Mineira, realizadas anualmente com o intuito de incentivar a valorização do setor.

Para entender este processo, a articulação entre os conceitos de territorialidade é interessante, já que, a partir destes, é possível compreender o território para além de sua base material, refletindo questões referentes aos seus simbolismos por meio de práticas sociais, culturais e históricas. Para Raffestin (1993) o território pode ser entendido como resultado de

uma ação sobre o espaço, apropriado materialmente ou simbolicamente por relações de poder. Essa perspectiva é complementar às ideias de Haesbaert (2007), que amplia a análise do território para além dos domínios físico e político, reconhecendo seu caráter simbólico, cultural e afetivo.

O território, conforme Santos (2014), deve ser compreendido não apenas sua materialidade geográfica, mas como “território usado”, isto é, um espaço produzido e continuamente apropriado pelas relações sociais, técnicas e políticas. Nessa direção, a territorialidade emerge como o conjunto de práticas e significados atribuídos pelos sujeitos ao território, configurando-se tanto como dimensão material quanto simbólica, marcada por identidades e sentidos de pertencimento (Raffestin, 1993; Saquet, Briskievicz, 2020).

Quando se observa o circuito inferior da economia urbana, tal como formulado por Santos (2008), percebe-se a expressão concreta dessa articulação: atividades em pequena escala, inserida em redes de produção mais informais, que reproduzem e ressignificam por meio da valorização da territorialidade germânica. Assim, o circuito inferior não deve ser compreendido como mera economia de subsistência, mas como prática territorial que inscreve no território uma multiplicidade de territorialidades que resistem frente à lógica dominante do circuito superior.

Assim, a territorialidade associada à cerveja artesanal em Juiz de Fora se reinventa cotidianamente em meio às novas dinâmicas sociais e de mercado. A multiterritorialidade contemporânea (Haesbaert, 2007) implica na convivência de múltiplas identidades em um mesmo território, fazendo com que a produção da cerveja artesanal, mesmo que influenciada por fluxos globais, continue reafirmando a valorização recente da territorialidade germânica e a cultura local por meio do desenvolvimento do setor no município.

3. Considerações Finais

A produção da cerveja artesanal em Juiz de Fora tem vivenciado um momento de intensa valorização. Por meio de incentivos estatais e festividades, a cerveja têm se tornado um produto e um mercado importante para a economia municipal. A análise econômica e industrial revela que a produção artesanal constitui-se como atividade estratégica na economia do município, sobretudo dentro do circuito inferior da economia urbana. Ela mobiliza capital, mão de obra, cadeias produtivas locais e eventos de consumo, interagindo de forma seleta com o circuito superior, contribuindo para a diversificação econômica, geração de empregos e inserção do município no cenário da produção de cervejas no Brasil.

Portanto, o estudo da cerveja artesanal permite articular duas dimensões complementares: a valorização da herança histórica e das técnicas, e a função econômica e urbana contemporânea, que insere o setor em processos produtivos, mercadológicos e industriais. A compreensão plena desse processo dependerá de análises comparativas entre os modos de produção pretéritos e atuais, identificando como as técnicas foram transmitidas, adaptadas e ressignificadas diante das transformações da economia urbana.

4. Referências

- HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: Um Debate. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-46, fev. 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13531/8731>. Acesso em: 27 mai. 2025.
- MAESTRINI, A. H. **Cerveja, Alemães e Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Editar Editora Associada, 2015.
- RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e Identidade: Um Patrimônio no Desenvolvimento Territorial. Presidente Prudente: **Caderno Prudentino de Geografia**, n. 31, v. 1, 2009.
- SANTOS, M. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp. 2^a ed. 1^a reimpr. 2008.
- SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp. 1^a ed. 3^a reimpr. 2014.

V COLÓQUIO DO NUGEA

GEOGRAFIA ESPAÇO E AÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

21 E 22 DE OUTUBRO DE 2025

O OBSERVATÓRIO ATHIS COMO FERRAMENTA NA ATUAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL NO BRASIL

Luiza Caldeira de Barros
Mestre em Geografia – CAU/BR
luizadebarros@gmail.com

Sandra Maria França Marinho
Arquiteta – CAU/BR
sandra.marinho@caubr.gov.br

Pedro Shultz Baptista
Arquiteto – CAU/BR
pedro.shultz@caubr.gov.br

A moradia constitui um direito fundamental explicitamente assegurado pela Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 6º, que a inclui entre os direitos sociais essenciais (BRASIL, 1988). Não obstante esse arcabouço legal, a realidade brasileira contemporânea apresenta um cenário de profunda contradição: mais de 26 milhões de pessoas residem em moradias precárias (FJP, 2022).

Essa disparidade é fruto de políticas habitacionais implementadas principalmente a partir da década de 1930, as quais, mesmo sob um discurso tecnocrático, perpetuaram lógicas político-econômicas socialmente excludentes.

A gênese desse problema urbano, como aponta Maricato (2015), reside nas dificuldades de acesso à habitação formal e aos meios de consumo coletivo para a maioria da população, bem como na forma como a terra urbana é ocupada e valorizada, processos estes que culminam em exclusão sócio espacial. Essa contradição tem suas raízes no final do século XIX e está intrinsecamente atrelada ao desenvolvimento das cidades brasileiras sob a lógica capitalista.

A partir da década de 1930, a cidade passa a ser compreendida como um organismo voltado para a produção e reprodução do capital, transformando o tecido socioespacial em mercadoria e sendo gerida como uma empresa na busca pela otimização dos investimentos.

Como explica Harvey (2005), o desenvolvimento capitalista demandou “superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor dos investimentos passados de capital na construção do ambiente e destruir esses investimentos para abrir espaço novo para a acumulação”. Esse processo de “destruição criativa” produziu e intensificou a segregação urbana.

Conforme Lojkine (1981, apud VILLAÇA, 2001), a segregação urbana manifesta-se primordialmente como uma expressão da renda fundiária, “um fenômeno produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, estes por sua vez, determinados pela nova divisão social e espacial do trabalho”. Lefebvre (1991), por sua vez, destaca que a produção da segregação espacial é entendida por três aspectos: “espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) - voluntário (estabelecendo espaços separados) - programado (sob o pretexto de arrumação e de plano)” (SCHMID, 2012).

A partir da década de 1970, intensifica-se nas cidades brasileiras uma dupla pressão: de um lado, a do capital por novos espaços de acumulação; de outro, a da população por melhores condições de moradia. Em oposição ao planejamento estratégico tecnocrático, emergiu um modelo de gestão urbana que busca garantir direitos humanos básicos à parcela da população desprovida dos meios de produção. A mobilização social foi um dos fatores para uma mudança qualitativa nas formas de governo, desdobrando em um planejamento mais democrático (VILLAÇA, 2004; SANTOS, 2006).

Esses movimentos, conforme Villaça (2004), lutavam pela descentralização dos processos decisórios concentrados no Estado e pela ampliação da participação dos cidadãos na definição dos destinos de suas cidades. Segundo Bassul (2005), a raiz desse modelo está no Movimento Nacional de Reforma Urbana (MNRU), que defendia a Reforma Urbana como um conjunto de “políticas públicas destinadas a assegurar a universalização do acesso aos bens e serviços urbanos, bem como o direito democrático à participação no planejamento e na gestão das cidades”.

Mesmo com maior inserção no processo de urbanização, a produção de habitações para essa parcela da população assumiu “características claramente não-capitalistas”, sendo a moradia excluída do processo normal de produção de mercadorias e das regras de ocupação do solo urbano. Integrada ao sistema como componente básico da reprodução da força de trabalho, a habitação, agora denominada de habitação de interesse social passou a ser tratada como questão social pelo Estado (BONDUKI, 1998).

Dentro deste contexto, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) aliou-se a diversos atores para promover a Lei Federal 11.888/2008 como uma política

pública estratégica, assegurando “às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”.

O compromisso institucional com a causa materializou-se como Assistência Técnica para Habitações de Interesse Social (ATHIS) no planejamento orçamentário para o ano de 2017, realizado em 2016, que determinou a alocação de, no mínimo, “2% do total dos recursos oriundos das receitas de arrecadação deduzidos os valores destinados ao Fundo de Apoio e ao CSC, fossem alocados em projetos estratégicos ATHIS” (CAU/BR, 2016). Esse marco financeiro garantiu a sustentação necessária para impulsionar as ações nessa área.

As Organizações da Sociedade Civil (OSC) tornaram-se agentes fundamentais nesse processo. A Lei Federal 13.019/2014, que estabelece o marco regulatório para parcerias com o poder público, permitiu formalizar colaborações com o CAU, melhorando o processo decisório e dando voz efetiva às necessidades das comunidades.

A partir desse suporte orçamentário e de diretrizes específicas implantadas a partir de 2017, o CAU viabilizou mais de 350 ações de melhorias habitacionais ou comunitárias em todas as regiões brasileiras. Projetos como o programa "Nenhuma Casa sem Banheiro", do CAU/RS, que visa garantir saneamento básico através da construção de banheiros em habitações autoconstruídas, tornaram-se referências contínuas.

Em 2024, a criação do Observatório ATHIS centralizou as informações antes dispersas nos Conselhos Estaduais e Distrital. A iniciativa, um aprimoramento do Portal da Moradia Digna (2021), visa ampliar a compreensão e promover uma visão sistêmica da ATHIS no país, popularizar as informações e garantir maior transparência nos investimentos do CAU. A plataforma geoespacial reúne legislações, OSCs mapeadas e projetos executados, permitindo a análise quantitativa e qualitativa do alcance das ações, a identificação de tendências e a disseminação de conhecimentos.

Ao disponibilizar detalhadamente informações sobre iniciativas de fomento e seus produtos, o Observatório ATHIS contribui para uma compreensão aprofundada dos impactos dessas atividades, elucidando como elas influenciam arquitetos e urbanistas, o Estado e a sociedade como um todo.

Alinhado à concepção do planejamento democrático, o Observatório constitui uma ferramenta relevante para futuros estudos sobre a distribuição e a tipologia dos projetos produzidos, visando aprimorar não apenas a moradia, mas o lugar enquanto espaço de vida comunitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASSUL, José Roberto. Cidade planejada e direito conquistado. In: BASSUL, José Roberto. **Estatuto da cidade: quem ganhou? Quem perdeu?**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005. 260p. Cap. 3, p. 73-94.

BONDUKI, Nabil. Da crise de habitação nos anos 40 ao auto-empreendimento da casa própria. In: BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 1998. 342p. Cap. 6. p. 246-264.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Acesso em: 10 set. 2025. Acesso em: 10 set. 2025.

_____. **Lei nº 11.888**, de 24 de dezembro de 2008. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 dez. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11888.htm. Acesso em: 10 set. 2025

_____. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1 ago. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm. Acesso em: 10 set. 2025.

CAU/BR. **Plano Estratégico 2016-2019**. 2016. Disponível em: <https://www.caubr.gov.br/plano-estrategico/>. Acesso em: 10 set. 2025.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit Habitacional no Brasil 2022**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2023. Disponível em: <https://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produto/déficit-habitacional-no-brasil-2019-2020/>. Acesso em: 10 set. 2025.

HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista IN: HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. p. 41-74.

MARICATO, Ermínia. Movimentos e a Questão Urbana no Brasil. IN: MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. p. 103-110.

SANTOS, Milton. O Lugar e o Cotidiano In: SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1). p. 212-231.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. IN: DEÁK, Csaba; SCHIFER, Sueli R. (Orgs.). **O processo de urbanização no Brasil**. 1^a. Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 169 – 243.